

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

MIRLANA EMANUELE PORTILHO RODRIGUES

**ECOMUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL**

São Luís

2024

MIRLANA EMANUELE PORTILHO RODRIGUES

**ECOMUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim.

Coorientador: Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues, Mirlana Emanuele Portilho.

ECOMUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL / Mirlana Emanuele Portilho Rodrigues.
- 2024.

138 f.

Coorientador(a): Prof.º Dr.º Arkley Marques Bandeira.

Orientador(a): Prof.ª Dr.ª Kláutenys Dellene Guedes
Cutrim.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2024.

1. Ecomuseu. 2. Educação Ambiental. 3. Educação
Patrimonial. 4. Patrimônio Cultural e Natural. 5. Sítio
do Físico. I. Bandeira, Prof.º Dr.º Arkley Marques. II.
Cutrim, Prof.ª Dr.ª Kláutenys Dellene Guedes. III.
Título.

MIRLANA EMANUELE PORTILHO RODRIGUES

**ECOMUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim

Coorientador: Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira

Aprovada em: __/__/__.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (orientadora)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr. Arkley Marques Bandeira

Doutor em Arqueologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Priscyla Cristinny Santiago da Luz

Doutora em Educação em Ciências e Matemática

Un écomusée, ce n'est pas un musée
comme les autres.

Georges Henri Rivière

AGRADECIMENTOS

Ao expressar minha gratidão, é impossível não sentir a emoção transbordar de meu ser. Quero iniciar este singelo agradecimento com lágrimas de alegria nos olhos, pois em minha jornada acadêmica, especialmente nesta pesquisa, encontrei pessoas que me auxiliaram das mais diversas maneiras, seja indicando autores para aprimorar minha escrita ou proporcionando momentos de tranquilidade, conversas acolhedoras e conforto emocional.

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda orientação e amparo. Nele busquei forças incontáveis vezes durante este desafiador processo de pesquisa.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, Mário e Vânia, que sempre me apoiaram nos estudos. Em especial, minha mãe, que, apesar dos plantões exaustivos, esteve sempre presente, acolhedora e pronta para ouvir meus medos e fortalecer minha determinação. Mãe, sem você, não sou nada.

À minha irmã, Marlana, minha companheira e melhor amiga, agradeço por ser minha referência em tudo. Sua amizade e cuidado foram fundamentais para mim. E à minha querida cachorrinha, Piaba, que, mesmo sem compreender o que se passava, me recebeu sempre com alegria, permanecendo ao meu lado enquanto eu escrevia, oferecendo-me sua companhia diariamente.

Ao meu parceiro de vida, Luciano, agradeço por sua constante disponibilidade em ajudar, acalmar e mostrar-me que a vida pode ser leve. Seu cuidado e amor foram imprescindíveis.

Sou grata à minha segunda família, a Virtú Ambiental. A Francesco e Isabella, meus chefes, que compreenderam minha situação acadêmica e foram flexíveis ao cederem horários de trabalho para que eu pudesse comparecer às aulas da UFMA. Nunca esquecerei a generosidade e apoio de vocês.

Expresso minha gratidão aos colegas de trabalho e, em especial, às "Girls da Virtú" (Thais Valois, Cláudia Cardoso, Monalisa Santos, Bianca Muniz e Aline Sousa), com as quais desenvolvi uma amizade solidificada pela empatia e apoio mútuo. Agradeço, sinceramente, por ouvirem minhas inquietações e por contribuírem para a minha felicidade diária.

Agradeço a Dona Nery e Seu Fernando por, gentilmente, abrirem as portas do Ecomuseu Sítio do Físico, introduzindo-me a este fascinante universo da ecomuseologia. Em particular, dedico um agradecimento especial a Dona Nery, a

quem admiro profundamente pela mulher notável que é e pelo comprometimento incansável com as ações educacionais no Ecomuseu e no Polo do Coroadinho.

Por fim, agradeço imensamente à minha orientadora, Professora Kláutenys Cutrim, que com sua gentileza tornou minha caminhada na pesquisa mais leve. Ao coorientador, Prof. Arkley Bandeira, que me apresentou ao Sítio do Físico e com sua expertise me guiou pelas ruínas do complexo industrial e sambaquis.

Meus agradecimentos também à Prof. Conceição Belfort e Profa. Priscyla Cristinny, que participaram da banca com solicitude e alegria. Ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, por aceitar e apoiar esta pesquisa. E ao meu grupo "desespelo", formado pelas amigas que o PGCULT uniu: Claudiane Diniz, Fernanda Lopes, Priscila Chahini e Letícia Sáboa. Obrigada a todos por fazerem parte desta jornada!

RESUMO

Esta Dissertação adota uma perspectiva ampla do patrimônio cultural. A abordagem busca uma análise interdisciplinar, reconhecendo a diversidade de perspectivas nas Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências Naturais, promovendo uma visão holística e integradora na pesquisa sobre o Patrimônio Cultural e Natural. Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o Ecomuseu Sítio do Físico a partir das contribuições da instituição museológica por meio da Educação Ambiental e Patrimonial. E como objetivos específicos: i. Compreender como o Ecomuseu se emoldura como proposta museológica; ii. Discutir sobre as potencialidades das instituições museológicas (ecomuseu) como fomentadoras da preservação do patrimônio cultural e ambiental; iii. Investigar como ocorrem as ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico e como podem colaborar para o fomento da memória e identidade da comunidade onde a instituição museológica se localiza. Para alcançar os objetivos elencados, tem-se como percurso metodológico de abordagem qualitativa e interdisciplinar, com uso de entrevistas semiestruturadas com os fundadores do ecomuseu Sítio do Físico e algumas pessoas da comunidade, que contribuem com o ecomuseu ou que são beneficiadas pelas atividades que a instituição realiza. A análise dos dados se deu pela análise de conteúdo de Bardin (2011). Como resultado, tem-se identificação e análise das categorias de Gestão Museal, Envolvimento Comunitário e Ações Educacionais, que foram importantes para a compreensão do funcionamento e impacto do Ecomuseu Sítio do Físico na comunidade que atua. Estabelece-se, assim, um percurso teórico embasado nas contribuições de autores como Bertotto (2021), Graça Filipe e Hugues de Varine (2015), Davis (2019), Almeida (2013), Brulon (2015), Reis (2021), Tolentino (2013), Silva (2020), entre outros. Após as análises, destaca-se a importância do Ecomuseu Sítio do Físico como agente promotor da preservação, educação e fortalecimento da identidade cultural e ambiental da comunidade. A instituição museológica demonstra um compromisso em integrar-se às demandas sociais e ambientais, mantendo um vínculo direto e colaborativo com a comunidade.

Palavras-chave: Ecomuseu. Sítio do Físico. Patrimônio Cultural e Natural. Educação Ambiental. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This dissertation adopts a broad perspective of cultural heritage. The approach seeks an interdisciplinary analysis, recognizing the diversity of perspectives in Social Sciences, Human Sciences and Natural Sciences, promoting a holistic and integrative view in research on Cultural and Natural Heritage. In view of the above, the research has the general objective of analyzing the Ecomuseum Sítio do Físico (Brazilian Name – in English Physicist's Site related to chief physicist – the place owner) based on the contributions of the museum institution through Environmental and Heritage Education. And as specific objectives: i. Understand how the Ecomuseum is framed as a museological proposal; ii. Discuss the potential of museum institutions (ecomuseum) as promoters of the preservation of cultural and environmental heritage; iii. Investigate how the Environmental and Heritage Education actions developed by the Ecomuseum Sítio do Físico occur and how they can contribute to promoting the memory and identity of the community where the museum institution is located. To achieve the objectives listed, the methodological path is a qualitative and interdisciplinary approach, using semi-structured interviews with the founders of the Sítio do Físico ecomuseum and some people from the community, who contribute to the ecomuseum or who benefit from the activities that the institution carries out. Data analysis was carried out using content analysis by Bardin (2011). As a result, the categories of Museum Management, Community Involvement and Educational Actions were identified and analyzed, which were important for understanding the functioning and impact of the Ecomuseum Sítio do Físico on the community in which it operates. Thus, a theoretical path is established based on the contributions of authors such as Bertotto. (2021), Graça Filipe and Hugues de Varine (2015), Davis (2019), Almeida (2013), Brulon (2015), Reis (2021), Tolentino (2013), Silva (2020), among others. After the analyses, the importance of the Ecomuseum Sítio do Físico stands out as an agent promoting the preservation, education and strengthening of the community's cultural and environmental identity. The museum institution demonstrates a commitment to integrating itself with social and environmental demands, maintaining a direct and collaborative link with the community.

Keywords: Ecomuseum. Physicist's Site. Cultural and Natural Heritage. Environmental Education. Heritage Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Esquema das diferenças entre o museu tradicional e o ecomuseu.....	41
Figura 02-	Enquadramento conceitual dos ecomuseus.....	46
Figura 03-	Categorias dos ecomuseus.....	48
Figura 04-	Mapa de Quantidade e Distribuição dos Ecomuseus no Brasil..	56
Figura 05-	Visitantes participando de uma atividade com realidade virtual...	57
Figura 06-	Frente do museu do cárcere.....	58
Figura 07-	Visão panorâmica do Parque Botânico.....	58
Figura 08-	Foto do espaço interno do prédio do Museu do Meio Ambiente mostrando artefatos provenientes da cultura da população da Ilha Grande.....	59
Figura 09-	Feira do produtor local.....	60
Figura 10-	Palestra de Educação Ambiental e Patrimonial para alunos da comunidade.....	61
Figura 11-	Candombe de Mocambeiro.....	61
Figura 12-	Folia de Reis de Mocambeiro.....	61
Figura 13-	Fragmentos de cerâmica Guarani.....	62
Figura 14-	Estrutura física do Ecomuseu Natural do Mangue.....	63
Figura 15-	Casarão Luso-Açoriana.....	64
Figura 16-	Visitação no Ecomuseu da Picada.....	65
Figura 17-	Coluna White.....	66
Figura 18-	Mapa de Localização geográfica do Ecomuseu Sítio do Físico	68
Figura 19-	Vista da rampa.....	69
Figura 20-	Vista da rampa e curtume.....	69
Figura 21-	Cronologia das ocupações humanas no Ecomuseu Sítio do Físico.....	72
Figura 22-	Mapa de Localização do Ecomuseu Sítio do Físico e do Sambaqui do Bacanga.....	73
Figura 23-	Fragmento de cerâmica sambaqueira (lado esquerdo) e representação gráfica da cerâmica completa (lado direito).....	75
Figura 24-	Zoomorfo cerâmico de característica tupi.....	75

Figura 25-	Oficina de reaproveitamento de pneus comandado pelo Ecomuseu Sítio do Físico.....	108
Figura 26-	Oficina de enfeites natalinos com reaproveitamento de materiais realizado em dezembro de 2022 pelo Ecomuseu Sítio do Físico durante o Coroadado de Natal.....	108
Figura 27-	Trilha pelas ruínas do Complexo Industrial realizado em parceria com uma educadora física.....	109
Figura 28-	Trilha pelas ruínas do Complexo Industrial realizada em parceria com uma educadora física.....	109
Figura 29-	Trilha realizada com a Brigada Voluntária Juvenil do Batalhão de Policiamento Ambiental pelo Parque Estadual do Bacanga..	110
Figura 30-	Visitação de uma escola da rede pública ao complexo industrial	111
Figura 31-	Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Bacanga.	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Comparativo de museu e ecomuseu.....	42
Quadro 2-	Distribuição dos Ecomuseus no Brasil.....	51
Quadro 3-	Contextualização do antes e depois das ações do ecomuseu na comunidade.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAO	Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios
BPA	Batalhão Ambiental
BVA	Brigada Voluntária Ambiental
CAC	Centro de Ação Cultural
CE	Ceará
EA	Educação Ambiental
EP	Educação Patrimonial
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ICOM	Conselho Internacional de Museus
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PGCULT	Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade
PEB	Parque Estadual do Bacanga
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEM	Sistema Estadual de Museus
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: OS ENTRELACES DA CULTURA E MEIO AMBIENTE	21
3	NOVA MUSEOLOGIA: O ROMPIMENTO DO CONCRETO PARA NOVAS PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS	30
4	Ecomuseologia e ecomuseu: percursos históricos	38
a.	A criação do termo Ecomuseu: um instrumento de mudança social e cultural	38
b.	Ecomuseu = território + patrimônio + população	41
c.	Mapeamento dos Ecomuseus do Brasil	51
d.	Uma breve história do Ecomuseu Sítio do Físico	68
5	METODOLOGIA	77
a.	Coleta de dados	77
b.	Amostra da Pesquisa	77
c.	Parque Estadual do Bacanga	78
d.	Polo do Coroadinho	78
e.	Ecomuseu Sítio do Físico	79
f.	Análise de Dados	80
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	81
a.	Gestão Museal	81
b.	Envolvimento Comunitário	85
c.	Ações Educacionais	90
i.	Educação Ambiental	90
ii.	Educação Patrimonial	94
iii.	Ações Educacionais no Ecomuseu Sítio do Físico	100
d.	Contribuições comunitárias: ideias e sugestões para o Ecomuseu Sítio do Físico	114
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	122
	APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	131
	APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PROPRIETÁRIOS DO ECOMUSEU	132

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS MORADORES QUE RESIDEM PRÓXIMO AO ECOMUSEU	133
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, concebi a Educação Ambiental como voltada apenas para práticas pragmáticas, como reciclagem, descarte adequado de resíduos sólidos e coleta seletiva. No entanto, essa percepção mudou quando ingressei no curso de Ciências Biológicas. Nessa jornada, fui exposta a uma abordagem mais ampla da Educação Ambiental, que transcende atividades meramente operacionais. Experimentei um processo de desconstrução que me levou a compreender a Educação Ambiental de maneira holística, intrinsecamente conectada à realidade social e abrangendo todas as dimensões que influenciam os ambientes, incluindo esferas sociais, culturais e ambientais (Reigota, 2017). Diante dessa complexidade, decidi aprofundar meus conhecimentos no Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, onde fui apresentada à Educação Patrimonial.

Essa nova área de conhecimento ampliou minha visão sobre o sentir e o pertencer em relação ao patrimônio, possibilitando-me compreender a importância para a formação da identidade e da memória coletiva. A integração dessas duas áreas de conhecimento viabiliza a afetividade e sensibilidade dos grupos sociais em relação ao ambiente, resultando em benefícios significativos para a comunidade. Por meio de ações educativas sistemáticas, é possível promover a informação, reconhecendo o patrimônio como parte integrante da memória e cultura da população, construindo relações de pertencimento e atribuindo significados que enriquecem o patrimônio cultural (Siebra; Batista; Bonfim, 2014).

Assim, a Educação Ambiental e Patrimonial abarca contextos culturais e sociais, promovendo a identificação com o território, suas características físicas e ambientais, estimulando afetividade e sensibilidade nos grupos sociais e gerando ganhos significativos para o local, como o reconhecimento do patrimônio, memória e cultura da cidade. Esse panorama confirma essas duas áreas como campos de conhecimento interdisciplinares.

Ao investigar essas duas áreas, emergem diversas temáticas que compartilham o mesmo contexto, sendo o Patrimônio Cultural e Natural uma delas. A compreensão do conceito de patrimônio cultural, em sua abordagem abrangente, engloba diversas categorias, incluindo arquitetura, imaterialidade, meio ambiente e espaço urbano, assim como expressões artísticas, criativas e culturais (Blach, 2020). Neste estudo,

foi adotada a concepção ampliada do patrimônio cultural, buscando abordá-lo por meio de uma perspectiva interdisciplinar. A diversidade de perspectivas e a interação entre diferentes áreas do conhecimento enriquecem a compreensão do patrimônio como uma expressão multifacetada da cultura, história e identidade de uma sociedade.

Por sua vez, o conceito de patrimônio natural reconhece a natureza não apenas como um conjunto de recursos ecológicos, mas como uma parte intrínseca da memória coletiva, das narrativas vividas e das práticas socioambientais (Scifoni, 2006; Pereira, 2018). Ao integrar as dimensões cultural e natural, essa abordagem visa proporcionar uma compreensão holística, destacando a interconexão entre ambas e promovendo a preservação não apenas do patrimônio material, mas também das relações simbióticas entre a sociedade e o meio ambiente.

Para integrar os conceitos de Patrimônio Cultural, Natural, Educação Ambiental e Patrimonial, aliados aos de memória, identidade e pertencimento, surge o Ecomuseu como uma expressão singular desse entrelaçamento. Este espaço museal assume uma abordagem interdisciplinar que promove a conexão entre patrimônio e meio ambiente. Além de desempenhar um papel atuante como um agente social, fomentando a interação entre os diversos elementos presentes nesse contexto museológico (IBRAM, 2016).

Nesse sentido, esta pesquisa visa contribuir com estudos relacionados à *Linha de Pesquisa 2 - Cultura, Educação e Tecnologia*, do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT), ajudando na compreensão deste espaço museológico que adquire valor simbólico que lhe é atribuído, dada as atividades que surgem no ambiente e do resgate da Cultura e do Desenvolvimento Social e Sustentável.

Diante dessa necessidade de compreender as relações existentes entre Patrimônio Cultural e Natural com os espaços museológicos, mais precisamente, os Ecomuseus, surge a seguinte questão de investigação: Quais foram ou quais são as ações desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico, que promovem a Educação Ambiental e Educação Patrimonial e que possibilitam o sentimento de pertença com o espaço, bem como fomentam a valorização do Patrimônio Cultural e Natural?

Frente à complexidade interdisciplinar do problema a ser investigado, esta pesquisa abraça diversas áreas de conhecimento, incluindo Ciências Humanas e Sociais. Ela se propõe a explorar a interconexão dessas disciplinas por meio da

interlocução com os estudos culturais, abordando questões relacionadas ao patrimônio e meio ambiente.

Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o Ecomuseu Sítio do Físico a partir das contribuições da instituição museológica por meio da Educação Ambiental e Patrimonial. E como objetivos específicos: i. Compreender como o Ecomuseu se emoldura como proposta museológica; ii. Discutir sobre as potencialidades das instituições museológicas (ecomuseu) como fomentadoras da preservação do patrimônio cultural e ambiental; iii. Investigar como ocorrem as ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico e como podem colaborar para o fomento da memória e identidade da comunidade onde a instituição museológica se localiza.

Para alcançar os objetivos elencados, tem-se como percurso metodológico uma pesquisa qualitativa, para possibilitar uma descrição minuciosa sobre o objeto de estudo, sem analisar termos de quantidade, frequência ou intensidade. A pesquisa qualitativa trata-se de um aprofundamento na compreensão dos fenômenos estudados, sem haver preocupações com representatividade numérica ou generalizações estatísticas (Guerra, 2014). Para fins de coleta de dados, será realizada a pesquisa bibliográfica, com a análise de artigos científicos e livros publicados, visto que isso possibilita ao investigador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 1999, p. 65).

Além disso, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa que poderá ser os fundadores do Ecomuseu Sítio do Físico e algumas pessoas da comunidade, que contribuem diretamente com as atividades do espaço museológico. De acordo com Marconi e Lakatos (2007), esse tipo de pesquisa combina perguntas fechadas e abertas, deixando o entrevistado livre em discorrer sobre o tema sem se prender à indagação. A análise dos dados foi realizada por uma análise de conteúdo (Bardin, 2011) a partir das transcrições das entrevistas. Esta proposta metodológica inclui etapas que possibilitam descrever, interpretar e explicar os dados coletados.

No campo empírico, foram realizadas sete entrevistas, abrangendo os fundadores do Ecomuseu e cinco residentes da comunidade do Polo do Coroadinho, local onde o Ecomuseu Sítio do Físico é mais atuante. Os dados coletados foram

analisados segundo a perspectiva da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), com o suporte de outros autores para fundamentar as discussões.

A dissertação está organizada nas seguintes seções: a primeira seção concentra-se nas abordagens sobre Patrimônio Cultural e Natural, demonstrando a diversidade de perspectivas e a interação entre diferentes áreas do conhecimento que enriquecem a compreensão do patrimônio como uma expressão multifacetada da cultura, história e identidade de uma sociedade. Essa abordagem fomenta a interdisciplinaridade, e, assim, permite capturar a complexidade e a interconexão entre elementos culturais, naturais e sociais, promovendo uma visão mais holística e integradora na pesquisa sobre o Patrimônio Cultural.

Posteriormente, o texto avança para abordar o movimento da Nova Museologia, criado na França com uma nova abordagem, que busca por novas experiências de museus para serem direcionadas às questões sociais e que confrontassem com os interesses do modelo clássico de museu. Na segunda seção, se faz um recorte para a temática sobre Ecomuseus, abordando a criação do termo. Ainda nesse capítulo, foi elaborada uma breve contextualização dos ecomuseus no Brasil, mostrando como ocorreu o processo de ecomusealização no território nacional, bem como o mapeamento e distribuição das instituições museológicas, como forma de divulgar esses espaços que são referências culturais para cada região. Além disso, faz-se necessário mencionar o objeto de estudo da pesquisa, contando uma breve história sobre o seu processo de musealização no estado do Maranhão até os dias atuais, para entender o porquê de o Sítio do Físico ter-se definido como Ecomuseu.

Na terceira seção, apresenta-se a Metodologia da pesquisa, indicando os caminhos para alcançar os objetivos propostos, como a forma que foi realizada a coleta e análise de dados. Na quarta seção, tem-se os desdobramentos das entrevistas conduzidas com os participantes da pesquisa, culminando na identificação e análise das categorias que foram importantes para a compreensão do funcionamento e impacto do Ecomuseu Sítio do Físico na comunidade que atua. Estabelece-se, assim, um percurso teórico embasado nas contribuições de autores como Bertotto (2021), Filipe e Varine (2015), Davis (2019), Almeida (2013), Brulon (2015), Reis (2021), Tolentino (2013), Silva (2020), entre outros.

Na quinta seção, demarca-se as considerações finais, pontuando os principais conceitos teóricos obtidos pela pesquisa bibliográfica, principalmente em referência ao Patrimônio Cultural e Natural. Além disso, é reforçado a importância do Ecomuseu

Sítio do Físico como agente promotor da preservação, da educação e do fortalecimento da identidade cultural e ambiental da comunidade em que atua. O compromisso da instituição museológica em integrar-se às demandas socioambientais da atualidade, mantendo um vínculo direto e colaborativo com a comunidade. E, por fim, este trabalho instiga à realização de futuras investigações ao apontar possíveis áreas de pesquisa, que podem ser derivadas dos resultados aqui apresentados.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: OS ENRELACES DA CULTURA E MEIO AMBIENTE

Ao abordar o patrimônio cultural, torna-se pertinente investigar as diversas nuances associadas a esse conceito. Começando pela sua etimologia, a palavra "patrimônio" está intrinsecamente ligada à ideia de herança, carregando consigo um teor econômico e jurídico que denota um conjunto de bens, direitos e obrigações mensuráveis em termos monetários (Mendes, 2012). No contexto do Patrimônio Cultural, embora sua conotação não esteja vinculada à avaliação financeira, é viável preservar a essência da noção de valor, onde sua maior riqueza é representada pela cultura.

Funari (2001) examina os diversos matizes associados ao conceito de "patrimônio cultural", destacando as nuances linguísticas presentes em diferentes culturas. Nas línguas românicas, derivadas do latim *patrimonium*, o termo evoca a ideia de "propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança". Na tradição alemã, utiliza-se *Denkmalpflege*, que se traduz como "o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar". Já o inglês incorporou *heritage*, inicialmente restrito a "aquilo que foi ou pode ser herdado", mas, por um processo de generalização análogo ao observado nas línguas românicas e seu uso de derivados de *patrimonium*, passou a ser empregado também como referência aos monumentos legados por gerações anteriores.

Ao adentrar no universo do patrimônio cultural, é imperativo reconhecer e compreender não apenas a sua etimologia, mas também as diversas nuances que cercam esse conceito multifacetado. Para Choay (2006), a concepção do termo "patrimônio" está inerentemente vinculada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e tempo. Em consonância com essa perspectiva, Funari e Pelegrini (2006) delineiam as características originais do conceito, revelando que, no antigo direito romano, o patrimônio englobava a totalidade da propriedade do *pater familias*. Isso incluía bens móveis e imóveis, seus escravos, bem como sua esposa e filhos, todos suscetíveis à transmissão por meio de testamento, uma vez que compunham integralmente seu patrimônio. Dessa maneira, o patrimônio estava ligado à esfera da propriedade individual e particular, refletindo os interesses aristocráticos no contexto do mundo greco-romano.

Imediatamente após esse período, Blach (2020) observa que durante a transição da antiguidade clássica para a era medieval, emerge uma expansão significativa do conceito de "patrimônio". Além do valor intrínseco aristocrático, uma nova dimensão é adicionada, marcada pela importância religiosa. Esse fenômeno se deve, em grande parte, à disseminação do cristianismo e à institucionalização da Igreja Católica. Esse contexto contribui para a formação de um novo sentido de representação coletiva, pois santos, relíquias e rituais religiosos adquirem valores compartilhados entre os fiéis diante da Igreja Católica, consolidando assim o conceito de patrimônio religioso.

Conforme salientado por Blach (2020), nos séculos XIV e XV, impulsionados pela perspectiva humanista e renascentista, a busca por referências culturais do mundo clássico foi retomada. A noção de patrimônio não rompeu completamente com seu caráter privado herdado do mundo greco-romano. Nesse contexto humanista, renascentista e absolutista, nobres, reis, príncipes e burgueses se dedicavam ao colecionismo particular, reunindo em seus gabinetes objetos de grande valor. Blach (2020) sugere que isso representa uma forma embrionária do patrimônio moderno e dos museus.

Durante o período da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, observa-se um marco no desenvolvimento do conceito de "patrimônio", especialmente no desfecho do século XVIII. Esse período significou a consolidação da natureza coletiva do patrimônio, transformando-o em símbolo representativo do bem público e da identidade nacional (Blach, 2020).

No Estado contemporâneo, o conceito de patrimônio moderno vem se delineando e ampliando sua abrangência, transcendendo sua antiga natureza, exclusivamente privada e aristocrática, fortemente vinculada a valores religiosos e familiares, principalmente associados às tradições antigas e medievais. O patrimônio moderno adquiriu um significado nacional ao se tornar um mecanismo essencial na representação da identidade de uma comunidade, permitindo o compartilhamento de categorias como língua, território, origens históricas, mitos, entre outros (Blach, 2020).

Segundo Blach (2020), durante o processo de formação dos Estados contemporâneos, surgiram duas concepções distintas em relação ao patrimônio. A primeira delas é a tradição latina, adotada, por exemplo, na França e no Brasil, onde a legislação estabelece limites à propriedade privada, considerando que se um bem possui valor público, ele deve ser priorizado em prol da nação como um todo. Já na

segunda concepção, oriunda da tradição anglo-saxônica, a legislação concentra-se na proteção dos direitos individuais, ou seja, antes de classificar um bem como público ou nacional, é dada prioridade ao direito à propriedade privada. É importante notar que, em ambas as concepções, o patrimônio é percebido como algo tangível, tal como monumentos ou obras de arte.

Progressivamente, a partir da década de 1960, emergiram novas concepções acerca do patrimônio, visando enriquecer sua significância e incluir novos intervenientes:

Dentre as novas categorias de patrimônio, podem ser destacadas: práticas e expressões culturais; formas de expressão, celebrações, modos de criar, fazer e viver; espaços destinados às manifestações artístico-culturais; meio ambiente e natureza; conjuntos urbanos de valor histórico e paisagístico (Blach, 2020, p. 236).

Em síntese, as novas categorias de patrimônio, delineadas por Blach (2020), representam um avanço significativo na compreensão do conceito de patrimônio. Essa ampliação de perspectivas não apenas reflete a diversidade cultural e histórica, mas também ressalta a necessidade de uma abordagem holística na preservação e promoção do patrimônio, reconhecendo o valor intrínseco desses elementos para as gerações presentes e futuras. Assim, a compreensão contemporânea do patrimônio transcende os limites antigos.

Após a Segunda Guerra Mundial, os inventários de bens patrimoniais se multiplicaram e novas ferramentas de preservação emergiram como formas adicionais de arquitetura, arte e cultura, que outrora eram negligenciadas. O domínio do patrimônio transcende agora o limite dos edifícios, englobando casas, bairros, aldeias e até mesmo conjuntos de cidades, conforme observa Choay (2006). Dessa forma, o campo do patrimônio pode ser interpretado através da dicotomia que relaciona o global e o local. Portanto, o termo "patrimônio" experimenta uma notável ampliação de seu significado, principalmente com as contribuições do olhar acadêmico das Ciências Sociais, despertando interesse por novos objetos, sujeitos sociais e temáticas culturais, que anteriormente permaneciam à margem da sociedade (Blach, 2020), caracterizando assim essa área interdisciplinar.

Devido à expansão dessa visão do patrimônio, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, estabelecida em 1945) lançou iniciativas significativas, como a "Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura

Tradicional Popular" e a "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial" (2003). Estes projetos conferiram ao conceito de patrimônio à categoria de "imaterial ou intangível", conforme destacado por Blach (2020). Essa evolução conceitual reflete o reconhecimento da importância de preservar não apenas os objetos físicos, mas também as práticas, expressões e tradições culturais que desempenham um papel importante na riqueza e diversidade do patrimônio mundial:

Desde então, foi possível elevar à categoria de patrimônio da humanidade ou da nação, elementos – que na visão mais tradicional do conceito eram descartados – como danças típicas, ritos, expressões religiosas, além de práticas cotidianas de reprodução da cultura e da vida (Blach, 2020, p. 299).

Dessa forma, no Brasil, essa visão expandida do conceito de patrimônio foi formalmente consolidada através do Decreto Lei nº 3.551, datado de 4 de agosto de 2000. Esse decreto institui, no artigo 1º, o "Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro". Conforme apontado por Funari e Peregrini (2006), esse avanço foi alcançado graças à participação ativa dos cidadãos e das comunidades locais na gestão pública. Este engajamento direto evidencia a importância de envolver as partes interessadas mais próximas das expressões culturais, imateriais e ambientais, reconhecendo que a preservação e valorização do patrimônio são responsabilidades compartilhadas. Ao trazer as vozes e perspectivas locais para o cerne das decisões, cria-se um ambiente propício para a promoção de práticas inclusivas na preservação do patrimônio, garantindo que as identidades culturais sejam respeitadas e mantidas para as futuras gerações. Nesse sentido, a participação ativa dos cidadãos emerge como um catalisador para a salvaguarda do patrimônio cultural.

Assim, a compreensão do conceito de patrimônio cultural, em sua abordagem expandida, engloba diversas categorias, incluindo arquitetura, imaterialidade, caminhos naturais, meio ambiente, espaço urbano, assim como expressões artísticas, criativas e culturais (Blach, 2020). Neste estudo, foi adotado a concepção ampliada do patrimônio cultural, buscando abordá-lo por meio de uma perspectiva interdisciplinar. A diversidade de perspectivas e a interação entre diferentes áreas do conhecimento enriquecem a compreensão do patrimônio como uma expressão multifacetada da cultura, história e identidade de uma sociedade. A interdisciplinaridade, assim, permite capturar a complexidade e a interconexão entre

elementos culturais, naturais e sociais, promovendo uma abordagem mais holística e integradora na pesquisa sobre o Patrimônio Cultural.

Em relação ao Patrimônio Natural, que também está descrita nesta pesquisa, é oportuno detalhar essa categoria que teve origem nas primeiras discussões acerca das questões ambientais. O tema sobre meio ambiente tem ganhado crescente relevância em diversas áreas do conhecimento. Inicialmente, a preocupação ambiental estava predominantemente associada a pesquisas no campo da biologia e disciplinas afins. No entanto, atualmente, essa temática permeia uma gama mais ampla de campos nas Ciências Humanas e Sociais. Essa mudança reflete a percepção de que a questão ambiental possui um elevado valor interdisciplinar, enriquecendo e ampliando as discussões sobre a temática.

A partir desses discursos, emergiram novas perspectivas sobre a relação entre o conceito de patrimônio e o meio ambiente. O engajamento de órgãos internacionais diante das questões ambientais, aliado ao conceito de desenvolvimento sustentável, propiciou a criação da categoria de "Patrimônio Natural" pela UNESCO (UNESCO, 1972, p. 02 *apud* Blach, 2020):

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Conforme delineado por Pereira (2018), essa definição propõe uma concepção de patrimônio natural que está ligada à estética da paisagem, aos valores cênicos e a uma visão sistêmica do funcionamento da natureza. Nesse contexto, a atribuição do valor universal excepcional se entrelaça com a apreciação da beleza, a importância científica e a necessidade de conservação. Essa designação se apresenta como uma ferramenta adicional para a preservação ambiental, visando proteger áreas de interesse ecológico e promover pesquisas sobre o significado cultural e a relação entre o ser humano e a natureza nessas áreas protegidas.

Na proposta de definição do patrimônio natural elaborada pela UNESCO, é importante destacar duas considerações. Primeiramente, observa-se a influência de concepções norte-americanas sobre as áreas protegidas, delineando uma abordagem

que reflete, em parte, perspectivas originadas nesse contexto específico. Em segundo lugar, ao ser concebida no âmbito da UNESCO, o órgão executivo da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Educação, Ciência e Cultura, é evidente que a preocupação com o patrimônio natural e a busca por sua definição ocorreram no contexto de discussões culturais e políticas culturais de alcance internacional. Essa dualidade de influências destaca a complexidade e a abrangência das considerações que moldaram a concepção global do patrimônio natural.

De acordo com Scifoni (2006), os primeiros esforços para institucionalizar a questão no Brasil tiveram início com a Constituição de 1934. Nesse documento, pela primeira vez, ficou estabelecido o dever do Estado em relação à proteção desses bens. Essa conquista resultou das dinâmicas políticas da época, que permitiram a participação, no âmbito cultural, de intelectuais provenientes do movimento modernista de 1922. Dentre eles, destaca-se Mário de Andrade, convocado para elaborar o anteprojeto da primeira lei federal voltada à proteção do patrimônio cultural.

Conforme apontado por Scifoni (2006), ocorreu um avanço significativo nessa questão durante uma conjuntura política marcada pelo autoritarismo, no período do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas, culminando na promulgação da Constituição de 1937. Nesse contexto, a carta magna estabeleceu, pela primeira vez, o termo "monumento natural", evidenciando um progresso na abordagem e reconhecimento desses elementos na legislação brasileira.

Artigo 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação dos Estados e municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Brasil, 1937).

A partir do trecho da Constituição de 1937, percebe-se que o patrimônio natural emergiu inicialmente sob a designação de "monumentos naturais, sítios e paisagens naturais de feição notável", uma categorização que os equiparava aos monumentos históricos e artísticos. Dessa maneira, tanto o monumento histórico quanto o artístico e o natural foram incorporados à mesma preocupação nacional, digna de inclusão na legislação do país.

Nesse contexto, em 1937, foi promulgada a primeira legislação federal específica para a proteção do patrimônio, o Decreto-Lei nº 25. Esta medida conferiu aos monumentos naturais o status de patrimônio histórico e artístico nacional,

representando um marco importante na busca pela preservação e reconhecimento oficial dos elementos naturais que contribuem significativamente para a riqueza histórica e cultural do país:

Artigo 1º constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] § 2º equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Brasil, 1937).

Observa-se que, assim como na UNESCO, no Brasil as preocupações com a natureza originaram-se no contexto das inquietações relacionadas à cultura. Na época, equiparou-se o que então era denominado como monumentos naturais ao patrimônio histórico e artístico nacional, conferindo a esses bens a possibilidade de serem tombados. Essa equiparação deixou claro que também cabe ao IPHAN, enquanto órgão responsável pelo tema, a responsabilidade pela preservação do patrimônio natural (Pereira, 2018). Esse alinhamento entre as esferas de patrimônio cultural e natural ressalta a interconexão entre os elementos que compõem a riqueza histórica e ambiental do país.

Essa competência foi fortalecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual introduziu uma nova concepção de patrimônio cultural. Conforme delineado pelo artigo 216 do texto constitucional:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: i – as formas de expressão; ii – os modos de criar, fazer e viver; iii – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; iv – as obras, objetos, documentos, edifícios e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; v – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Dessa forma, neste documento, o patrimônio natural é descrito como "sítios de valor paisagístico, paleontológico e ecológico", evidenciando, por um lado, a apreciação de elementos estéticos e científicos, herdados da concepção de monumento natural do decreto-lei e do patrimônio natural da UNESCO. Simultaneamente, a Constituição inova ao incorporar aspectos até então não

explorados, como a possibilidade de reconhecer a natureza como um bem portador de referências à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira (Pereira, 2018).

Pereira (2018) destaca que o enfoque das iniciativas de preservação, conforme descrito por este artigo, concentra-se em um âmbito bastante específico, o do meio ambiente e dos recursos naturais. Essa abordagem enfatiza seu caráter ecologicamente orientado, sem substituir as obrigações estabelecidas no âmbito das políticas culturais descritas no artigo 216, mas, sim, complementando-as. Essa afirmação encontra respaldo no fato de que, em 2000, quando foi promulgada a Lei nº 9.985, que regulamentou o artigo 225 da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o patrimônio natural não foi oficialmente reconhecido como um tipo de unidade de conservação dentro da legislação ambiental.

Segundo Pereira (2018), a confusão em relação às competências sobre o patrimônio natural no Brasil deve-se, em grande parte, à designação pelo governo brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como interlocutor da UNESCO para o tema do patrimônio natural no âmbito da Convenção do Patrimônio Mundial. No entanto, essa complexidade necessita ser compreendida considerando as condições para o reconhecimento dos bens, que exigem uma declaração de integridade. Para o autor, é factível afirmar que o patrimônio natural no Brasil possui um caráter duplo. Primeiramente, está vinculado à noção de monumento natural e à experiência internacional, entendido como algo que possui grandiosidade e beleza derivadas de uma concepção de monumentalidade e intocabilidade, cuja preservação segue uma visão utilitarista. Por outro lado, no contexto brasileiro, alinhado com o texto constitucional em vigor, conforme destacado por Scifoni (2006, 2012), surge outro significado, o do patrimônio natural como parte integrante da vida humana, uma natureza social.

Assim, o patrimônio natural passa a ser interpretado como um testemunho dos processos naturais e das relações estabelecidas entre seus elementos. Além de ser parte da memória humana, assumindo significado e sentido para diversos grupos sociais, ele se torna uma referência histórica, sendo introduzido na memória social (Pereira, 2018).

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pela sociedade. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz (Scifoni, 2006, p. 16).

A concepção de patrimônio natural fundamentada nesses princípios destaca outros valores, incluindo a experiência individual e coletiva, caracterizando o patrimônio como a expressão da diversidade cultural presente em uma nação. Nesse contexto, em relação ao patrimônio natural sob a perspectiva do cotidiano, observa-se a identificação de outras naturezas, socialmente apropriadas e vivenciadas. Isso ocorre porque a natureza é percebida como parte da memória coletiva, das histórias vividas e das práticas socioespaciais. Este conceito de patrimônio natural, fundamentado nos valores da diversidade cultural, experiência individual e coletiva, torna-se a base central da presente pesquisa científica, pois reconhece a natureza não apenas como um conjunto de recursos ecológicos, mas como uma parte intrínseca da memória coletiva, das narrativas vividas e das práticas socioambientais.

Portanto, é fundamental estabelecer uma sinergia entre o meio ambiente e o patrimônio cultural, reconhecendo que esses elementos são intrínsecos ao processo identitário da comunidade. Essa interconexão contribui significativamente para a formação de cidadãos ativos e críticos diante das complexas questões sociais, culturais e ambientais, proporcionando uma compreensão mais profunda e abrangente do papel desses elementos na construção coletiva da sociedade.

3 NOVA MUSEOLOGIA: O ROMPIMENTO DO CONCRETO PARA NOVAS PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS

Estudiosos e pesquisadores intensificaram suas críticas ao museu tradicional, questionando o atual cenário, alheio às questões sociais, com percepção elitista de patrimônio cultural. Nessa atmosfera de constatações, a comunidade museológica reivindicava um modelo de instituição que tinha como foco a preocupação quanto à função social do museu, bem como propusesse práticas museológicas de promoção social e cultural.

Nesse contexto, em 1981, André Desvallées cria o termo “Nova Museologia”. O autor relata que aproveitou uma tendência que acontecia em outras áreas, como nova matemática, nova história, por exemplo. O intuito era caminhar em uma direção de renovação dos museus e da museologia (Santos, 2017). Para Desvallées (2015), a Nova Museologia é um movimento que fortalece a relação do público com o seu patrimônio, como também defende os princípios de democratização dos museus presentes na Revolução Francesa.

Sendo assim, o termo “nova museologia” não significa ser o contrário de “antiga museologia”, mas refere-se a um modelo metodológico de interação do patrimônio cultural com a sociedade, com ações de preservação e conservação patrimonial, e com práticas educativas (Cury, 2018). Para Brulon (2009, p. 35), a nova museologia:

Foi uma das tentativas de se organizar uma teoria em prol das mudanças sistemáticas que atravessavam os museus nos últimos dois séculos, refletia a insatisfação com a posição destes diante das sociedades, e significou uma tentativa de aproximar Museologia e Sociologia num só pensamento.

Para este autor, os adeptos da nova museologia queriam uma “museologia de ação”, que buscasse por mudanças no campo museal com novas práticas museológicas socializadas, com a justificativa de que o ser humano é um “animal comunitário” e, portanto, vê a iniciativa comunitária como um meio de resistência para sair da relação de dominação.

Segundo Desvallées (2015, p. 38),

A nova museologia não é mais do que uma exigência maior daquilo que jamais deixou de ser o museu. Opondo-se ao museu tradicional na medida em que este é evitado pelo público uma vez que se distancia por sua localização, sua arquitetura ou por seu conteúdo, a principal reivindicação é a de que os museus sejam efetivamente próximos do público, que este último

seja em si mesmo o conceptor e o animador, o que pressupõe que essa maior proximidade social se dê acompanhada de uma maior proximidade geográfica e que o conteúdo em si mesmo interesse ao público.

As palavras mencionadas por Dervallées (2015) denotam o contexto do período da década de 80, onde os museus tradicionais que tinham uma museografia de base colonial, eram frequentados por um público elitista e excludente, não abrindo as suas portas para todas as classes sociais. Havia, então, uma premência emergente para práticas museológicas inclusivas.

Ainda sobre o conceito da Nova Museologia, Desvallées e Mairesse (2013, p. 63) definem como um movimento ideológico que:

Enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo que chamou a atenção para modos de expressão e de comunicação renovados. O seu interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam as coleções nesses últimos: tratava-se dos ecomuseus, dos museus de sociedade, dos centros de cultura científica e técnica e, de maneira geral, da maior parte das novas proposições que visavam à utilização do patrimônio em benefício do desenvolvimento local.

Os autores destacam que a busca por novas experiências de museus fosse direcionada às questões sociais e que confrontassem os interesses do modelo clássico de museu. Foi nesse período que as primeiras aparições da nova museologia aconteceram na França nos anos 1980, onde o movimento de descolonização já estava atuante com ideias e novas experiências de museus desde os anos 1960. A descolonização dos museus tinha como objetivo revolucionar a prática Museológica do final do século XX, acrescentando a participação coletiva e identidade cultural aos seus ideais (Brulon, 2015). Ainda com o objetivo de situar o contexto cultural desse período, Martins (1997, p. 157) diz:

A efervescência cultural após a Segunda Guerra Mundial culminou na atitude de contestação global de valores em maio de 68, na França. O museu foi uma dentre as muitas instituições questionadas, surgindo, em Paris, um grupo de profissionais que criticavam a passividade e as posições burguesas do museu tradicional, que envolviam seus aspectos espaciais de templo, palácio, mausoléu e a concepção da coleção como tesouro das elites, em desacordo com a consciência do valor social da cultura e a necessidade de democratização dessa última.

Observa-se por meio dessa menção, que o cenário da época era de luta por uma “popularização” da arte por meio de mudanças nos museus, colocando em jogo o caráter elitista e restrito das instituições museológicas (Teixeira, 2022). Nasce,

nesse contexto, o pensamento de incluir discursos museológicos de outras vozes, que antes estavam silenciadas (Ribeiro, 2021). Em outros termos, ocorreu uma ruptura de pensamentos, em que se saiu do tradicional e tornou-se um modelo contemporâneo, que se diferenciava quanto a sua configuração espacial, não se limitando à edificação, mas abrangendo todo o território musealizável. Quanto ao modelo de gestão, havendo a participação da comunidade na administração e na conservação do patrimônio. O museu passa a ser visto como uma instituição apta para promover a conservação e preservação dos bens culturais e ambientais, a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento social, não deixando de ser um equipamento de acervo de bens, socioeducativo e de lazer.

Para a construção teórica e metodológica desse modelo inovador alguns eventos antecedentes foram importantes, podendo destacar algumas demarcações desse movimento:

a) lançamento do livro de Freeman Tilden sobre a interpretação do patrimônio, que contribuiu para as discussões sobre os centros de interpretação; b) escritos de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, diretores do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946 e 1962, respectivamente, já com algumas proposições subjacentes sobre a Nova Museologia; c) jornadas de Lurs, em 1966, que deram origem à criação de vários museus de sítio nos anos posteriores e contribuíram para o início da formulação do conceito de ecomuseu, por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine; d) reunião de Aspen (Colorado), em 1966, na qual Sidney Dillon Ripley, da Smithsonian Institution, apresentou a ideia de um experimento de museu de vizinhança e decidiu financiar a iniciativa de John Kinard em Anacostia; e) seminário sobre museus de vizinhança nos Estados Unidos, em 1969, com a participação de John Kinard, que fundou, em 1967, o Neighborhood Museum de Anacostia, em Washington; f) IX Conferência Geral do ICOM, em 1971, realizada entre Paris, Dijon e Grenoble, que discutiu o tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”; g) uso do termo ecomuseu, por Robert Poujade, primeiro-ministro francês encarregado do meio ambiente, em Dijon, 1971; h) mesa redonda de Santiago do Chile, em 1972, com o objetivo de discutir a função social do museu na América Latina; i) criação da associação Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale (MNES), em 1980 (Teixeira, 2022, p. 88).

De acordo com Teixeira (2022), todos esses aspectos mencionados, juntamente com as produções bibliográficas, discussões em eventos científicos e criação de associações mostram que a Nova Museologia teve uma base acadêmica e popular que priorizava a diversidade dos grupos sociais e culturais. Outro ponto mencionado pela autora, que fala sobre a construção do movimento museológico em questão, é que também houve a colaboração dos profissionais que atuavam na área, questionando o porquê das baixas visitas e restrições dos museus. Nesse sentido,

fica evidente que houve uma atuação ativa dos profissionais e estudiosos da área no desenvolvimento do pensamento museológico.

Para Teixeira (2022), um dos marcos que teve grande importância para a criação do movimento da Nova Museologia foi a mesa redonda de Santiago do Chile, que aconteceu em 1972. Neste evento foram discutidos o papel do museu na América Latina, com um forte viés às questões sociais e preservação do patrimônio cultural, que tinham como base a teoria da educação libertadora de Paulo Freire e contribuiu nos debates interdisciplinares no setor museológico. O referido educador foi convidado para presidir a mesa, todavia, Paulo Freire não pôde participar por conta do exílio que lhe foi imposto pela ditadura (Lonkhuijzen *et al.*, 2022). De acordo com Teixeira (2022), a América Latina vivia grande repressão por conta das ditaduras militares e por conta disso a divulgação das ideias do movimento museológico não repercutiu com maestria. Ainda sobre esse evento, Priosti (2010) diz que a Mesa Redonda de Santiago trouxe

A necessidade de compatibilizar o que era feito até então com a realidade dos países pobres. Precisávamos de uma museologia diferenciada para atender às especificidades da América Latina e para isso foi preciso flexibilizar modelos europeus, deixar de lado a neutralidade e assumir sem complexos a vocação política do museu (Priosti, 2010, p. 36).

Nesse contexto, o documento de Santiago foi fundamental para que as portas dos museus se abrissem para a sociedade, possibilitando o surgimento de uma nova museologia, estruturada na teoria e na prática e organizada por profissionais qualificados junto ao corpo social (Scheiner, 2012). Este documento foi considerado como um marco importante do pensamento museológico, pois foi fundamental para o processo de conceituação da nova museologia, trazendo em suas propostas e diretrizes ações sociomuseológicas com compromisso social (as exposições museológicas devem apresentar temáticas coerentes com a realidade local, possibilitando a comunicação com a comunidade beneficiada pelas exposições), inovações museográficas (inclusão das tecnologias) com elementos relacionados à cultura local (discurso museológico acessível ao contexto social, histórico e cultural) e forte papel político (pois é um instrumento de transformação social que ajuda no pensamento crítico sobre as realidades sociais, culturais e ambientais).

Devido a essa forte estruturação, percebe-se que o movimento da Nova Museologia é marcado por participações de museólogos, filósofos, sociólogos,

professores, educadores, agentes de desenvolvimento, entre outros que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações (Varine, 2012) e por uma sociedade civil preocupada com a preservação do patrimônio cultural e ambiental com o objetivo de construir uma sociedade ativa, reflexiva e democrática.

Desse modo, fica evidente que o conceito de museu passou a ser entendido como um mecanismo de desenvolvimento social, abrangendo o meio material e cultural, na perspectiva da interdisciplinaridade e, por conta disso, apresenta inovações nas concepções de museus, como museus integrais, ecomuseus, museus comunitários, museus de território, museus de cidades, museus de vizinhança, museus de sítios ou museus a céu aberto (Tanus, 2014). A respeito da interdisciplinaridade, nota-se por meio deste recurso que é possível promover a atuação e a compreensão totalizante do patrimônio cultural. Além disso, a formação da equipe é interdisciplinar, garantindo uma visão mais ampla por causa das diversas áreas de conhecimento que estão trabalhando conjuntamente.

Percebe-se que as implicações da Mesa Redonda de Santiago foram extremamente necessárias para que as práticas museológicas fossem ampliadas, com medidas preservacionistas voltadas para a comunidade, como também houve mudanças na finalidade da preservação e na função do museu. Naquele contexto, no bojo dos movimentos internacionais, os museus foram convocados a pensar em formas de contribuição para um desenvolvimento social e local (Chagas; Pires, 2018).

Um outro documento também foi primordial na elaboração da Nova Museologia, a Declaração de Quebec (1984). Este documento estabeleceu os princípios de base da nova museologia, para orientar as ações com modelos alternativos de museus que surgiam em vários países, como os ecomuseus, museus comunitários, museu integral, entre outros, além de manter a ideia de museu e patrimônio como instrumento a serviço da comunidade, como estava proposto na Declaração de Santiago do Chile (1972) (Cury, 2018). É de referir que todas essas tipologias de museus tinham em comum a preocupação com a preservação do patrimônio (cultural e ambiental) e desenvolvimento social. É nesse encontro que é reconhecido pela comunidade museológica a ecomuseologia e museologia comunitária.

Dando continuidade aos marcos da Nova Museologia, a Declaração de Oaxtepec (1984) foi um importante documento que aprofundou os conceitos básicos da ecomuseologia, proposto por George Rivière. Este documento considera que as comunidades devem assumir o patrimônio nacional como resultado da relação

homem-meio ambiente e de que os termos território-patrimônio-comunidade são uma unidade indissolúvel.

No referido documento, expande-se o modelo do museu tradicional, que é reduzido a um prédio com acervo para um público específico, para um território com um patrimônio integrado e uma comunidade participativa, que se chama ecomuseu, assumindo a responsabilidade pedagógica para o ecodesenvolvimento. Ainda sobre o documento, outro ponto que se destaca é a importância da participação comunitária para evitar as dificuldades de comunicação, recolhendo as tradições e as memórias coletivas, colocando-as ao lado do conhecimento científico.

O conceito de espaço territorial musealizável é entendido como um território que está além das delimitações físicas, pois há outros aspectos definidores, como as relações familiares e sociais, a produção e trabalho e o ecossistema. Sendo assim, na Declaração de Oaxtepec, o território musealizável é composto por aspectos sociais, culturais e ambientais, não sendo somente uma propriedade, mas uma herança social, que é definida como “tudo aquilo que é função e resultado da atividade humana na relação do homem com seu meio” (Declaração de Oaxtepec, 1984, p. 2).

O Ecomuseu é um modelo de preservação do patrimônio cultural, pois possibilita a integração da comunidade de um determinado território com o patrimônio cultural e ambiental por meio de atividades museológicas, que envolvem as seguintes questões:

- Linguagem dialógica e participativa adequada à realidade local do museu, com o objetivo sempre de recorrer às tradições, à memória coletiva e aos elementos culturais;
- Projetos sociomuseológicos para sensibilizar a comunidade local quanto a importância do seu patrimônio, bem como capacitá-la para preservar e/ou conservar, sendo um fator para o desenvolvimento social e sustentável;
- Ações sobre a importância da recuperação, salvaguarda e fortalecimento da identidade cultural;
- Formação dos promotores selecionados no próprio ambiente;
- Criação de estruturas associativas no ambiente;
- Criação de uma museografia popular, contemplando inventário, conservação, valorização e divulgação;

- Presença e assistência do Estado através das suas instituições na sua missão de preservação da identidade nacional, o que permitirá aos ecomuseus promover e fortalecer a identidade local e regional;
- Formação de pessoas das próprias comunidades, incluindo professores já existentes, que também tem a finalidade de: a) ensinar o quê e o como da apropriação e utilização dos recursos que pertencem à comunidade e que constituem seu patrimônio; b) assinalar que pessoas formadas e especializadas são os principais divulgadores da sensibilização específica para o patrimônio e da sensibilização coletiva da comunidade, nomeadamente no que diz respeito ao resgate, salvaguarda e fortalecimento da história e memória coletiva (Declaração de Oaxtepec, 1984).

Para complementar as discussões sobre os documentos necessários para a construção da Nova Museologia, destaca-se também a Declaração de Caracas (1992). Este encontro possibilitou debater questões como a missão dos museus na América Latina e o papel da comunidade como gestora do patrimônio cultural (Cury, 2018). Nesse encontro foram apresentadas algumas responsabilidades sociais do museu com a comunidade, como:

- O papel do museu na capacitação da população local para futuramente gerir os espaços culturais,
- O papel do museu no processo educacional como instrumento de desenvolvimento social;
- A comunidade é fonte de conhecimento, portanto, devem participar das pesquisas e investigações acerca do seu processo cultural;
- A comunidade é responsável pela preservação do seu patrimônio cultural;
- As ações museológicas devem ser coerentes com a realidade local.

Finalizadas as apresentações sobre os documentos e eventos que foram importantes para o processo de elaboração da nova museologia, fica evidente que, ao passar dos anos, as discussões e as ações estratégicas legitimaram o novo modelo de museu, com uma base bem estruturada, com métodos e conceitos, fundada em objetivos sociais e culturais, com a preocupação de estabelecer o protagonismo das comunidades que podem ser beneficiadas com as atividades museológicas, não

esquecendo da comunicação inclusiva voltada para a realidade local. Ademais, foram divulgadas algumas tipologias de museus, ampliando o campo de reflexão e das práticas museológicas, ultrapassando os espaços físicos delimitados para resgatar as memórias e fortalecer as identidades culturais.

A nova museologia questiona, especificamente, as abordagens tradicionais dos museus para questões de valor, significado, controle e autoridade, juntamente com uma necessidade percebida de conservar lugares e culturas locais, sendo estes fatores essenciais para o desenvolvimento de novos paradigmas para os museus. Nesse sentido, os museus tradicionais com seus objetos cuidadosamente apresentados em vitrines e procedimentos curatoriais, não são necessariamente o meio ideal de capturar as particularidades locais, mas o novo modelo de museu que vai além dos limites de suas paredes e que empodere as comunidades locais são vantajosas. O ecomuseu é um desses paradigmas.

4 ECOMUSEOLOGIA E ECOMUSEU: PERCURSOS HISTÓRICOS

De modo geral, um dos responsáveis pelo termo foi Georges Henri Rivière, que procurava dialogar com as discussões sobre meio ambiente, patrimônio cultural e recursos naturais. Na visão de Rivière, o Ecomuseu tinha como proposta uma preservação patrimonial integrada, em que a natureza e a cultura articulassem com os processos da comunidade, para desenvolver uma concepção dinâmica de identidade (Teixeira, 2022). Nesse sentido, Rivière ambicionava um museu que tinha como base uma educação transformadora e questionadora, dando espaço às práticas museológicas que exploravam o poder da memória. Sendo assim, cabe um momento para explicar como ocorreu o processo de construção do termo Ecomuseu e como ele foi se emoldurando a céu aberto.

a. A criação do termo Ecomuseu: um instrumento de mudança social e cultural

Essa tipologia museal começou com a criação do “Le Creusot-Montceau les Mines”, que tinha como objetivo romper com a museologia tradicional francesa, que se apresentava de maneira fragmentada e elitista. Este ecomuseu foi criado em uma região industrial na França, no ano de 1974, em uma comuna da Borgonha; porém, a ideia de um museu para o Creusot surgiu muito antes da sua fundação, datando dos anos 1970 o registro dos primeiros passos do que futuramente viria a ser o “Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines” (Brulon, 2015).

Tudo começou, de acordo com Brulon (2015), quando Marcel Évrard retorna para a sua propriedade na Borgonha em 1970 e começa a estabelecer vínculos com a comunidade do Creusot. Marcel Évrard era bastante reconhecido no campo museal, devido aos seus trabalhos envolvendo organização de exposições no Musée de l’Homme e, também, por colecionar objetos de arte primitiva.

Nos anos em que esteve próximo de Creusot, Marcel Évrard se dispôs a organizar várias exposições em espaços públicos locais, como em salões de festas e em salas da prefeitura (Brulon, 2015) e logo foi chamado para assumir a presidência do Centro de Ação Cultural (CAC – criado pela população local). Nesse período, Brulon (2015) menciona que Marcel Évrard conhece o doutor Jo Lyonnet, um militante da cidade que auxiliava os artistas locais, e o convida para participar de atividades que antecederiam o que chamamos de Ecomuseu. Sabendo das ações que já

estavam acontecendo em Creusot, o prefeito da cidade propõe para eles a criação de um museu e oferece o Château de la Verrerie (antiga residência dos Schneider – família que comandou a região por aproximadamente até o século XX).

No seu artigo, Brulon (2015) aponta que Évrard concilia o discurso sobre a arte com a história industrial, como forma de quebrar barreiras e aproximar a comunidade local com o campo museal, pois um museu tradicional não seria interessante às pessoas, pois a melhor maneira seria dar aos habitantes de Creusot a oportunidade de fazer suas próprias narrativas, pois a sua comunidade foi marcada por um passado de dominação e desvalorização no período do desenvolvimento das indústrias na cidade.

Outro fato mencionado por Brulon (2015), é que Évrard visava o desenvolvimento cultural da população, bem como o seu patrimônio e memória. Por esse motivo, o projeto de Évrard chamou atenção de personalidades como Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, que decidiram se associar ao projeto de Évrard, dando uma impulsionada na definição do Ecomuseu por meio da busca da legalização da instituição museológica e por estabelecer discussões em âmbito nacional com especialistas museais em eventos científicos.

Com a adesão de Varine e Rivière ao projeto, cria-se a associação do Écomusée de la Communauté Urbaine du Creusot Montceau les Mines – Musée de l’Homme et de l’Industrie, que viabilizava a participação da população urbana, como também planejava o desenvolvimento da comunidade por meio de um estatuto que norteava a participação coletiva local e vizinha, com o objetivo de resgatar o patrimônio local do Creusot e reorientar a sua identidade (Brulon, 2015).

Para chegar nesse termo “Ecomuseu”, Hugues de Varine experimentou várias combinações silábicas que unisse as palavras “ecologia” e “museu”. Em um almoço com Rivière e com o conselheiro do ministro do Meio Ambiente, Serge Antoine, em 1971, em Paris, Varine pronuncia “Ecomuseu”. Brulon (2015) menciona que eles estavam reunidos para discutir sobre a organização da Conferência do Icom, que aconteceria naquele ano e, por isso, precisavam lapidar o conceito que ainda estava impreciso.

Em 1973, Rivière sente a necessidade de definir o termo Ecomuseu “— que ele chamou de ‘definição evolutiva’” (Brulon, 2015, p. 274), por conta de haver três tipos de definição: a primeira caracteriza o Ecomuseu como “museu ecológico”; a segunda definição ele considera o Ecomuseu como “laboratório de campo”; e a terceira, define

Ecomuseu como laboratório, reservatório e escola, enfatizando a diversidade das populações (Brulon, 2015). Para Rivière (1985), um Ecomuseu é um instrumento que possibilita que a população se reconheça e reflita sobre o território em que vive; é uma expressão da relação do homem com a natureza; é uma aproximação do passado com o presente; um conservatório que ajuda na valorização do patrimônio natural e cultural, fomentando a informação para que a população consiga analisar criticamente o espaço em que vive, sendo, portanto, um instrumento de autoconhecimento.

A partir das palavras de Rivière acima, é possível perceber que a questão da memória e identidade existem. São dois processos complexos que ocorrem ao institucionalizá-las por meio dos ecomuseus. Segundo Tuan (2013), existe um elo afetivo entre o ser humano e o ambiente, onde todas as cargas de emoções são nutridas no espaço ao longo do tempo, implicando a experiência e a elucidação da memória.

Assim, segundo o mesmo autor, essa relação lugar-espaço forma a identidade do ser humano que contém lembranças, significados e outros elementos que compõem a razão e a emoção humana. Em síntese, o espaço é resultante das relações e práticas desenvolvidas em seu âmago, como o reconhecimento identitário. Assim, notam-se novas configurações socioespaciais de cultura, onde há uma identidade coletiva calcada em características comuns aos residentes e utilizadores do espaço (Santos, 2020).

Por essa razão, os Ecomuseus são espaços de memórias descentralizadas das cidades, que possibilitam a noção de pertencimento ao patrimônio histórico e cultural das pessoas (Souza; Silva; Faccio, 2018), que exercem a função de contribuir com o desenvolvimento sustentável das sociedades, visando fins educacionais e culturais (Souza, 2018). De acordo com Varine (2013), a comunidade é o principal gestor desse museu, favorecendo a inclusão, acessibilidade e o fortalecimento das culturas. Por isso, é importante que a comunidade se reconheça como agente transformador, assim o patrimônio torna-se um recurso cultural, natural, humano (Souza, 2018) e educacional.

Nesse sentido, a comunidade é o principal objetivo dos Ecomuseu, pois não são feitos para visitantes e turistas, mas sim para a própria comunidade que é musealizada, juntamente com suas ações e organizações. Para Brulon (2015, p. 283), “a comunidade é um conjunto complexo de atores que se inventam como gestores, conservadores e, ocasionalmente, como público do museu”; ou seja, são todos

aqueles que vivem no espaço musealizado, sendo importantíssimo para os processos identitários.

Com base nisso, torna-se evidente a interdependência entre memória e identidade. Essa relação é delineada nas palavras de Pollak (1992), que ressalta como a memória é um processo construído tanto social quanto individualmente, intrinsecamente vinculado ao sentimento de identidade. Dessa forma, o Ecomuseu se revela como um espaço coletivo repleto de múltiplos significados, onde se desenrolam processos essenciais para a construção de identidades, a preservação da memória, a valorização da cultura e as interações entre o ambiente e a comunidade. Essa conjuntura destaca o Ecomuseu como um Patrimônio Cultural, essencial na consolidação e perpetuação das raízes culturais e históricas locais.

b. Ecomuseu = território + patrimônio + população

As experiências museológicas desenvolvidas por meio dos ecomuseus se opunham ao caminho adotado pelos museus clássicos, pois possuem alternativas e sistematização teórico-experimental que foram definidas por Varine. O autor aponta a “passagem” da museologia tradicional para uma “nova museologia” baseada no reconhecimento da função social do museu, havendo a mudança do “museu de objetos” para o “museu de ideias” (Davis, 2009), possibilitando trabalhos interdisciplinares para o envolvimento mais amplo com a sociedade, estabelecendo o seguinte quadro esquemático:

Figura 1. Esquema das diferenças entre o museu tradicional e o ecomuseu).



Fonte: Adaptado de Chagas e Pires (2018).

Diante disso, existem diferenças entre as duas abordagens museológicas, que vão desde a estrutura física, como também o público-alvo e objetivos. No que se refere ao ecomuseu, este não se preocupa com a quantidade de visitantes, mas com a qualidade da interação entre o público-alvo e o espaço museológico. Em resumo, o “novo museu” possui uma vertente de valorização do território em vez de se limitar ao prédio institucional, dando ênfase ao patrimônio em vez da coleção de curadoria e direcionando suas ações à comunidade em vez de visitantes.

Quadro 1. Comparativo de museu e ecomuseu.

Crítérios	Museu	Ecomuseu
Referência	Prédio	Local
Foco	Coleções	Patrimônio
Organização	Disciplina	Interdisciplinaridade
Público-alvo	Visitantes	Comunidade
Controle	Museu e equipe	Comunidade e equipe
Objetivos	Conservação e educação	Desenvolvimento da comunidade local

Fonte: Adaptado de Ecobrasil (2023).

Retornando para a definição de ecomuseu, que é formada pela tríade território-patrimônio-população, o território musealizável é o espaço onde ocorre o cotidiano das pessoas e os bens culturais. O patrimônio, no seu sentido mais amplo, composto por bens materiais, imateriais e naturais, podendo ser o modo de vida das comunidades, os objetos, as edificações, os costumes, os saberes tradicionais e a fauna e flora do território. E a população é a beneficiada pelos dois componentes mencionados acima, pois as ações sociomuseológicas são direcionadas às comunidades para resgatar a cultura e o ambiente e, conseqüentemente, fomentar a preservação do patrimônio cultural e natural.

Devido à presença de alguns termos já definidos pela literatura científica na tríade supracitada, é válido discutir dois deles: território e população. Em relação ao território, os autores Chagas e Pires (2018) ressaltam que o termo exige cuidado conceitual:

Visto que o estabelecimento e a defesa de territórios museológicos não têm valor em si. É possível, inclusive, pensar que tais práticas museológicas de novo tipo não têm sido sempre de territorialização. Ao contrário, elas se movimentam entre a territorialização e a desterritorialização, sem assumir uma posição definitiva (Chagas; Pires, 2018, p. 14).

Entende-se que a preocupação mencionada pelos autores é para destacar que não existe um espaço limitado que defina onde está o museu ou que as ações museológicas se delimitam em um único espaço. Assim, fica evidente que existe uma flexibilização quanto a limitação do que possa vir a ser o território musealizável e que marcar ou não suas áreas podem estabelecer dois caminhos:

Assim, se, por um lado, marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e à afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos (Chagas; Pires, 2018, p. 14).

Nesse sentido, ao marcar o território, haverá a materialização da memória e dos saberes locais. Para a museologia, a memória está presente nas definições de pertencimento de um indivíduo a um grupo ou território, sendo um importante meio de preservação dos fatos de uma determinada comunidade. Por esse motivo, a memória é um recurso imprescindível para a compreensão da realidade, dos aspectos culturais e da história. Para que este recurso seja passado por gerações, a oralidade é o meio mais comum de ser utilizado, mas também podem ser encontrados em fotos, filmes, cartas, músicas, documentários, obras de arte e poemas, sendo uma importante fonte de informações sobre as experiências e vivências humanas.

Segundo Pedrosa (2014), o ecomuseu é um espaço de memória vocacionado para o desenvolvimento:

a) situa os objetos no seu contexto territorial e cultural; b) preserva conhecimentos técnicos e saberes locais; c) educa e consciencializa para a importância dos valores do patrimônio cultural; d) implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem; e) permite desenvolver programas de participação popular que contribuam para o desenvolvimento da comunidade (Pedrosa, 2014, p. 205).

O ecomuseu, enquanto espaço de memória, pode se tornar centro de referência cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável para que as futuras gerações saibam das suas origens, da sua história, constituindo umas das funções sociais do museu. Ao trabalhar a memória nesses espaços museológicos, ocorre a democratização das culturas, combatendo o “silenciamento” dessas culturas que foram oprimidas ao longo da história.

Nesse sentido, mesmo que o museu realize esse trabalho de resgatar as memórias, é possível que os saberes culturais permaneçam no imaginário cultural da comunidade, que aos poucos se transformam devido a fatores sociais aos quais estão expostos. Mas, as comunidades também podem apresentar suas características culturais consolidadas, carregando os saberes tradicionais que foram transmitidos por gerações.

De acordo com Halbwachs (2006), a memória não é apenas uma dimensão individual, ela é influenciada pela coletividade, sendo chamada de memória coletiva, e ainda que singular e autorreferente, situa-se num contexto histórico e cultural. Além disso, o autor afirma que a memória coletiva é um produto social, onde características ou fatos sociais, espaciais ou temporais, vão sendo compartilhados ou assimilados. Para o autor, a memória coletiva fornece dados para a construção das memórias individuais e está contida na sociedade que a (re)constrói, ou seja, é ela quem garante a integração do indivíduo em seu grupo social e fornece os dados para que este se integre ao meio e forme sua memória individual.

A partir do conceito de memória coletiva, um outro termo ganha destaque devido a sua importância para o ecomuseu: o passado. É através do (re)conhecimento do passado que resulta no processo de construção da identidade cultural de um local ou comunidade. Esta identidade está associada com o sentimento de pertencimento, pois, por meio dela, os membros de uma comunidade compartilham a mesma história, a mesma tradição, os mesmos saberes e sabores, que os aproximam dos seus antepassados ou território.

Um outro termo que também é mencionado pelos autores é o de população, por assumir uma alta complexidade em sua definição:

A seu turno, o termo população, além de ancorar o desafio básico do museu, é também de alta complexidade. Primeiramente, é preciso considerar que a população não é um todo homogêneo; ao contrário, é composta de orientações e interesses múltiplos e muitas vezes conflitantes. Em segundo lugar, numa mesma população encontram-se processos de identificação e identidades culturais completamente distintos e que não cabem em determinadas reduções teóricas. Assim, as identidades culturais locais também não são homogêneas e não estão dadas à partida (Chagas; Pires, 2018, p. 14).

Os autores ressaltam que nem sempre a população se sentirá pertencente ao museu ou ações museológicas, devido aos seus múltiplos interesses, que podem

divergir entre si. Além disso, as percepções culturais podem variar entre as pessoas que estão diretas ou indiretamente relacionadas com o território ou instituição museal.

Ainda em relação ao termo população, outra palavra pode também ser utilizada, comunidade. Esta expressão, bastante presente nos estudos sobre a sociomuseologia, ganha notoriedade quando Varine o define em 1987. Pelas palavras da autora Judite Primo (2014, p. 18), comunidade é:

Um grupo a viver num território, partilhando um conjunto de elementos simbólicos, conscientes das afinidades e diferenças que os caracterizam, assim como das relações de conflitos destes com o seu meio ambiente, social e político, cujo futuro é parcialmente comum.

Dessa forma, a tríade (território-patrimônio-população/comunidade) formada possui uma relação de dependência, onde todas as suas funções e ações estão interligadas para fortalecer as memórias, as identidades culturais e o meio ambiente, que também são conceitos adotados nas práticas museológicas para a preservação do patrimônio cultural.

Sob essa ótica, o conceito de ecomuseu abrange alguns atributos dos museus tradicionais, mas o seu diferencial está em ser um elemento ativo no desenvolvimento da região onde se localiza, assumindo-se como um elemento chave para o desenvolvimento integrado e sustentável do território. Portanto, nos ecomuseus a busca pelas raízes culturais levou à ruptura com os padrões tradicionais de museus e de museologia, e que o desenvolvimento dos movimentos voltados para a cultura popular ganhou espaço no século XX (Pedrosa, 2014).

O autor supracitado reforça que o conceito de ecomuseu se caracteriza por ser um espaço aberto, de povoação, de identidade, de território e que possibilita o desenvolvimento dinâmico da região em se insere, tendo um cuidado com os valores culturais do presente e do passado, como forma de pensar nas próximas gerações, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, esse modo de pensar os ecomuseus fomenta a valorização dos patrimônios, sejam eles os naturais, os arqueológicos, construídos ou culturais.

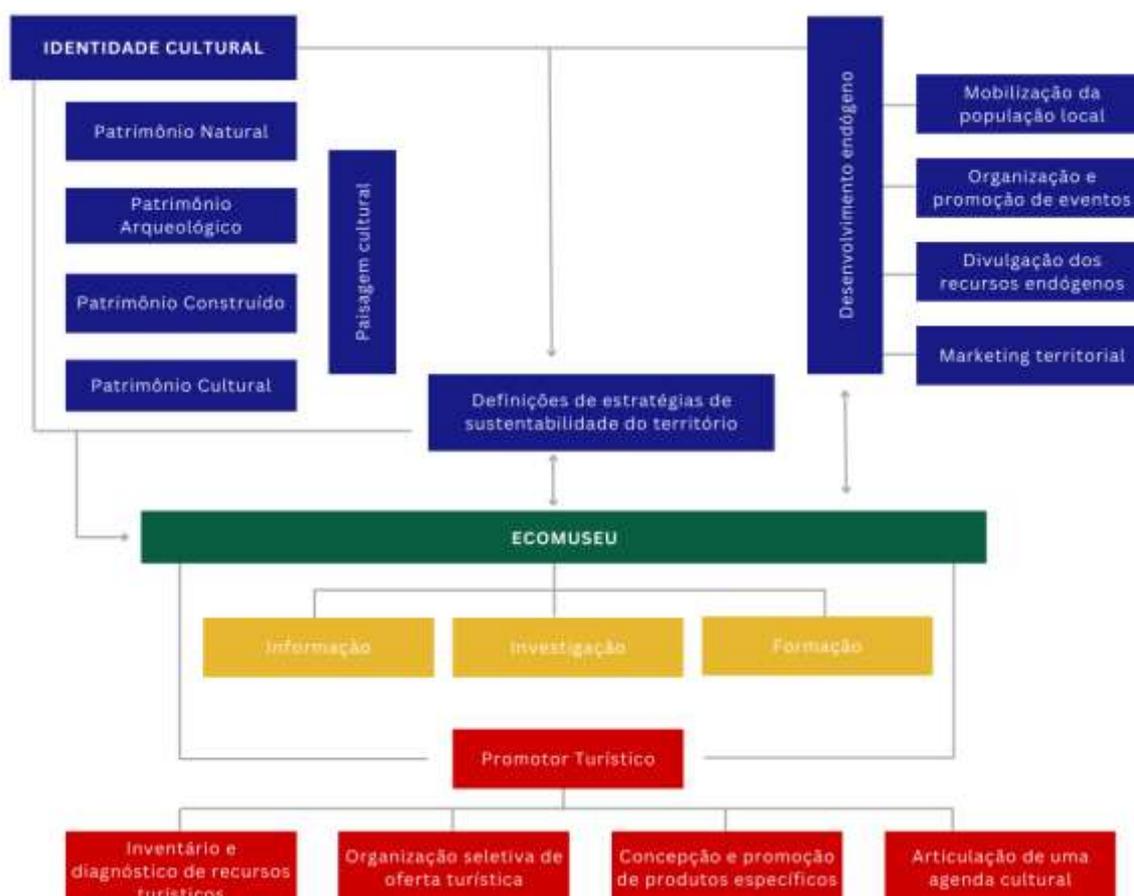
Essas visões indicam que a comunidade atribui profundo significado ao seu lugar ou território e dentro deles há uma diversidade organizacional que possui um objetivo em comum: preservar. Essas medidas de proteção ocorrem em todos os níveis, desde o patrimônio material até o natural. Desse modo, o ecomuseu é sustentado pela relação das pessoas com o território, como também dos visitantes e

de todos que são diretamente ou indiretamente impactados por suas ações (Pedrosa, 2014). Por esse motivo, existe um forte envolvimento da comunidade e das instituições locais no processo de valorização dos patrimônios.

Esse entendimento permite ao ecomuseu assumir um caráter integrador e dinamizador dos diversos elementos presentes na região em que se insere, articulando o desenvolvimento sustentável e social, a preservação dos patrimônios, a promoção do turismo e o enriquecimento cultural. Para tanto, o ecomuseu deve integrar em si funções elementares de documentação, investigação e interpretação dos valores culturais, para que as informações geradas possam ser utilizadas na divulgação desses valores culturais.

Ademais, estes espaços devem promover a formação de pessoas de diversas áreas de conhecimento, como forma de serem agentes ativos na comunidade, possibilitando o resgate das memórias, do pertencimento e da identidade cultural do território, como mostra o esquema abaixo elaborado por Pedrosa (2014):

Figura 2. Enquadramento conceitual dos ecomuseus.



Fonte: Pedrosa, 2014.

Nessa abordagem museológica, exige-se que as vozes locais sejam ouvidas para que haja o empoderamento da comunidade e que por meio da ecomuseologia seja possível fornecer à população local um processo inclusivo, para resgatar os fragmentos de patrimônio, como edifícios, habitat florestal ou patrimônio imaterial, da perda ou destruição e, conseqüentemente, levem ao desenvolvimento de uma expressão tangível de seu sentido de pertencimento ao lugar.

Os ecomuseus, como visto acima, possuem uma diversidade de atribuições notáveis, mas apesar dessas variações, Davis (2009) sugeriu uma lista de atributos que caracterizam os ecomuseus:

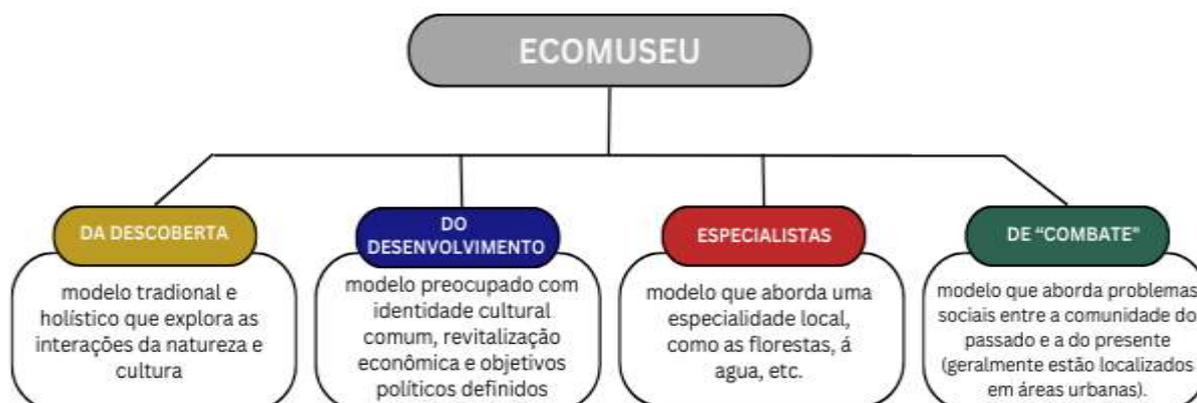
- A adoção de um território;
- A identificação de recursos patrimoniais dentro desse território;
- Conservação dos recursos patrimoniais;
- Parcerias com organizações para desenvolver atividades de conservação dos recursos patrimoniais;
- Empoderamento das comunidades locais, ou seja, o ecomuseu é administrado pela população local;
- A população local decide quais aspectos do lugar/território são importantes para eles;
- A comunidade local se beneficia com o estabelecimento do ecomuseu;
- Os benefícios podem ser intangíveis, como o autoconhecimento ou orgulho do lugar e tangíveis, como o resgate de um fragmento do patrimônio local, por exemplo, ou econômico.

Essas características indicam forte conexão entre os ecomuseus e as comunidades locais. Onde as narrativas são frequentemente desenvolvidas em conjunto com a população local, porque possuem uma compreensão mais profunda das particularidades do patrimônio da localidade e um conhecimento de o que mais importa para a comunidade. Assim, quando a prática do ecomuseu dá lugar às vozes locais, este pode ter grande potencial de se aproximar da verdade sobre o lugar e capturar a identidade cultural.

Segundo Davis (2011), os ecomuseus dividem-se em quatro categorias. Como mostra o esquema abaixo, os quatro tipos de ecomuseus se diferenciam de acordo com o seu objetivo e onde se localizam, indicando que são organizações extremamente diversas que se originam de várias maneiras. Sendo assim, fica

evidente que a sua estruturação precisa ser direcionada para a comunidade, identificando quais problemas ou aspectos que aquela comunidade deseja que seja solucionado ou discutido.

Figura 3. Categorias dos ecomuseus.



Fonte: Adaptado de Davis (2011).

Pensando nessas diferenças destacadas, Davis (2019) estabelece alguns princípios para que os ecomuseus, em seu processo de criação e fortalecimento, cumpram:

- A comunidade local administra o ecomuseu;
- Os processos de tomada de decisão devem ser de forma democrática, com a participação pública de todos os grupos de interesse;
- A gestão deve ser conjunta com a comunidade, instituições acadêmicas, autoridades locais e instituições governamentais;
- Ter ênfase na gestão do patrimônio;
- Engajar a colaboração de artesões, artistas, músicos locais;
- Estimular o trabalho voluntário e ativo da comunidade local;
- Focar na identidade cultural local;
- Abranger um território geográfico;
- Abordar aspectos espaciais e temporais, não se limitando a uma época ou período temporal, mas mostrando uma continuidade do tempo;
- Assumir a forma de “museu fragmentado”, com redes de apoio;
- Promover a preservação, conservação e a salvaguarda dos patrimônios presentes no território;

- Dar a mesma atenção aos patrimônios materiais e imateriais do território;
- Estimular o desenvolvimento sustentável;
- Incentivar um programa de documentação contínua de todos os aspectos que estão presentes no território, tais como físicos, econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais;
- Possibilitar a pesquisa científica, desde a pesquisa dos especialistas locais até à pesquisa de acadêmicos;
- Articular pesquisas multidisciplinares e interdisciplinares;
- Viabilizar uma abordagem holística nas relações entre cultura e natureza;
- Proporcionar um turismo responsável;
- Beneficiar a comunidade local, promovendo o sentimento de pertencimento, sentimento de orgulho.

Dentre esses princípios indicados, percebe-se a presença da tríade que compõe a formação do ecomuseu: território + patrimônio + população/comunidade. Esta base é fundamental para que o ecomuseu represente com precisão o lugar onde atua, fornecendo uma narrativa honesta de seus beneficiados locais, assim como preservar e conservar os patrimônios que os definem.

Por este ângulo, é de responsabilidade do ecomuseu zelar pelos patrimônios presentes no território que está operando. Por conta disso, a pesquisa de Souza (2021) aponta as funções do ecomuseu pelas palavras de Varine (2009 p. 19 *apud* Souza, 2021, p. 82):

- Assegurar o inventário, o registro e a conservação do patrimônio imaterial (digitalização), numa relação de cooperação e confiança com os portadores, os usuários e os titulares de direitos morais deste patrimônio.
- Transformar elementos imateriais em objetos, para estudá-los, preservá-los e trabalhá-los: fotos, filmes, CDs, DVDs, cópias, modelos, mapas. Esta é mais a abordagem de arquivamento funcional do que a da coleção no sentido de museu.
- Transformar esses elementos patrimoniais em discursos, seja na forma original (gestos, receitas, crenças, canções, lendas) ou na forma de documentos, isto é, através de exposições, itinerários, livros, filmes e outros eventos, dos quais o primeiro público será a própria comunidade, com direito a olhar para o design e implementação.
- Mediar, interpretar, transmitir, por todos os meios, às diferentes categorias e classes etárias da população, toda a sua herança.
- Ajudar a garantir, em boas condições culturais e econômicas, a evolução e transformação do patrimônio, inclusive sua adaptação às técnicas atuais de produção e reprodução.

- Contribuir para a renovação de certas tradições ou para a criação de novos elementos imateriais (exemplos: renascimento de jogos e desportos antigos, práticas de comunidades religiosas carismáticas, novas fórmulas culinárias baseadas no refinamento do gosto ou em contribuições externas).
- Ajudar turistas de outras esferas culturais a entender e respeitar tradições que eles não conseguem entender completamente e, assim, facilitar futuras relações entre eles e os habitantes locais.
- Acolher, ajudar e supervisionar pesquisadores e estudantes que gostariam de tomar o território e sua comunidade como objeto de estudo, impondo um compartilhamento equitativo com os portadores de conhecimento local.
- Garantir os direitos morais e patrimoniais dos legítimos detentores do patrimônio, tanto tangíveis quanto intangíveis, e mais geralmente os de toda a comunidade.
- Envolver o patrimônio e seus portadores em todos os programas de desenvolvimento local ou regional, o que exige que o museu tenha vigilância e presença constante em todos os círculos de poder e decisão de que o território depende.

Ao analisar essas funções estratégicas definidas por Varine, percebe-se que o ecomuseu possibilita maior envolvimento da comunidade, não esquecendo-se das questões que perpassam por ela, como territoriais, socioambientais e culturais, ficando evidente que o objetivo central deste modelo de museu é a necessidade de fortalecer as relações com a comunidade do seu entorno. Para além de visitas, o ecomuseu busca uma atuação ativa da comunidade, participando até mesmo no plano museológico (Souza, 2021).

Para que o ecomuseu perdure, Souza (2021, p. 83) estabelece três pilares para apoiar a instituição museológica:

A instituição administrativa e política local (prefeituras municipais e suas respectivas secretarias), a comunidade e suas estruturas ativas (como os movimentos sociais) e uma equipe constituída por profissionais e voluntários treinados e responsáveis (comumente oriunda de universidades, institutos de pesquisas e ONGs).

Isto é, para garantir que a comunidade seja participativa em todas as esferas do ecomuseu, é importante que exista uma rede de colaboradores, que possibilitem que seus objetivos sejam alcançados, o que demanda um novo olhar sobre o patrimônio cultural e natural. É por meio deste trabalho com muitas mãos, suor e sorrisos, que o ecomuseu valoriza os saberes e sabores das tradições culturais.

c. Mapeamento dos Ecomuseus do Brasil

Ao se analisar o desenvolvimento do termo “Ecomuseu”, é notório que essa instituição museológica foi bastante disseminada na França, tanto por sua criação ter sido no território francês, como também por conta do movimento da Nova Museologia. Ambos são resultados de vários processos de caráter social, econômico, político, cultural e museológico. É no contexto de descontentamento dos museólogos e apoiadores de transformações no campo da museologia que os ecomuseus surgiram, com o objetivo de ser um instrumento para o desenvolvimento local, visando a participação e autogestão aliados com a comunidade para preservar e estudar o patrimônio. Nesse sentido, para a ecomuseologia, a dimensão humana é a base para o estudo, intervenção e usufruto dos patrimônios, incluindo o natural (Jesus, 2015).

No Brasil, o termo “Ecomuseu” ganhou fama do mesmo jeito que aconteceu na França e, por conta disso, uma série de iniciativas museológicas aconteceram no território nacional. Como forma de demonstrar as ações museológicas referentes aos ecomuseus a favor das comunidades e de tornar ilustrativo, segue abaixo um mapeamento adaptado de Santos (2017) dessas instituições museológicas no âmbito nacional.

Quadro 2 – Distribuição dos Ecomuseus no Brasil.

Ano de Criação	Nome	Cidade	UF	Comunidade de atuação
1971	Ecomuseu Ribeiro da Ilha	Florianópolis	SC	Comunidade Ribeirão da Ilha
1982	Ecomuseu integrado de São Cristóvão	Rio de Janeiro	RJ	São Cristóvão
1983	NOPH – Ecomuseu de Santa Cruz	Rio de Janeiro	RJ	Santa Cruz
1987	Ecomuseu de Itaipu	Foz do Iguaçu	PR	29 municípios
1988	Ecomuseu da fazenda Boa vista	Roseira Velha	SP	População de Roseira Velha e turistas
1995	Ecomuseu da Picada	Rio Grande	RS	Rio Grande
1997	Ecomuseu laboratório Interativo de	Chapecó	SC	Chapecó

	Educação Ambiental			
1998	Ecomuseu rural	Bom Jardim	RJ	Sítio Córrego de Santo Antônio (bairro)
1999	Ecomuseu da Ilha da Pólvora – FURG	Rio Grande	RS	Comunidades e visitantes do estuário Lagoa dos patos
2001	Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba	Fortaleza	CE	Sabiaguaba
2002	Ecomuseu do Seringal Vila Paraíso	Manaus	AM	Manaus
2003	Ecomuseu Univali	Porto Belo	SC	Comunidades litorâneas
2004	Ecomuseu do Carste	Matozinhos	MG	Região do Carstes
2005	Ecomuseu comunitário Graciliano é uma graça	Maceió	AL	Comunidade do Graciliano e adjacências.
2005	Ecomuseu Serra do Ouro Preto	Ouro preto	MG	Comunidades dos morros da queimada (sítio arqueológico), de Santana, de São João, São Sebastião e da Piedade
2006	Ecomuseu casa da cultura Miguel Reale	São Bento do Sapucaí	SP	São Bento do Sapucaí
2006	Ecomuseu dos caminhamentos do sertão	Sobradinho	DF	Sobradinho
2006	Ecomuseu de Maranguape	Maranguape	CE	Comunidade rural de cachoeira (Distrito)
2006	Ecomuseu Sítio do Físico	São Luís	MA	Bairro Coroadinho
2007	Ecomuseu da Amazônia	Belém	PA	13 comunidades rurais: distrito de Icoaraci (bairros Paracuri e Cruzeiro/Olrla); Ilha de Caratateua (bairros Tucumaeira, Fama, São João e Outeiro, Curuperé e Nova República); Ilha de Cotijuba (comunidades do Poção e Faveira); Ilha de Mosqueiro (comunidades de caruaru, castanhal do Mari-Mari e Assentamentos Paulo Fonteles e Mari Mari)

2007	Ecomuseu de Manguinhos	Rio de Janeiro	RJ	Complexo de Manguinhos
2007	Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes	Blumenau	SC	Região da Minha de Prata
2007	Ecomuseu Ilha Grande	Angra dos Reis	RJ	População da ilha grande
2008	Ecomuseu da comunidade quilombola de São Pedro de Cima	Divino	MG	Comunidade quilombola de são Pedro de Cima
2008	Ecomuseu da Lagoa dos Patos	Pelotas	RS	Colônia de pescadores Z3
2008	Ecomuseu de Osasco	Osasco	SP	Jardim das Flores
2008	Ecomuseu Cultura do Vinho	Bento Gonçalves	RS	Bento Gonçalves
2009	Ecomuseu do Mangue	Curuçá	PA	Comunidades: Arapiranga, Beira-Mar, Candeuca, Iririteua, Murajá, Mutucal, Nazaré do Mocajuba, Pedras Grandes e Piquiateua
2009	Ecomuseu Nega Vilma	Rio de Janeiro	RJ	Morro Santa Marta – Botafogo
2009	Ecomuseu do Sertão Carioca	Rio de Janeiro	RJ	Maçico da Pedra Branca
2010	Ecomuseu Potyगतapuia	Monsenhor Tabosa	CE	Aldeia Novo Mundo (povos Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubiba-tapuia)
2010	Ecomuseu de Sepetiba	Rio de Janeiro	RJ	Sepetiba
2012	Ecomuseu Amigos do Rio Joana	Rio de Janeiro	RJ	Comunidades do Morro do Andaraí
2013	Ecomuseu do Cipó	Jaboticatubas	MG	Comunidades do entorno da Fazenda do Cipó (Serra do Cipó)
2013	Ecomuseu do Valério	Cachoeiras de Macacu	RJ	Comunidades do bairro do Valério e visitantes
2014	Eco Museu Kaá-Atlântica	Rio de Janeiro	RJ	Senador Camará
2014	Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília	Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Itapoã	DF	População, escolas, instituições públicas e privadas e associações de moradores das quatro cidades
2014	Ecomuseu Dr. José Humberto	Rio de Janeiro	RJ	Sítio Paraíso Verde

2014	Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne	Abadiânia, Águas lindas, Alexânia, Corumbá de Goiás, Cocalzinho, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto	GO	Comunidade, movimentos sociais, projetos, instituições da sociedade civil e governamentais
2014/ 2015	Ecomuseu Campos de são José	São José dos Campos	SP	São José dos Campos
2015	Ecomuseu de Pacoti	Pacoti	CE	Serra do Batiruté
2015	Ecomuseu de Mangaratiba	Mangaratiba	RJ	Mangaratiba
2015	Ecomuseu da Usina	Tanguá	RJ	Tanguá
2015	Ecomuseu Mata do Índio	Delfinópolis	MG	Grupos escolares de Delfinópolis e moradores em geral
2016	Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	Lauro Muller	SC	População de Lauro Muller e Cujubinzinho;
s/d	Ecomuseu Municipal de Cachoeira das Emas	Pirassununga	SP	Pirassununga
s/d	Ecomuseu da Praia do Hermenegildo	Santa Vitória do Palmar	RS	Santa Vitória do Palmar
s/d	Ecomuseu Paranhana	Três Coroas	RS	Vale do Paranhana
s/d	Ecomuseu Itatiaia	Itatiaia	RJ	Itatiaia
s/d	Ecomuseu da Comunidade de Colônia do Paiol	Bias Fortes	MG	Comunidade quilombola da colônia do Paiol

Fonte: Adaptado de Santos (2017).

No quadro 2, existe um recorte apenas para a terminologia “Ecomuseu” encontrada no Brasil, totalizando 49 Ecomuseus. Este levantamento permitiu conhecer os ecomuseus e as suas comunidades beneficiadas por suas ações. Mas, esse número é bem maior quando ampliado para outras iniciativas museológicas, como é mostrado também na pesquisa de Santos (2017). Todavia, nesta pesquisa, apenas os dados referentes aos ecomuseus são importantes, visto que não é objetivo deste trabalho discutir as diversas tipologias de museus que surgiram por conta da

Nova Museologia, como museus comunitários, Museus de Território e Museus a Céu Aberto.

É válido ressaltar que a pesquisa realizada por Santos (2017) utilizada como referencial teórico desta pesquisa se delimita até o ano de 2017, sendo possível que outras instituições museológicas tenham surgido entre o ano da pesquisa até os dias atuais. Entretanto, seria interessante um aprofundamento para realizar o mapeamento atualizado desses ecomuseus do Brasil em uma oportunidade futura.

Observando o cenário exposto pelo quadro 2, os ecomuseus compartilham uma ideia central de que a preservação do patrimônio cultural e natural da região que atuam deve ser realizada em conjunto com a comunidade local, pois todos os descritos possuem uma comunidade de atuação. Cada um deles tem a sua própria história, contexto e objetivos específicos, alinhados à sua comunidade.

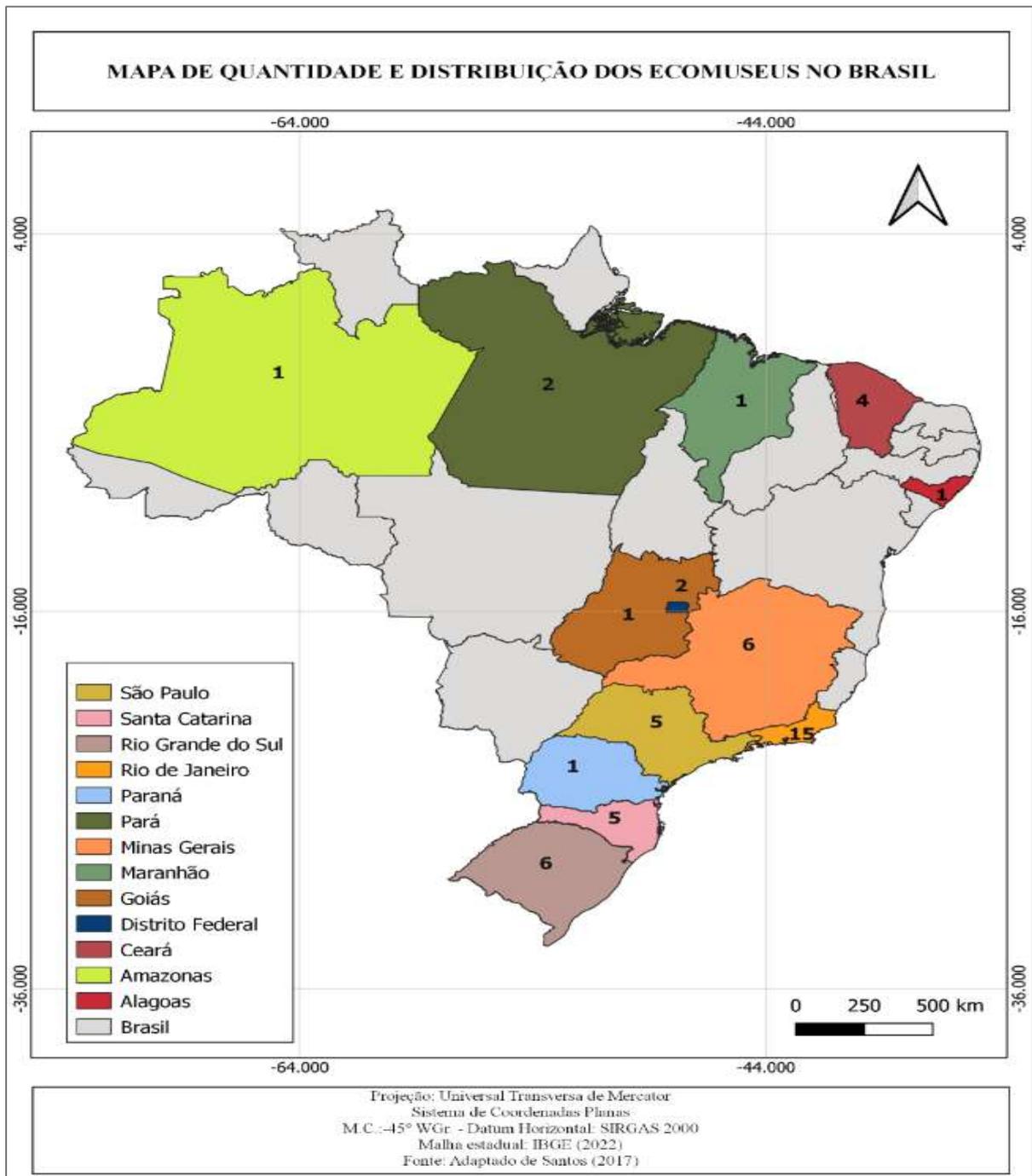
É interessante destacar da lista apresentada os ecomuseus brasileiros mais antigos, são eles: Ecomuseu Ribeiro da Ilha (SC) criado em 1971, Ecomuseu Integrado de São Cristóvão (RJ) de 1982 e Ecomuseu de Santa Cruz (RJ) de 1983. O ecomuseu do Ribeirão da Ilha é um museu ao ar livre e é composto por uma série de casas históricas, como a Casa do Artesão, a Casa do Pescador e a Casa das Rendeiras, que foram restauradas e adaptadas para servirem como espaços expositivos. Cada uma dessas casas representam uma parte da cultura local, como a pesca, a renda de bilro e a produção de farinha de mandioca (Silva, 2000).

O ecomuseu Integrado de São Cristóvão é formado por diversas casas e edifícios históricos, que foram restaurados e adaptados para abrigar exposições e atividades culturais, abrangendo temas como a história do bairro de São Cristóvão, a cultura popular carioca, a arte sacra e a história do transporte no Rio de Janeiro (Camargo; Moro, 2018). O Ecomuseu de Santa Cruz, também localizado no Rio de Janeiro, possui coleções de objetos e artefatos relacionados à história e cultura de Santa Cruz, como ferramentas agrícolas, artesanato tradicional e instrumentos musicais (Silva, 2013).

Verifica-se também no quadro 2 que os Estados que mais possuem ecomuseus são Rio de Janeiro, com 15 ecomuseus; Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com 6 ecomuseus; Santa Catarina e São Paulo, com 5 ecomuseus; e Ceará, com 4 ecomuseus; concentrando quase 2/3 das iniciativas museológicas nesses respectivos estados.

De todo modo, de acordo com as informações delineadas no quadro do mapeamento, objetivamos sistematizá-la de forma ilustrativa, para destacar a distribuição e a quantificação dos ecomuseus. Portanto, segue abaixo o mapa deste levantamento.

Figura 4 – Mapa de Quantidade e Distribuição dos Ecomuseus no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como forma de torná-los conhecidos, cabe um momento para apresentar pelo menos um ecomuseu de cada Estado, que possui o maior quantitativo dessa tipologia museológica. A procura das informações não se restringiram aos periódicos científicos, mas também aos sites das respectivas instituições museológicas, visto que as pesquisas sobre essa temática ainda são escassas.

- Ecomuseu Ilha Grande (RJ)

O ecomuseu Ilha Grande está localizado em Vila Dois Rios, município de Angra dos Reis, na região da Costa Verde do Rio de Janeiro. Chamado de Ecomig, o ecomuseu ocupa a área onde funcionava o Instituto Penal Cândido Mendes e é administrado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Rocha, 2019). De acordo com o site do ecomuseu, ele está dividido em quatro unidades básicas: Centro Multimídia, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente e Parque Botânico.

O Centro de Multimídia, conforme o site da instituição, é o núcleo responsável por documentar todas as pesquisas, matérias na imprensa e filmes realizados na Ilha Grande, como forma de registrar a memória sobre o local, em termo de patrimônio, história e cultura por meio das mídias digitais.

Figura 5. Visitantes participando de uma atividade com realidade virtual.



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande (2023)

Em relação ao Museu do Cárcere, no site da instituição, explica-se que o objetivo é o registro da história e memória do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, desenvolve-se atividades de aproximação com o público,

constituído pelos moradores da ilha e por turistas. As atividades versam sobre Educação Patrimonial, não formal, com projetos de preservação e divulgação dos patrimônios materiais e imateriais.

Figura 6. Frente do museu do cárcere.



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande (2023).

O Parque Botânico, outro núcleo do Ecomuseu Ilha Grande, retrata por meio das plantas a história do homem na Ilha Grande, além de contribuir para a divulgação das plantas nativas e para a conservação do ambiente natural. Neste núcleo há registros arqueológicos dos primeiros habitantes da ilha, como as populações sambaqueiras, do povo caiçara, do período colonial, imperial e carcerário.

Figura 7. Visão panorâmica do Parque Botânico.



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande (2023).

Por fim, o Museu do Meio Ambiente, segundo o site do ecomuseu, promove ações de forma interativa e lúdica para visitantes e moradores da ilha no que tange à preservação da cultura e do espaço ambiental local.

Figura 8. Foto do espaço interno do prédio do Museu do Meio Ambiente mostrando artefatos provenientes da cultura da população da Ilha Grande.



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande (2023).

Porém, na pesquisa de Rocha (2019), o Ecomuseu Ilha Grande não está em um bom momento. A autora aponta que o ecomuseu deveria avançar no papel de instrumento interativo e participativo da comunidade em sua gestão, para avançar no objetivo do desenvolvimento comunitário. Isso ficou perceptível em sua pesquisa, quando a autora relata que o ecomuseu está se firmando como museu universitário, devido a sua organização e dependência com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Inclusive, essa dependência (principalmente econômica), segundo a autora supracitada, está ocasionando crises financeiras recentes, o que pode ameaçar o funcionamento da instituição.

Devido a este cenário, Rocha (2019) propõe sugestões relacionadas à governança participativa para que o museu se reposicione como instrumento de desenvolvimento comunitário. Dentre as recomendações indicadas foram a inclusão da população no Comitê Gestor e Executor, ampliação do Comitê Científico Consultivo, Criação do Comitê de Usuários e aproximação com a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Dessa maneira, Rocha (2019) conclui que essas ações serão importantes para a valorização do patrimônio e uso sustentável do território, bem como dará poder à comunidade local, evidenciando a função social e política do ecomuseu.

- Ecomuseu do Carste (MG)

O ecomuseu do Carste é um parque natural na região cárstica de Lagoa Santa, a 46 km de Belo Horizonte, ocupando 64% da área territorial do município onde se encontra. Localiza-se no distrito de Mocambeiro, a 5 km do município de Matozinhos. Este distrito é rico em patrimônio natural e cultural, com cavernas, grutas, lagos e afloramentos rochosos e, por isso, pertence à Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa (Motta, 2015).

A gestão do ecomuseu se dá pela Associação para o Desenvolvimento das Artes e Ofícios (ADAO) e da Prefeitura Municipal de Matozinhos, atuando por meio de uma série de projetos, colaborações, campanhas e formações que fomentam a participação ativa da comunidade e desenvolvimento local.

Figura 9. Feira do produtor local.



Fonte: ADAO (s/d).

Figura 10. Palestra de Educação Ambiental e Patrimonial para alunos da comunidade.



Fonte: ADAO (s/d).

Além do Patrimônio Material, o Ecomuseu do Carste trabalha pela salvaguarda do patrimônio imaterial de Mocambeiro formado pelas pessoas, suas tradições e conhecimentos. As expressões presentes no território são: Folia de São Sebastião, Guarda de Nossa Senhora do Rosário, Candombe, Folia de Reis e o Grupo Cultural Meninas de Mocambeiro.

Figura 11. Candombe de Mocambeiro.



Fonte: ADAO (s/d).

Figura 12. Folia de Reis de Mocambeiro.



Todavia, segundo Motta (2015), a comunidade de Mocambeiro não se via como a comunidade de um ecomuseu. Devido a isso, a ADAO promovia iniciativas de reconhecimento, junto à população, das potencialidades do território, bem como a

necessidade de proteção e conservação dos bens patrimoniais. Sendo assim, Motta (2015) concluiu que as relações entre o ecomuseu e o seu entorno precisa ser construída, para resguardar a memória, a identidade e os aspectos culturais locais.

- Ecomuseu de Mirante de Paranapanema (SP)

O ecomuseu é formado pela comunidade moradora do assentamento São Bento, no município de Mirante do Paranapanema, em São Paulo. Com 20 hectares de área comunitária, a Fazenda São Bento foi desapropriada pelo processo de reforma agrária e detém numerosos assentamentos (Souza, 2021).

Segundo a pesquisa realizada por Souza (2021), o interesse em criar o ecomuseu seria para atender ao pedido da comunidade para resgatar a história dos índios Guarani e da história do assentamento. Para a constituição do ecomuseu foram considerados dois sítios arqueológicos Guarani, um está localizado no Assentamento Tupãciretã, intitulado provisoriamente de Sítio Arqueológico Roque Paulino, e outro localizado no Assentamento São Bento.

No assentamento de São Bento, área de estudo da autora Graziella Souza, foram encontrados fragmentos de cerâmica Guarani na área de plantio, como mostram as figuras abaixo:

Figura 13. Fragmentos de cerâmica Guarani.



Fonte: Souza (2021).

De acordo com a autora, estes fragmentos são fortes indicadores para a reconstituição da história indígena e do assentamento São Bento. Estima-se que os fragmentos encontrados na área do estudo sejam datados em torno de 1630, época

que os bandeirantes acabaram com as missões de São Inácio e mataram muitos índios (Souza, 2021). Ainda, segundo a autora, todos os fragmentos encontrados ao longo da pesquisa foram expostos no Ecomuseu em Mirante do Paranapanema e concluiu que a organização do ecomuseu contribuiu para maior consciência de preservação da História, cultura e patrimônios locais e que mesmo que ainda não tenha sido instalado, o Ecomuseu de Mirante do Paranapanema existe materializado nas discussões museológicas e expográficas, nas palestras, nas oficinas educativas, nas formações dos professores do assentamento, e em todas as ações que ocorrem em prol da comunidade e do patrimônio cultural.

- Ecomuseu Natural do Mangue (Ecomunam) da Sabiaguaba (CE)

O ecomuseu está localizado no extremo oeste da cidade de Fortaleza, no bairro de Messejana, no Estado do Ceará. É coordenado por um educador ambiental com experiência no campo ambiental e por uma pedagoga. A região onde se localiza o ecomuseu é formada por uma população pesqueira, que sobrevive pela pesca que é realizada no rio Cocó, o segundo maior recurso hídrico que banha a cidade de Fortaleza, e no mar (Jesus, 2015). Em 2020, o Ecomuseu Natural do Mangue de Sabiaguaba se tornou Patrimônio Histórico-Cultural e Natural do Município de Fortaleza pela lei 11053/2020, com decisão publicada no Diário Oficial do município.

Figura 14. Estrutura física do Ecomuseu Natural do Mangue.



Fonte: Site do Ecomuseu Natural do Mangue (s/d).

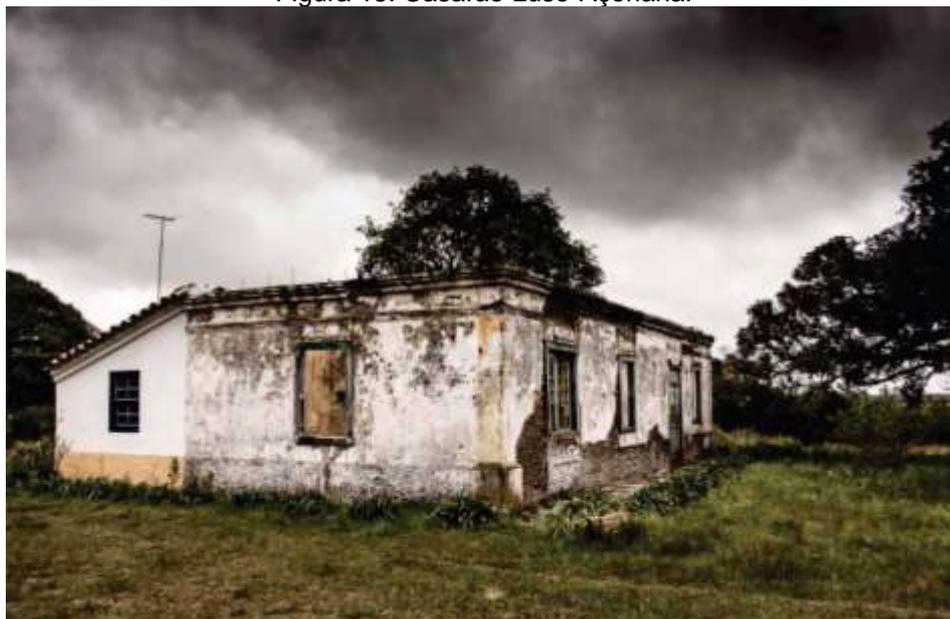
O processo de criação do ecomuseu se deu devido à preocupação dos gestores com os aspectos ambientais do local, como também de preservação do patrimônio natural e cultural, buscando por mudanças da realidade que se apresentava, uma luta de preservação, de conservação e cuidado de proteção do manguezal (Jesus, 2015). Segundo o autor que investigou o ecomuseu em questão, a criação do ECOMUNAM está vinculada à necessidade de uma formação cidadã, conscientizadora e sensibilizadora, responsável pela preservação dos patrimônios do ecossistema do manguezal. Conforme o site da instituição, o museu desenvolve ações de educação ambiental para sensibilização da área de proteção permanente, canoagem ambiental e reflorestamento junto com estagiários e comunidade.

Portanto, Jesus (2015) concluiu que o ecomuseu desempenha um papel de informação e possibilidades de análises críticas a respeito do meio natural e social em que se localiza, e utiliza da educação científica não formal para alcançar as populações ribeirinhas para ajudar na preservação e valorização do patrimônio natural e cultural, servindo como guardião da memória.

- Ecomuseu da Picada (RS)

O Ecomuseu da Picada está localizado na cidade de Rio Grande, no distrito de Povo Novo, na estrada do Arraial, no Estado do Rio Grande do Sul. Um casarão de tradição Luso-Açoriana, datado do século XIX e que pertencia à família Mendonça, chamados de Graciano Mendonça e Maria Idalina Amaral, faz parte da sua estrutura física (Silveira, 2010). Até os dias atuais, a família Mendonça ainda vive por lá, coordenando o ecomuseu por meio de Dulce Helena Mendonça (FURG, 2020) representando a terceira geração da família (Silveira, 2010).

Figura 15. Casarão Luso-Açoriana.



Fonte: Fernando Mendonça (2016).

De acordo com a pesquisa realizada por Silveira (2010), a fazenda da picada se tornou ecomuseu em 1995, quando o etnógrafo da Faculdade dos Açores, o professor Rui de Sousa Martins, visitou o local e disse à dona o valor cultural da propriedade, sugerindo a ela que ali se criasse um espaço de memória da cultura açoriana, nomeando Ecomuseu da Picada.

O ecomuseu é uma Reserva Particular de Patrimônio Natural reconhecida pelo Sistema Estadual de Museus (SEM) e pelo IBAMA. Segundo o site da Universidade Federal do Rio Grande, o ecomuseu tem servido à comunidade rio-grandina e da região sul do estado com sua reserva natural, recebendo visitantes e desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, como também promovendo ações de educação ambiental e cultura regional.

Figura 16. Visitação no Ecomuseu da Picada.



Fonte: Facebook Ecomuseu da Picada (2017).

Na época da pesquisa de Silveira (2010), o ecomuseu estava ficando deteriorado e não estava mais desenvolvendo atividades. Todavia, no Facebook do ecomuseu, as fotos envolvendo visita es, estão datadas até o ano de 2017. Na plataforma do Instagram, no perfil do ecomuseu, há uma postagem datada do ano de 2022, informando os projetos desenvolvidos. No entanto, devido a resolu o da foto não   possível ler as informa es. Foi também realizada uma pesquisa aleatória nas plataformas de pesquisa científica buscando informa es sobre o ecomuseu da picada, a fim de encontrar pesquisas mais recentes que mostrassem o andar do ecomuseu. Porém, não se identificou esses registros.

Portanto, Silveira (2010) conclui, em sua pesquisa, que o ecomuseu da picada   um exemplo de institui o que utiliza a terminologia sem possuir as mínimas características que definem um ecomuseu. Como mostrado na pesquisa da autora, a popula o residente próxima ao local do ecomuseu não participava e nem visitava a institui o. Além disso, o ecomuseu não tinha profissional para analisar seu território e ecossistema, como também não existiam iniciativas educacionais com a popula o do Povo Novo. Por fim, ainda sobre a pesquisa mencionada, independente da tipologia da institui o, o Ecomuseu da Picada   um local de memória e ecossistema da região, sendo um importante agente preservacionista dos aspectos vividos naquele local.

- Ecomuseu Serra do Rio do Rastro (SC)

O ecomuseu Serra do Rio do Rastro está localizado no município de Lauro Muller, no Estado de Santa Catarina. A musealização do espaço promove a preservação dos patrimônios (material e imaterial), bem como a geografia das Encostas da Serra Geral (Prefeitura Municipal de Lauro Muller, 2021).

De acordo com o site da instituição, um dos grandes patrimônios de preservação do ecomuseu é a Coluna White, descoberta em 1904 pelo geólogo Israel Charles White. Assim, esse patrimônio compõe um dos principais sítios geológicos e paleontológicos da Bacia do Paraná e devido a sua equivalência aos da Bacia do Karoo (África do Sul), contribui para a comprovação da teoria da deriva continental (Prefeitura Municipal de Lauro Muller, 2021).

Entretanto, em uma pesquisa realizada por Schlickmann e Sizenando (2016), a população local não sabe que o município Lauro Muller criou o ecomuseu da Serra do Rio do Rastro. Os autores reforçam que tal informação se explica ao fato do ecomuseu estar em processo de estruturação. Mas, nem no site, e nem na pesquisa, há o registro de qual comunidade beneficia, ficando claro que a única forma de gerenciamento é por meio da prefeitura municipal.

Figura 17. Coluna White



. Fonte: Prefeitura Municipal de Lauro Muller (2021).

- Apontamento acerca dos ecomuseus destacados

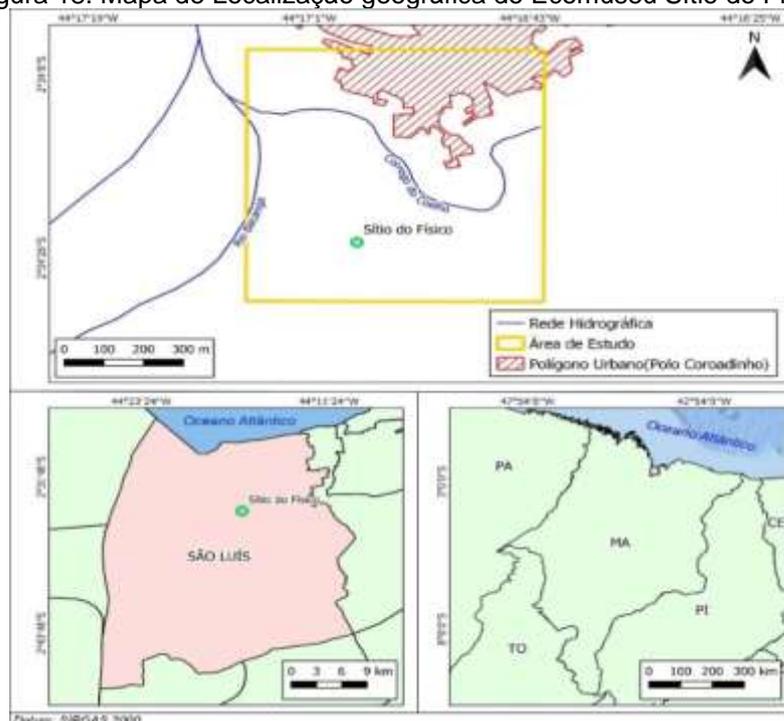
O objetivo de mencionar exemplos de ecomuseu nessa seção foi para apresentar as instituições museológicas, bem como divulgar suas ações. Mas, ao realizar uma pesquisa bibliográfica básica, constatou-se que ainda há poucos materiais científicos sobre os ecomuseus brasileiros. Ademais, alguns, mesmo com a terminologia em seu nome, não apresentavam características básicas de um ecomuseu.

A partir dessa amostra, é notável a diversidade de abordagens adotadas pelos ecomuseus. Essa constatação valida a ideia de que não é necessário padronizar as ações de cada instituição, uma vez que cada ecomuseu possui suas próprias características e particularidades. Contudo, é essencial ressaltar que o cerne dessas instituições deve permanecer na preservação e conservação dos patrimônios naturais e culturais, buscando sempre promover as memórias e as identidades culturais dos territórios em que atuam. Isso se fundamenta na tríade essencial: território, patrimônio e comunidade.

d. Uma breve história do Ecomuseu Sítio do Físico

O Ecomuseu Sítio do Físico está localizado na Grande Ilha de São Luís, “à margem direita do Rio Bacanga, na região do Polo do Coroadinho, dentro do Parque Estadual do Bacanga” (Brandão, 2017, p. 19), sob as coordenadas 02°34'23.7837S e 44°16'54.6293W, como mostra o mapa abaixo:

Figura 18. Mapa de Localização geográfica do Ecomuseu Sítio do Físico



Fonte: Soares, 2020.

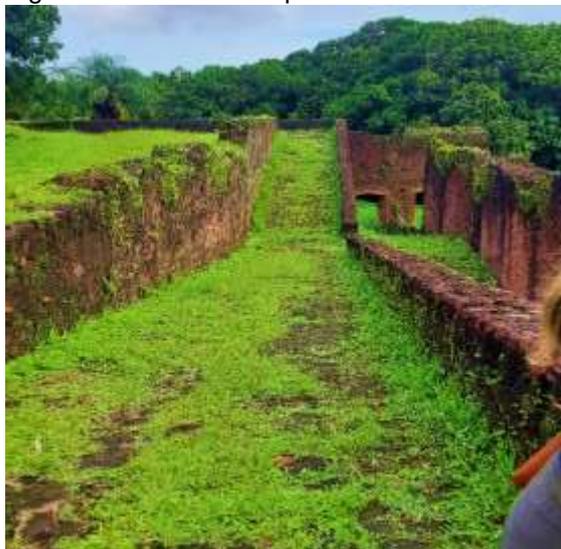
A área de estudo contempla um total de 56,67 hectares, com grande diversidade florística de porte arbóreo, formado por plantas como bacuri, cedro, jatobá, andiroba, babaçuais, além de mata ciliar e floresta de mangue (Soares, 2020). No estudo de Brandão (2017), foram identificados 3 tipos de ecossistemas, com plantas de água salobra (presença de mangue), ecossistema de transição (presença de gramíneas e palmeiras, e por multicomponencial, que são plantas nativas e não nativas).

Além desse levantamento, a autora também realizou um inventário florístico que totalizou mais de 100 espécies de plantas localizadas na propriedade, tendo como exemplo mangue vermelho, mangue branco, plantas frutíferas e ornamentais. Referente à fauna, caracteriza-se por animais típicos da fauna amazônica, como exemplares de pererecas, surucucu-de-fogo, macaco-prego, tamanduá e presença de várias espécies de cobras, cotias, pacas e pássaros (Soares, 2020).

O Sítio do Físico, que também foi chamado de Complexo Industrial Santo Antônio das Alegrias, teve como proprietário o físico-mor Antônio José da Silva Pereira. O português em questão, veio para o Maranhão para ajudar na saúde das tropas e higiene dos hospitais militares, pois a cidade de São Luís estava passando por uma epidemia de varíola no período de 1796 e 1802. Além disso, Antônio José

criou o Sítio do Físico e ainda construiu o complexo industrial para produzir couro, arroz, cera e cal (Soares, 2020).

Figura 19. Vista da rampa.



Fonte: autoral (2023)

Figura 20. Vista da rampa e curtume.



Fonte: autoral (2023)

As fotos acima compreendem às ruínas do Complexo Industrial, que ocupam uma área de aproximadamente 3 hectares (Brandão, 2017). O sistema de rampas, como mostra a figura 17, era suficiente para a circulação de carro de boi. O curtume (figura 18), possui “56 tanques, dois fornos, três poços, conjuntos de salas e uma caieira” (Brandão, 2017, p. 39).

O complexo industrial teve grande importância econômica para o Maranhão, dando bastante visibilidade para o território maranhense (Mochel, 2011). Antônio José foi proprietário do sítio entre 1799 e 1817 (Soares, 2020). Passando desse período, Brandão (2017) afirma que por volta do século XX, o Sítio do Físico começou a produzir frutas, carvão, farinha e plantio de roça, justamente por se encontrar em um território bastante diversificado e fértil.

Com a saída de Antônio José do Sítio do Físico, outros proprietários tiveram posse, como “os irmãos Costa Rodrigues e Virgínia Oliveira Lima Lisboa, proprietária do Sítio a partir de 1919, que vendeu em 1940 a Felipe Nery, seguido de Leocádio Duarte Melo e Joaquim Felício Cavalcante” (Soares, 2020, p. 39). Depois, entre os anos de 1976 e 1996, o Governo do Estado chegou a ter a sua posse por um período, marcando uma época de abandono e depredação, até o ano de 2002 (Brandão, 2017).

De acordo com Brandão (2017), no período da posse do Governo do Estado, diversos projetos para área foram elaborados, dentre as alternativas de construções havia o plano de transformá-lo em um parque botânico com um pequeno zoológico, o que provocaria a desconfiguração das ruínas. Porém, nenhum projeto vingou e o sítio do físico foi devolvido aos herdeiros do Sr. Joaquim Felício Cavalcante Silva:

Devido à compra e venda da área nunca ter sido concluída por causa de desacordo de valores atribuídos ao preço do imóvel. Como herança desse período, tem-se a destruição do que havia sobrado da casa grande, após quase duzentos anos (Brandão, 2017, p. 34).

Conforme a autora supracitada, o Sítio do Físico foi partilhado entre oito herdeiros em 1997. Em 2003, a área foi adquirida por Edimar Fernando Mendonça de Sousa – atual proprietário do Sítio –, e a partir de então, juntamente com a sua esposa Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa, iniciou o processo de transição do Sítio Santo Antônio das Alegrias, transformando-o em Ecomuseu Sítio do Físico (Brandão, 2017).

Essa instituição museológica foi inicialmente estabelecida sob o nome de Associação de Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico e formalizada em 2006 como Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico. A princípio, quando seguia a estrutura da Associação de Amigos, o Ecomuseu Sítio do Físico adotou um Estatuto que estabelecia uma diretoria horizontal. Nesse modelo, diversos diretores, uma vez eleitos, elegiam o diretor geral, responsável pela entidade, em conjunto com uma secretaria de organização. A autora destaca as seguintes diretorias instituídas: Diretoria Administrativa e Financeira; Diretoria de Esporte e Lazer; Diretoria de Estudos, Pesquisa e Projetos; Diretoria de Comunicação; Secretaria de Organização; Diretoria Geral e a Casa da Memória. Esta última, vinculada à diretoria geral, foi designada para coordenar as atividades museológicas, como a gestão do acervo, iniciativas educativas, parcerias, entre outras (Brandão, 2017).

Cada diretoria mencionada conta com um suplente para atuar na ausência do titular. Com a transição da Associação de Amigos para o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, houve uma reconfiguração no perfil da instituição mantenedora do ecomuseu. Com ênfase mais social, com objetivos voltados para o envolvimento das pessoas, lazer e aproveitamento do espaço, além de pesquisas e gestão do patrimônio (Brandão, 2017).

Além dessas características, diversos elementos contribuem para a configuração do Ecomuseu Sítio do Físico como Instituição Museológica. Além do tombamento do Patrimônio Cultural em seu território, que abrange as ruínas tombadas pelo IPHAN desde 1980, por meio do Decreto Estadual nº 7.663, com a inscrição nº 14, folha nº 03, em 13 de novembro de 1980 (IPHAN, 2022), o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, obteve reconhecimento pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (Código Identificador IBRAM: 5.84.12.5500). Esse reconhecimento certifica a instituição como uma entidade museológica e estabelece vínculo oficial com o IBRAM.

De acordo com o IPHAN (2022), o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico teve em seu processo de implantação uma atuação forte da comunidade, onde a parceria se estende até os dias atuais, com um corpo diretivo e membros responsáveis por diferentes pastas, cujos representantes são eleitos por voto direto dos associados. Além dos membros internos, a referida instituição museológica tem colaboradores voluntários que atuam em atividades de educação ambiental e patrimonial, dentre eles estão Instituições Educacionais e voluntários acadêmicos, que atuam em conjunto com os proprietários e a comunidade, para resgatar a memória e identidade cultural do território.

Além de todo esse contexto histórico, no território próximo ao Ecomuseu Sítio do Físico há, também, debaixo da terra, sítios arqueológicos que ajudam a contar a passagem de algumas populações que viveram na Grande Ilha de São Luís, formando assim o patrimônio arqueológico do Brasil, que são compostos por, além dos sítios arqueológicos, coleções arqueológicas. Os vestígios positivos de ocupação humana, que identificam os sítios e coleções arqueológicas equivalem aos cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, estações e cerâmicos, as grutas, lapas e abrigos de rocha, inscrições rupestres, sambaquis e outros vestígios de atividades humana (IPHAN, s/d). De acordo com o IPHAN, por meio dos bens arqueológicos é possível identificar conhecimentos e tecnologias que indicam as adaptações humanas ao ambiente, bem como a produção dos saberes tradicionais.

Devido a presença de algumas populações humanas, várias pesquisas arqueológicas foram realizadas ao longo dos anos para identificar vestígios positivos de ocupação humana. Os estudos arqueológicos além de identificar as ocupações humana, também são responsáveis pela avaliação dos riscos de impacto ambiental sobre a cultural material, constatando expressões concretas das relações sociais e dos saberes dos remanescentes de populações pretéritas (Bandeira; Brandi, 2014).

Nesse sentido, ao analisar o território do Ecomuseu Sítio do Físico, o professor Dr. Arkley Bandeira, referência na área arqueológica no Estado do Maranhão, ajudou a identificar essas populações, registrando duas fases de ocupações: Pré-colombiana e Histórica, como mostra a cronologia abaixo:

Figura 21. Cronologia das ocupações humanas no Ecomuseu Sítio do Físico.



Fonte: autoral, 2023 (adaptado do acervo do Ecomuseu).

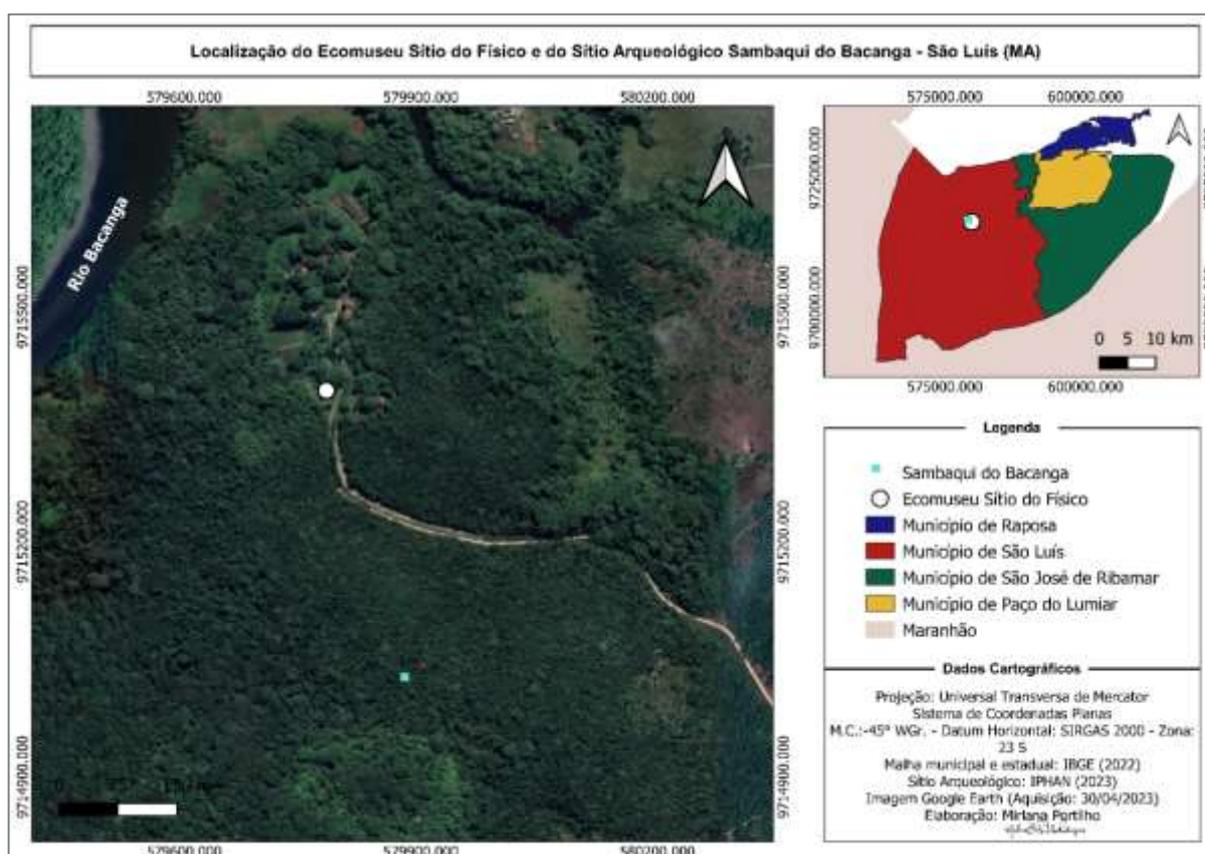
As informações que estruturaram a cronologia acima foram extraídas do acervo próprio do Ecomuseu Sítio do Físico, de uma faixa na entrada do ecomuseu, exposta para que os visitantes e a comunidade tenham conhecimento da história que o lugar carrega. Observa-se pela cronologia esquematizada que as ocupações humanas que passaram pelo Ecomuseu Sítio do Físico foram os povos ameríndios, os sambaquieiros, os tupinambás, negros escravos e os atuais ocupantes. Porém, o período de ocupação inicial no local, mais precisamente próximo as margens do rio Bacanga, constitui um assunto pouco explorado (Bandeira, 2012).

Os ameríndios são a mais antiga evidência de ocupação humana nas áreas do mangue, que utilizavam o local para pesca e caça (Bandeira, 2012). Seguindo, tem-se a população sambaquieira, caracterizada por ser sedentária, mas demograficamente expressiva e estável no território em que vivia. Os sambaquis, como são chamados os “amontoados de conchas”, desvenda os hábitos dessa população. A palavra sambaqui significa – de tambá (conchas) e ki (amontoados), em tupi – e se concentram em regiões lagunares e costeiras (Blasis; Gaspar, 2000). Essa

população fazia seus assentamentos nas proximidades de fontes de abastecimento de água e terras férteis, devido a presença de água doce para consumo e as terras férteis para o cultivo (Bandeira, 2012).

Na área de estudo, há registro de um sítio arqueológico de sambaqui, documentado por Arkley Bandeira. O arqueólogo analisou os vestígios da ocupação e explicou que o elemento comum dessa população era ceramista pré-sambaqueira, pois não havia presença de conchas associadas ao carvão, blocos de laterita, com ocorrência discreta de poucos bivalves. Para fins ilustrativos, segue abaixo o mapa de localização do Ecomuseu e do Sambaqui do Bacanga:

Figura 22. Mapa de Localização do Ecomuseu Sítio do Físico e do Sambaqui do Bacanga.

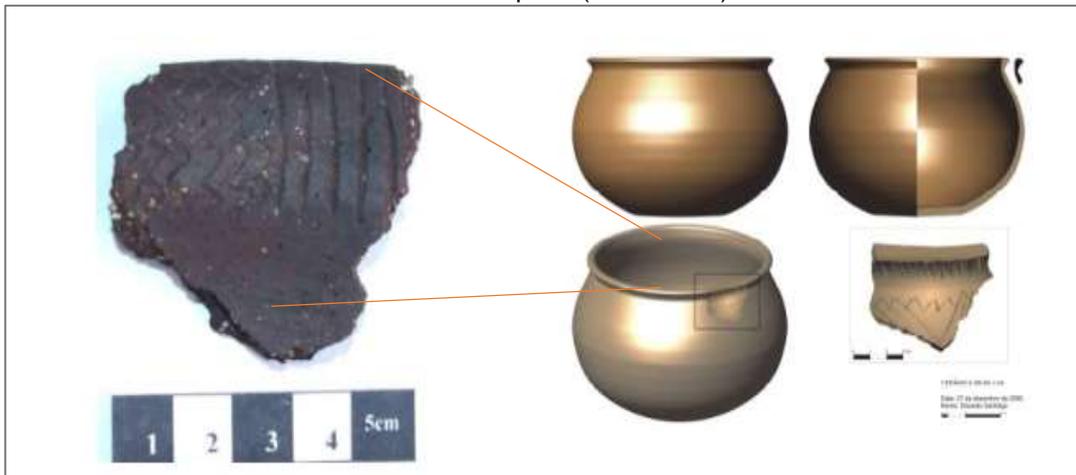


Fonte: Autoral (2023)

Na dissertação de Bandeira (2008), o autor encontrou no território do Sítio do Físico cerâmicas temperadas com concha, sendo a concha o antiplástico responsável por caracterizar a tradição dos sambaqueiras. De acordo com Brandão (2017), estas cerâmicas tinham um caráter utilitário, com bordas arredondadas e base plana. Nas figuras abaixo é possível observar ao lado esquerdo um exemplar de um fragmento

de uma cerâmica encontrada no sítio arqueológico e ao lado direito, a reconstituição gráfica da cerâmica do Sambaqui do Bacanga.

Figura 23. Fragmento de cerâmica sambaqueira (lado esquerdo) e representação gráfica da cerâmica completa (lado direito).



Fonte: Bandeira (2008).

Em referência à ocupação dos Tupinambás, Brandão (2017) menciona que o período de estadia desses povos ainda não é esclarecido pelos historiadores, havendo divergências ao estabelecerem as datas. A autora cita que alguns acreditam que a estadia ocorreu por volta de 1500, coincidindo com a chegada dos portugueses na costa brasileira e outros acreditam que a ocupação dos Tupinambás ocorreu anteriormente aos portugueses. Essa instabilidade de informações se deve ao fato de haverem poucos vestígios ligados a eles na área do Parque Estadual do Bacanga. No material analisado no Sambaqui do Bacanga foi encontrado apenas um fragmento de característica tupi, como mostra a figura abaixo:

Figura 24. Zoomorfo cerâmico de característica tupi.



Fonte: Brandão (2017).

Como observado, a ocupação da região onde está localizado o Ecomuseu Sítio do Físico é marcada pela constituição de populações que utilizavam da pesca e plantio de algumas espécies de plantas para subsistência, com tecnologias capazes de suportar ao longo dos tempos, como evidenciado pelos fragmentos encontrados. Atualmente, ainda se vê a prática dessas características nas populações atuais, principalmente quando relacionado à pesca, revelando a resiliência aos saberes tradicionais e fortalecendo a memória e cultura maranhense.

5 METODOLOGIA

O percurso metodológico desse estudo se refere a uma pesquisa qualitativa, para possibilitar uma descrição minuciosa sobre o objeto de estudo, sem analisar termos de quantidade, frequência ou intensidade. Para Guerra (2014), a pesquisa qualitativa trata-se de um aprofundamento na compreensão dos fenômenos estudados, sem haver preocupações com representatividade numérica ou generalizações estatísticas. Pereira *et al.* (2018), destaca que a pesquisa qualitativa ocorre no ambiente natural com coleta direta de dados e o pesquisador é o principal instrumento. Isso implica que, na pesquisa qualitativa, o investigador desempenha um papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados. Sua presença é necessária para observar, interagir, compreender e interpretar os fenômenos estudados.

a. Coleta de dados

Antes de iniciar a coleta de dados, o projeto de pesquisa para esta dissertação foi submetido ao comitê de ética, recebendo parecer favorável e obtendo o número de CAAE 70502723.6.0000.5087 (Apêndice A). Após a aprovação ética, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), no qual foi enfatizado que a participação é voluntária e que a identidade dos entrevistados será mantida em sigilo, garantindo-lhes o direito de sair da pesquisa a qualquer momento. Após a obtenção do consentimento dos entrevistados, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, conforme delineado por Marconi e Lakatos (2007), que combinam perguntas fechadas e abertas, permitindo aos participantes expressarem livremente suas opiniões sobre o tema. Além da coleta de dados por meio das entrevistas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, analisando artigos científicos e livros publicados. Isso proporcionou uma ampla cobertura de fenômenos, permitindo explorar uma variedade de temas, conforme ressaltado por Gil (1999, p. 65).

b. Amostra da Pesquisa

Os participantes deste estudo foram compostos pelos fundadores do Ecomuseu Sítio do Físico e membros da comunidade afetada pelas atividades do museu, todos residentes no Polo Coroadinho, local onde o museu está situado, com

exceção dos fundadores. Os entrevistados possuem formação acadêmica superior e foram identificados como F1 e F2 (fundadores), C1, C2, C3, C4 e C5 (comunidade). Houve uma redução no número de entrevistados devido a dificuldades de agenda entre os participantes e a entrevistadora. Apesar desse número menor de participantes, o grupo envolvido na pesquisa contribuiu significativamente ao fornecer informações alinhadas aos objetivos propostos pela pesquisa.

c. Parque Estadual do Bacanga

O Parque Estadual do Bacanga (PEB), localizado no município de São Luís, Maranhão, abrange uma área de 2.973,00 hectares e foi estabelecido em 1980. Sob jurisdição da Amazônia Legal, é administrado pelas instâncias estaduais. Sua paisagem natural é caracterizada por uma variedade de ambientes, incluindo floresta ombrófila densa e formações pioneiras, que compõem sua fitofisionomia diversificada. O parque está inserido na bacia hidrográfica do rio Bacanga, destacando-se como um importante ponto de preservação ecológica e fonte de biodiversidade na região (SEMA, 2024).

Segundo Maciel (2022), o Parque Estadual do Bacanga (PEB) é reconhecido como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, sendo a primeira do Estado a ser estabelecida com essa classificação. A autora destaca que o Parque está situado em uma área importante para a preservação dos mananciais, os quais desempenham um papel significativo no fornecimento de água potável para a capital do Estado. Contudo, essa região tem sido constantemente afetada pela expansão desordenada do processo de urbanização.

d. Polo do Coroadinho

O Polo do Coroadinho, bairro situado na região periférica de São Luís, Maranhão, recebeu seu nome devido à proximidade com a localidade chamada Coroadado, nome que se originou de uma vila fictícia da novela “Os irmãos Coragem”, exibida no início dos anos 70 pela Rede Globo. Surgido em torno de 1976, durante o governo de João Castelo, o bairro foi formado em um terreno pantanoso com mata secundária, atraindo, principalmente, famílias vindas do interior do Estado em busca

de melhores condições de vida. Ao longo do tempo, expandiu-se para originar 16 vilas e aglomerações (Coelho, 2022).

De acordo com Coelho (2022), o crescimento do bairro foi desordenado e desproporcional, enfrentando carência de políticas públicas de desenvolvimento e sofrendo com o estigma de "ocupação irregular". Estudos do Instituto Cidadania Ativa indicam altos índices de violência social, com elevada porcentagem de jovens envolvidos em crimes e consumo de drogas, e a maioria das famílias com renda inferior a um salário-mínimo.

Porém, o Polo do Coroadinho se destaca também pela presença de micro e pequenas empresas, sendo registrado um número significativo de empresas cadastradas e a criação de aproximadamente 1.800 empregos na comunidade. Estima-se um potencial de consumo anual na ordem de 663 milhões de reais, evidenciando um desenvolvimento econômico na região. No entanto, mesmo com esse crescimento econômico, o bairro mantém sua reputação de área perigosa, liderando estatísticas de crimes e homicídios na capital maranhense (Coelho, 2022).

e. Ecomuseu Sítio do Físico

O Ecomuseu Sítio do Físico se configura como uma Instituição Museológica não apenas por suas características intrínsecas, mas também devido ao tombamento de seu Patrimônio Cultural, especificamente as ruínas protegidas pelo IPHAN desde 1980. Além disso, o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico recebeu reconhecimento oficial do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (Código Identificador IBRAM: 5.84.12.5500), validando sua posição como entidade museológica.

Segundo o IPHAN (2022), o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico envolve uma forte participação da comunidade. A instituição conta com um corpo diretivo e membros responsáveis por diferentes áreas, eleitos pelos associados por meio de voto direto. Além dos membros internos, a instituição envolve colaboradores voluntários, incluindo instituições educacionais e acadêmicos voluntários que auxiliam no desenvolvimento e implementação de atividades de educação ambiental e patrimonial. Essas parcerias visam resgatar a memória e identidade cultural do território, consolidando o comprometimento do ecomuseu com a comunidade.

f. Análise de Dados

A análise dos dados será realizada por meio de uma análise de conteúdo (Bardin, 2011) a partir das entrevistas. Esta proposta metodológica inclui etapas que possibilitam descrever, interpretar e explicar os dados coletados. São elas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na Pré-análise ocorre a organização dos documentos a serem analisados, e a criação de hipóteses para a elaboração de indicadores para interpretação final.

Na exploração do material, caracterizada por ser longa, vai ocorrer a definição das categorias e da codificação, ou seja, os dados serão organizados e agregados. Essa exploração acontece em dois passos: o primeiro é o da codificação, que vem a ser a escolha de unidades de registro, um recorte, uma enumeração a ser seguida, ou seja, as classes que reúnem um grupo de elementos. No segundo passo, que é de categorização, os dados são organizados por terem características em comum, cada elemento só pode existir em uma categoria e as categorias devem dizer respeito aos objetivos do estudo. No tratamento dos resultados, inferências e interpretação, os resultados obtidos serão posteriormente organizados em diagramas, quadros ou tabelas, e então haverá condições para a inferência e em seguida a interpretação orientada pelos objetivos da pesquisa seguindo os referenciais da área.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentam-se os desdobramentos das entrevistas conduzidas com os participantes da pesquisa, culminando na identificação e análise das categorias que foram importantes para a compreensão do funcionamento e impacto do Ecomuseu Sítio do Físico na comunidade que atua. As categorias identificadas são: **1. Gestão Museal**, que engloba aspectos relacionados à administração e direção do museu; **2. Envolvimento Comunitário**, que aborda a interação e participação da comunidade nas atividades e projetos do Ecomuseu; e, por fim, **3. Ações Educacionais**, que se subdividem em Educação Ambiental e Patrimonial, compreendendo estratégias voltadas para a sensibilização e educação sobre o ambiente e o patrimônio cultural.

Essas categorias se constituem como pilares para a análise aprofundada do papel do Ecomuseu no contexto cultural, ambiental e social da comunidade envolvida. A seguir, serão apresentadas as análises dos segmentos das entrevistas associadas a cada uma das categorias mencionadas anteriormente.

a. **Gestão Museal**

A categoria Gestão Museal foi desenvolvida a partir de uma entrevista realizada com os fundadores e diretores gerais do Ecomuseu Sítio do Físico, que compartilharam informações sobre a administração e funcionamento do museu. Um dos diretores possui formação acadêmica em Museologia e Pedagogia, complementada por pós-graduações em Gestão Cultural, Museologia e Patrimônio Cultural. Essas qualificações são reconhecidas como fundamentais para um gestor museológico, como destacado por Bertotto (2021). Segundo esses autores, um gestor necessita compreender conceitos essenciais de planejamento, liderança, negociação, ética, gestão de recursos e qualificação. Além disso, possuir habilidades como diplomacia, liderança, criação de redes de contato (networking) e conhecimentos sobre legislação, gestão de recursos humanos, entre outros atributos relevantes para a administração museal. Nesse contexto, o conhecimento em Museologia é considerado um pilar fundamental para o sucesso na gestão de espaços culturais como o Ecomuseu Sítio do Físico, permitindo que os gestores conduzam estratégias de preservação, divulgação e educação patrimonial e ambiental.

Bertotto (2021) enfatizam que a Declaração de Quebec, ao reconhecer o Movimento Internacional da Nova Museologia, estabeleceu os alicerces para um museu que se compromete com o mundo contemporâneo, utilizando a interdisciplinaridade como uma ferramenta essencial. Esta abordagem destaca a relação entre diversos campos do conhecimento, sublinhando a gestão museal como um processo que não se limita a um único responsável, mas é construído por meio de uma cadeia de interações entre diferentes corpos funcionais e a comunidade. Essa conexão não deve ser desfeita; pelo contrário, deve ser fortalecida, destacando a importância do envolvimento colaborativo para uma gestão museológica alinhada com os desafios contemporâneos.

Essas premissas destacadas por Bertotto (2021) são encontradas nas falas dos proprietários e gestores do Ecomuseu:

“O Instituto Ecomuseu Sítio do Físico foi criado para ser a instituição mantenedora do Ecomuseu. Há um estatuto aprovado em assembleia e registrado em cartório que dispõe sobre a estrutura da gestão com os cargos essenciais para funcionamento de uma organização. A gestão é compartilhada entre diretor geral eleito pela assembleia geral e diretor da Casa da Memória indicado pelo diretor geral. A direção geral está afeita ao gerenciamento da organização, enquanto a pesquisa, a preservação e comunicação do acervo estão sob responsabilidade da Casa da Memória” (F1).

Na fala dos proprietários, destacada acima, é possível identificar a menção a um estatuto que rege a estrutura e funcionamento da instituição. Certamente, a escolha do estatuto para um ecomuseu é uma decisão de extrema importância, conforme mencionado por Graça Filipe e Hugues de Varine (2015). Essa escolha não deve ser tomada com ligeireza, pois exige garantir o compromisso real e duradouro das partes interessadas. De acordo com os autores, é necessário planejar para delinear um futuro a longo prazo, preservando os valores patrimoniais ao mesmo tempo em que permite sua evolução e transformação, abertos às contribuições de novas populações e influências da globalização.

Por esse motivo, a definição do estatuto de um ecomuseu é um processo complexo que requer considerações profundas sobre seu papel na comunidade, sua sustentabilidade e seu compromisso com a preservação e a evolução do patrimônio. Seguindo essa linha de pensamento, é essencial ressaltar que a governança e o estatuto são peças-chave para assegurar o sucesso e a credibilidade desse tipo de instituição.

Ainda de acordo com os autores Filipe e Varine (2015), O ecomuseu, por diversas razões, deve estabelecer um estatuto especialmente adaptado às suas missões e ao seu objetivo principal de servir à comunidade, pois, na prática, funciona como uma entidade de gestão e valorização do patrimônio territorial. Apesar de possuir todas as características de uma empresa, raramente é reconhecido como tal. Essa entidade gerencia, direta ou indiretamente, um patrimônio comum, possui pessoal voluntário ou remunerado, investe em equipamentos variados e, por vezes, dispendiosos, produz bens comercializáveis ou promove a comercialização de produtos locais, participa de programas turísticos, administra portais ou sites na Internet e se faz presente nos meios sociais, entre outras atividades (Filipe; Varine, 2015). Tudo isso requer uma governança rigorosa, que seja confiável para os parceiros e interlocutores tanto públicos quanto privados.

No âmbito da gestão do Ecomuseu Sítio do Físico, os proprietários ressaltam a relevância de um processo democrático de gestão:

“A gente obedece a todo o roteiro estipulado pela legislação, com reunião em assembleia convocada através de edital publicado na imprensa e durante a assembleia a gente faz a formação de uma chapa. E depois a chapa, se aparecer mais de uma, vai para eleição. Se for só uma, vai para apreciação. Se ela é aprovada, aí tem a ata que vai para cartório, registra e pronto. Dá posse. É eleição e posse na mesma assembleia” (F1).

O ecomuseu adota um modelo participativo, no qual a escolha dos responsáveis e colaboradores envolvidos na condução das atividades e decisões administrativas é realizada por meio de um processo eleitoral. Esse procedimento é essencial para promover a representatividade da comunidade e dos membros interessados no desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural, garantindo a diversidade de perspectivas, conhecimentos e experiências na administração da instituição. A eleição torna-se, portanto, um mecanismo relevante para assegurar uma gestão mais inclusiva, transparente e alinhada com os anseios da comunidade local e dos envolvidos com o museu.

Essa concepção está alinhada com os princípios estabelecidos por Davis (2019) para orientar a criação e o fortalecimento dos ecomuseus. Esses princípios, de acordo com o autor, destacam a importância de processos decisórios democráticos, nos quais a participação pública de todos os grupos interessados é fundamental. Além disso, resalta a necessidade de uma gestão conjunta, envolvendo a comunidade,

instituições acadêmicas, autoridades locais e entidades governamentais. Essa abordagem reforça a importância da colaboração e da representatividade de diferentes setores no planejamento e na administração dos ecomuseus, contribuindo para um modelo de gestão mais aberto, inclusivo e integrado com os diversos segmentos envolvidos.

Outro elemento que se faz presente na gestão museal é o desenvolvimento de exposições e ações, bem como a garantia de acessibilidade e a administração de recursos materiais e humanos. Esses elementos fazem parte do plano museológico e formam a base para proporcionar experiências aos visitantes, além de preservar e divulgar o patrimônio cultural. O Plano Museológico destaca-se como o principal instrumento para a compreensão das diversas funções realizadas pelos museus. Através do planejamento institucional, torna-se viável estabelecer prioridades, apontar os rumos a serem seguidos, monitorar as ações em andamento e avaliar o alcance dos objetivos propostos. É a partir deste plano que as atividades administrativas, técnicas e políticas são organizadas, abarcando tanto o contexto interno quanto a atuação externa da instituição (IBRAM, 2016).

A relevância desse plano é tão significativa que é regulamentada pelo decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, detalhando os dispositivos da lei 11906, de 20 de janeiro de 2009, que institui o IBRAM, e estabelece como responsabilidade dos museus a elaboração e execução desse instrumento. No contexto do Ecomuseu Sítio do Físico, a proprietária destaca a existência do plano museológico, ressaltando, contudo, a necessidade premente de sua atualização:

“Há um plano museológico escrito há alguns anos que precisa ser atualizado. No âmbito do Ecomuseu a exposição permanente são as próprias ruínas e paisagem natural e as temporárias são pontuais e planejadas com outros membros da diretoria do Ecomuseu. As ações educativas, a relação com a comunidade incluindo acompanhamento da Rede Coroadó de Natal e adaptações para promoção de acessibilidade física fluem de acordo com a disponibilidade e oportunidade” (F1 e F2).

A atualização do plano museológico é importantíssima para adequar-se às transformações contemporâneas e garantir a eficácia na gestão e conservação do patrimônio. Através desse plano, é possível traçar ações e exposições. No contexto do Sítio do físico, conforme destacado acima, o plano museológico possui duas vertentes: as exposições permanentes e as temporárias. Com essa estratégia, o Ecomuseu consegue programar ações mais pontuais com outros membros da

diretoria e comunidade. Para isso, o Ecomuseu possui o apoio da Rede Coroado de Natal (organização composta por moradores do Polo do Coroadinho). Por meio da Rede, a instituição museológica consegue alcançar os líderes das comunidades, chamando-os para parcerias ou para participação de ações/eventos promovidas pelo ecomuseu.

Quanto à atualização do Plano Museológico, o IBRAM (2016) preconiza uma avaliação contínua e revisões periódicas, cuja periodicidade deve ser estipulada no regimento interno. A legislação, entretanto, não detalha o intervalo temporal a ser considerado pelo plano, embora sugira um prazo de cinco anos como medida razoável para a implementação das ações.

De acordo com Bertotto (2021), o plano museológico é uma ferramenta que pode auxiliar gestores e profissionais de museus a enfrentarem os desafios, uma vez que identifica e contempla todas as formas e possibilidades para tal. Cícero Almeida (2013) reforça essas premissas ao indicar que a elaboração e implementação do plano museológico representam um marco na regulação da gestão museal no Brasil, sendo uma ferramenta estratégica que contribui para o equilíbrio, tomada de decisões e estabilidade do museu.

Diante das considerações expostas sobre a gestão no contexto do Ecomuseu Sítio do Físico, é perceptível a importância de uma abordagem estratégica e integrada para garantir a preservação do patrimônio e a eficácia na condução das atividades museológicas. A compreensão das diretrizes do plano museológico, incluindo a atualização necessária, a diversificação das exposições, o cuidado com a acessibilidade e a gestão de recursos humanos e materiais, evidencia a relevância de um planejamento consistente, para acompanhar as transformações contemporâneas e promover a continuidade e importância do ecomuseu no contexto atual. O papel fundamental da gestão é não apenas assegurar a preservação do patrimônio, mas, também, adaptar-se às demandas emergentes, mantendo-se aberto às influências externas e contribuições das comunidades locais, visando um desenvolvimento sustentável e dinâmico do Sítio do Físico como patrimônio cultural.

b. Envolvimento Comunitário

A categoria Envolvimento Comunitário representa a dinamização do ecomuseu, uma vez que ressalta a relevância das ações realizadas pela instituição a serem

direcionadas tanto para quanto com a comunidade. Esse envolvimento não se restringe apenas a uma relação de fornecimento de informações ou serviços para os moradores locais, mas destaca a importância de um engajamento, onde a comunidade se torna parte integrante do processo museológico. Esse tipo de abordagem permite uma interação mais estreita entre o ecomuseu e os membros da comunidade, contribuindo para o compartilhamento de conhecimentos, experiências e tradições locais, bem como para a preservação e valorização do patrimônio cultural de forma colaborativa e inclusiva.

Nesse sentido, ao indagar aos responsáveis pelo Ecomuseu Sítio do Físico sobre o engajamento da comunidade nas atividades da instituição, eles ressaltam ativa participação dos moradores, conforme destacado a seguir:

“Atuando junto tanto no planejamento como na realização da mesma forma como o Ecomuseu também participa de atividades da comunidade” (F1 e F2).

Pelos relatos dos proprietários, fica evidente a existência de uma parceria entre a instituição e a comunidade. Essa colaboração não se limita à responsabilidade exclusiva do Ecomuseu em realizar ações, mas envolve também a participação ativa da comunidade, que propõe e convida o próprio Ecomuseu a se envolver nessas iniciativas. A comunicação entre as partes acontece “por intermédio da Rede Coroadado de Natal – RCN presencialmente, pelo grupo de whatsApp ou pelo contato com pessoas definidas e diretores ou representantes das organizações do território” (F1).

Diante desses relatos, Segundo Brulon (2015), a especificidade do ecomuseu reside principalmente na definição de onde está o cerne de suas ações e estrutura: a comunidade. Isso implica que o ecomuseu, diferentemente de outras instituições museológicas convencionais, coloca a comunidade como elemento central em suas atividades e estrutura. A ideia principal é enfatizar que o ecomuseu é moldado em torno das necessidades, história, práticas e participação ativa da comunidade local, sendo que esta é a principal força motriz por trás de suas ações e funcionamento.

Ao considerarmos a perspectiva da comunidade, notamos uma consonância de visão com os proprietários do ecomuseu. Isso porque os depoimentos de C2 e C3 refletem não apenas a satisfação em participar das atividades da instituição, mas, também, carregam consigo os significados atribuídos a essas ações, conforme evidenciado em suas declarações. Na fala de C3, o morador da comunidade do Polo do Coroadinho enfatiza a participação da instituição:

“O Ecomuseu é um parceiro muito ativo e sempre tem disponibilizado equipe para realizar formações, oficinas, trilhas ecológicas e encontros integrativos a fim de estreitar e fazer ser conhecido a história e fortalecer a preservação em todos os quisitos, sejam naturais ou memoriais” (C3).

A fala do morador C3 refere-se ao empenho da instituição museológica em realizar iniciativas que visam estreitar os laços e ampliar o conhecimento sobre a história local, abrangendo não só os aspectos naturais, mas também a preservação da memória coletiva da região.

Ao falar em memória, C2 discorre com muita emoção sobre a importância do Sítio do Físico para a sua própria história:

“Frequento o Sítio do Físico desde criança quando minha mãe se mudou para São Luís com quatro filhos pequenos para fugir da violência doméstica e assim sem ter para onde ir veio para onde hoje é o Bom Jesus. Nossa casa era de papelão, coberta com lona, onde chovia mais dentro da casa do que fora. Não tínhamos muita perspectiva de vida porque minha mãe não sabia escrever nem mesmo seu nome, como poderia conseguir emprego. Então ela conseguiu um trabalho na casa de uma senhora que nos ajudou quando chegamos em São Luís como doméstica. Nós, eu e meus irmãos menores, ficávamos só em casa enquanto ela ia trabalhar. Tínhamos que esperar ela chegar a noite com os restos de comida que sobrava nos pratos dos moradores da casa. Ela recolhia, botava em um pote de margarina e trazia pra gente comer a noite. Isso muito tarde da noite. Então eu ficava com meus irmãos. Como não tinha o que dá pra eles comer eu atravessava a maré com canoa emprestada, pegava manga e tudo o que servia como alimento e levava pra casa. Uma parte a gente comia e a outra eu trocava por rosca e kisuque que era um tipo de suco da época e trazia pra que eu e meus irmãos pudéssemos nos alimentar. Outras vezes ia com meu padrasto pescar a noite na maré que fica no fundo do sítio. Chegávamos em casa tipo meia noite com peixe, caranguejo e sirí e minha mãe ia preparar esses peixes e acordava meus irmãos para comer. Hoje em dia visito o sítio por laser, mas em muitos e muitos momentos mesmo posso dizer que boa parte da minha vida ia ao sítio para sobreviver” (C2).

A abertura e livre acesso do Ecomuseu refletem uma característica singular que vai além das ações diretamente vinculadas à comunidade. Um exemplo ilustrativo é a experiência relatada por C2, uma moradora local, que destaca como o acesso livre ao Sítio do Físico permitiu a ela percorrer livremente o espaço para pescar, viabilizando seu sustento. Essa narrativa evidencia que o ecomuseu não se restringe apenas a uma estrutura física delimitada, mas abrange todo o território, tornando-se um ambiente integrado ao cotidiano dos habitantes. Essa liberdade de acesso amplia os limites do ecomuseu, não apenas como um local para visitação ou preservação, mas como um espaço que acolhe e faz parte do dia a dia da comunidade, permitindo

diferentes usos e vivências que se integram organicamente ao ambiente e à rotina dos moradores locais, possibilitando um sentimento de pertencimento.

Em outra ocasião, C2 expressa a significativa influência do Ecomuseu em sua formação e história pessoal, ressaltando a importância de transmitir os ensinamentos adquiridos para seus filhos. Ela destaca a relevância de levá-los ao local para que possam conhecer e vivenciar suas próprias histórias:

“Acredito que sou uma das pessoas mais pertencente do sítio pois ele foi muito importante para a minha formação e quem eu sou hoje, acredito que se eu não tivesse passado por esses momentos não valorizaria tanto quanto hoje, acostumei-me a levar os meus filhos desde pequenos ao sítio para que eles conhecessem a nossa história e aprendesse a valorizar também e assim passar para os filhos deles” (C2).

Nesse contexto, Reis (2021) ressalta a conexão intrínseca entre memória e identidade, evidenciando seu papel na criação de um sentido de pertencimento. A autora também explora a relevância dos museus nesse contexto, considerando-os agentes ativos nos grupos sociais, capazes de contribuir significativamente para a construção da identidade. Destaca-se que é essencial aos museus oferecerem serviços à comunidade, independentemente de sua tipologia, reforçando seu papel como facilitadores na formação de laços identitários.

A interação da comunidade com o ecomuseu tem sido bastante ativa, o que se questiona se essa dinâmica sempre existiu e se os proprietários notaram grandes mudanças de atitudes após a implementação das ações educacionais na comunidade. Em resposta afirmativa, os proprietários destacaram:

"Sim. Várias mudanças ocorreram após o Ecomuseu se integrar às atividades das organizações sociais locais, culminando na criação do evento Coroado de Natal em 2007 e, posteriormente, na formação da Rede Coroado de Natal em 2014" (P1).

A fala da proprietária indica que a integração do Ecomuseu com as atividades das organizações sociais locais desencadeou transformações significativas na comunidade. A partir dessa interação, foi criado um evento chamado Coroado de Natal em 2007, sendo uma atividade festiva voltada para a comunidade. Posteriormente, em 2014, surgiu a Rede Coroado de Natal, uma estrutura mais organizada que reuniu um conjunto de organizações com o propósito de coordenar ações, compartilhar recursos e promover o desenvolvimento ou interesses da

comunidade local relacionados ao Ecomuseu e à região do Coroadinho. Essa evolução sugere que a integração entre o Ecomuseu e as organizações sociais teve um impacto positivo, resultando na criação de iniciativas mais estruturadas e colaborativas para beneficiar a comunidade.

Como complemento, a proprietária forneceu um quadro resumindo a interação direta do ecomuseu com as organizações comunitárias e, indiretamente, com a população do polo Coroadinho:

Quadro 3 – Contextualização do antes e depois das ações do ecomuseu na comunidade.

Item	Antes	Hoje
01	Os eventos das organizações priorizavam o seu público interno	Evento com público interno Eventos com organizações vizinhas Eventos com organizações de todo Polo Evento com a população
02	Pouco diálogo entre as organizações do Polo Coroadinho	Diálogo amplo entre as organizações do Polo Coroadinho
03	Contato com político para apoiar as demandas da organização	Contato com políticos para apoiar as demandas para a comunidade
04	Luta por políticas públicas pouco exitosas	Efetivação de políticas públicas com ganho real para toda a comunidade
05	Organizações frágeis na maioria	Organizações fortalecidas na maioria
06	Baixa autoestima da população	Autoestima geral mais elevada
07	Comércio local pouco desenvolvido	Vigoroso desenvolvimento do comércio local
08	Alto índice de violência colocando o Polo Coroadinho em 1º lugar na Ilha	Índice de violência com expressiva redução em relação há 17 anos, estando hoje na 4ª/5ª posição.
09	Grupos culturais pouco conhecidos fora dos bairros	Grupos culturais muito conhecidos fora dos bairros
10	Pouca oferta de cursos de música e danças	Mais ofertas de cursos de música e dança nas organizações locais
11	Poucos espaços de uso coletivo para lazer e esporte	Mais espaços de lazer e esporte
12	Falta de escola de ensino médio	Presença de escola de ensino médio
13	Postos policiais pouco eficientes	Há um Comando da Polícia Militar
14	Espaço do BPA era uma casa pequena e simples	Hoje há um Quartel do BPA construído para esse fim
15	Atendimento de saúde deficiente	Melhoria da Unidade Mista e criação de uma Policlínica
16	Sem escola profissionalizante	Instalação de uma escola profissionalizante

Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023.

Baseado no quadro apresentado, evidencia-se uma significativa melhoria derivada da interação entre o ecomuseu e a comunidade. Essa relação estabeleceu diversos benefícios, transcendendo barreiras sociais, como a mitigação da violência, o fortalecimento da saúde pública e a suplantação das lacunas em políticas governamentais. Isso ressalta a relevância de uma instituição capaz de coordenar atividades e orientar ações para promover o fortalecimento e a informação da comunidade.

As experiências vivenciadas e os ensinamentos transmitidos no ecomuseu preservam tradições e histórias locais, enraizando-se nas culturas e fortalecendo os laços afetivos com o espaço que habitam. Essa troca de saberes e vivências contribui para uma percepção mais valorosa do patrimônio, conferindo-lhe significados e possibilitando a construção de uma identidade coletiva mais rica e resiliente. Assim, o Ecomuseu Sítio do Físico desempenha um papel ativo na preservação da memória local, facilitando a compreensão da história comunitária e fomentando um sentimento de pertencimento à comunidade.

c. Ações Educacionais

A compreensão da educação ambiental e patrimonial têm evoluído significativamente, moldada pela expansão conceitual do que engloba o meio ambiente e o patrimônio, bem como pela crescente percepção dos desafios ambientais. O desenvolvimento desses conceitos não apenas acompanha a complexidade crescente desses campos, bem como responde à urgência de abordar questões ambientais contemporâneas e preservar a riqueza do patrimônio cultural. Nesse contexto, faz-se necessário explorar os conceitos que permeiam a educação ambiental e patrimonial, reconhecendo sua evolução como ponto de partida para a análise que se seguirá.

i. Educação Ambiental

Conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei nº 9.795/99, no art. 1º, a Educação Ambiental corresponde aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente,

bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Em síntese, a legislação destaca a importância da Educação Ambiental como um componente essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável. Esse primeiro artigo, enfatiza a necessidade de promover a conscientização e a compreensão da relação entre o ser humano e o meio ambiente, visando a conservação e à promoção da qualidade ambiental por meio da EA. Com essa abordagem, é possível formar cidadãos sensíveis às questões que interferem no meio ambiente, estimulando a participação ativa na construção de uma sociedade mais equitativa.

A EA representa um processo educativo com abordagem interdisciplinar. Essa modalidade educativa capacita os indivíduos a compreenderem as leis que regem a natureza, a discernirem as complexas relações entre si, os seres vivos e o meio ambiente. Além disso, propicia a identificação e compreensão dos desafios ambientais, tanto em escala global quanto local, ao mesmo tempo em que valoriza os aspectos sociais, históricos, éticos e culturais do contexto em que estão inseridos (Silva, 2020).

Segundo a autora, por meio da Educação Ambiental, é possível adquirir competências e habilidades essenciais para desenvolver uma consciência ambiental fundamentada na transformação de atitudes, comportamentos e no exercício da cidadania. Em virtude disso, ela destaca que a Educação Ambiental emerge como um dos principais instrumentos capazes de catalisar mudanças no cenário atual que permeia o meio ambiente, fornecendo uma perspectiva promissora para assegurar a sobrevivência da humanidade e de outros elementos do meio ambiente (Silva, 2020).

Para viabilizar a realização desse cenário, a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece oito princípios básicos para a Educação Ambiental:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Esses princípios estabelecidos pela PNEA orientam que as ações de Educação considerem a integração de perspectivas holísticas, democráticas e participativas. Isso implica reconhecer que no ambiente em questão, os elementos sociais, ambientais e culturais devem ser abordados sob a ótica da sustentabilidade. Além disso, é essencial que as ações educacionais sejam contínuas, visando à consolidação dos aprendizados ao longo do tempo. A avaliação constante dessas atividades é imperativa para realizar ajustes de acordo com a realidade atual. As ações educacionais também devem ser articuladas de forma alinhada com os contextos global, local e regional, levando em consideração a rica diversidade cultural presente no ambiente em foco.

O ato de educar, conforme destacado por Loureiro (2003), está intrinsecamente conectado aos processos sociais relacionados à aprendizagem, manifestando-se de maneira coerente com os princípios da pedagogia freiriana. Esse paradigma educacional, pautado na reflexão e na atuação objetiva e dialética na sociedade, concretiza-se por meio da integração entre a ação, o pensamento e a prática. Nesse contexto, a educação não se limita a um simples repasse de conhecimentos, mas assume uma dimensão mais ampla e engajada, buscando promover a conscientização e a transformação social por meio de uma abordagem de Educação Ambiental participativa e crítica.

Além dessa abordagem, tem-se também a Educação Ambiental Transformadora (Loureiro, 2003), que busca compreender e teorizar sobre a atividade humana, visando ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos. Isso requer uma capacidade crítica e teórica, essenciais para que a relação entre teoria e prática promova mudanças na materialidade e revolucione a subjetividade das pessoas. Em outras palavras, ela busca ampliar a consciência ambiental e provocar uma revolução na totalidade que constitui nossa interação com o ambiente e que, por sua vez, nos influencia. Para atingir esse propósito, é necessário desenvolver habilidades críticas e teóricas, garantindo que a aplicação da prática dos conhecimentos promova mudanças tangíveis na realidade e influencie a forma como as pessoas percebem e interagem com o meio ambiente, reconhecendo a interconexão entre questões ambientais e sociais.

Conforme evidenciado por Lonkhuijzen *et al.* (2022), a Educação Ambiental Transformadora se propõe a desestruturar conceitos comuns, muitas vezes naturalizados, e a resistir às relações de poder historicamente estabelecidas, as quais frequentemente resultam em exclusão, desigualdade e preconceito contra determinados grupos na sociedade contemporânea. Ao seguir esse caminho, ela se engaja na luta pela inclusão e equidade social.

Nessa abordagem, a Educação Ambiental Transformadora direciona sua atenção para as questões específicas de cada grupo social, reconhecendo que as particularidades de cada comunidade estão intrinsecamente vinculadas à sua situação ambiental, à dinâmica de interação nesse contexto, à percepção qualitativa dos problemas e à construção de sua identidade em um diálogo constante com as determinações históricas e os cenários mais abrangentes (Loureiro, 2006). Na prática, a EA Transformadora visa evidenciar a realidade da maioria, democratizar o acesso à informação, compreender a complexidade da sociedade e estimular os diversos setores sociais a incorporarem a práxis ambientalista.

Outra abordagem de Educação Ambiental definida por Loureiro (2015) é a Educação Ambiental Crítica. Essa abordagem representa uma perspectiva histórica da EA e a sua característica básica é questionar todas as verdades socialmente apresentadas, afirmadas e legitimadas. Além disso, destaca-se por refutar qualquer pensamento que promova a dissociação entre sociedade e natureza. Assim, a EA Crítica consolidou-se como núcleo orientador desse domínio, contribuindo para o debate por meio de reflexões provenientes da ecologia política, da complexidade e da ética socioambiental (Arrais; Bizerril, 2020).

A Educação Ambiental Crítica, em sua abordagem educativa, empenha-se em promover um diálogo mais crítico e anticapitalista, alinhado com a busca por transformações que favoreçam a construção de sociedades sustentáveis (Arrais; Bizerril, 2020). Conforme a perspectiva de Torres, Ferrari e Maestrelli (2014), a EA Crítica pode ser entendida como uma filosofia educacional que visa reorientar as premissas do pensamento e da ação humana, com o propósito de catalisar transformações visando melhorar as condições de vida dos indivíduos. Isso implica, necessariamente, uma mudança cultural e social para viabilizar avanços significativos em direção a uma sociedade mais justa e sustentável.

Diante das abordagens propostas, a Educação Ambiental revela-se como uma força impulsionadora, sustentada pelas perspectivas transformadora, crítica e

interdisciplinar. Estas se apresentam como alternativas viáveis, afastando-se do retrocesso e transcendendo as práticas conservacionistas e pragmáticas. O enfoque é direcionado à construção de espaços educativos que se destacam por ir além das ideias hegemônicas, propondo práticas que vão ao cerne da mobilização de novas condutas, indo muito além da mera transmissão de conhecimentos ecológicos. Nesse contexto, a Educação Ambiental, ao apostar no protagonismo e na cidadania ativa, fomenta a articulação entre diversos saberes e promove o exercício de um movimento coletivo. A visão subjacente é a de transformar a sociedade atual, instigando uma mudança profunda, participativa e comprometida com a construção de um futuro mais sustentável e equitativo. Essas abordagens emergem como catalisadoras de uma Educação Ambiental que não apenas informa, mas, acima de tudo, mobiliza e inspira ações concretas em prol de um ambiente mais saudável e de uma sociedade mais justa.

ii. Educação Patrimonial

A expressão "educação patrimonial" foi cunhada pela primeira vez no Brasil em 1983, originando-se de um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Nesse evento, foi introduzida uma metodologia inspirada em uma abordagem pedagógica adotada na Inglaterra para o ensino de história, juntamente com a experiência educacional de uso de museus e monumentos (Anjos, 2016).

A compreensão da Educação Patrimonial parte da premissa delineada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), que a caracteriza como um instrumento de "alfabetização cultural". Sob essa ótica, a Educação Patrimonial atua como uma ferramenta que capacita o indivíduo a decifrar o entorno que o circunda, proporcionando uma compreensão mais profunda do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal na qual está imerso. Esse processo não apenas fortalece a autoestima dos indivíduos e das comunidades, mas também promove a valorização da cultura brasileira, entendida como diversa e plural.

E devido a isso, o que deve nortear as práticas de Educação Patrimonial é o enfoque no patrimônio cultural em suas diversas manifestações, sejam elas materiais, imateriais, naturais, entre outras. Além disso, os processos educativos devem ser pautados pela construção coletiva e democrática do conhecimento, promovendo o

diálogo constante, a percepção crítica da realidade e a participação efetiva dos agentes sociais detentores das referências culturais (Tolentino, 2012). Este compromisso com a integração e a participação ativa torna-se essencial para fortalecer a identidade cultural e fomentar uma compreensão mais profunda e significativa do patrimônio.

De acordo com Tolentino (2012), a Educação Patrimonial fundamenta-se na premissa de que as ações educativas são verdadeiramente eficazes quando são contínuas, sistemáticas, significativas, transformadoras e abrangentes. Estas atividades têm como propósito instigar o despertar do sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural, fortalecendo os vínculos entre os bens culturais, a memória, a identidade e a cidadania.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial se baseia em princípios que visam assegurar a eficácia das ações educativas. Para serem verdadeiramente impactantes, essas ações devem ser contínuas, ocorrendo de maneira consistente e regular ao longo do tempo. Além disso, devem ser significativas, proporcionando experiências educativas profundas e relevantes. A transformação é um objetivo central, indicando que a Educação Patrimonial busca não apenas informar, mas também gerar mudanças efetivas na compreensão e apreciação do patrimônio cultural. A abordagem transversal destaca a importância de integrar a educação patrimonial em diferentes áreas do conhecimento, tornando-a uma dimensão interdisciplinar. Desse modo, o propósito da Educação Patrimonial é despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural, criando laços mais profundos entre os bens culturais, a memória, a identidade e a cidadania. Isso implica não apenas na transmissão de informações, mas na promoção de uma compreensão ativa, capacitando os indivíduos a se tornarem defensores ativos de sua herança cultural.

A meta reside em instigar a curiosidade, o desejo e o prazer de explorar e conviver com os bens culturais enquanto parte integrante do patrimônio coletivo. O objetivo é levar a apropriação desses bens não apenas como elementos estáticos, mas como recursos dinâmicos que aprimoram a qualidade de vida e contribuem para o desenvolvimento do indivíduo e cidadão. Esta apropriação abrange não apenas aspectos pessoais, mas também se estende às atividades profissionais, momentos de lazer, processos criativos e interações com outros e com o mundo (Londres, 2012). O compromisso com a preservação emerge naturalmente desse envolvimento ativo

com o patrimônio cultural, consolidando a compreensão de sua importância e incentivando a responsabilidade na conservação para as gerações futuras.

Segundo Londres (2012), para alcançar essas metas, fundamenta-se nos valores que atribuímos aos bens culturais em nossas sociedades ocidentais:

- Valores cognitivos – os bens que integram o patrimônio cultural de um grupo social constituem, antes de mais nada, marcas do tempo no espaço. A eles é atribuído um valor de testemunho, pois atestam nossa historicidade, assim como a do ambiente em que vivemos.
- Valores afetivos – o conhecimento e a convivência com os bens culturais têm como um de seus efeitos criar no educando uma relação de “cumplicidade”, e, em certa medida, de identificação com os “outros” que produziram, utilizaram e atribuíram sentidos e valores (provavelmente diferentes daqueles que hoje lhes atribuímos) a esses bens. Ou seja, nessa relação dialética entre o “mesmo” – aqueles aspectos em que o educando se reconhece – e o “outro” – o que lhe é estranho, mas cujo contato pode enriquecê-lo – o educando elabora sua identidade pessoal e coletiva.
- Valores estéticos – Esses valores serão melhor mobilizados quanto mais próximo for o contato do educando com o bem cultural. Valores éticos – ao serem declarados patrimônio cultural coletivo, seja pelo poder público, seja por um processo específico àquele grupo social, o bem se torna “propriedade” de todos (Londres, 2012, p. 16).

Nesse contexto, é imperativo conceber a Educação Patrimonial em sua dimensão política, reconhecendo que tanto a preservação da memória quanto o esquecimento são construções sociais. Enfrentar esse desafio implica lidar com a complexa questão de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se reconhece no que é oficialmente designado como patrimônio cultural nacional (Florêncio, 2012). Essa abordagem política da Educação Patrimonial é importante para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva do patrimônio, abrindo caminho para a valorização e preservação de aspectos culturais que refletem a diversidade e a riqueza da sociedade brasileira.

Assim sendo, a Educação Patrimonial desempenha um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, transcendendo significativamente a simples disseminação. Não se limita à “promoção” e “difusão” de conhecimentos técnicos acumulados na preservação do patrimônio cultural, mas concentra-se, essencialmente, na criação de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras guardiãs desse patrimônio cultural (Florêncio, 2012). A importância recai não apenas na transmissão de informações, mas na construção de vínculos que envolvem, engajam e capacitam as comunidades a serem protagonistas ativos na preservação e promoção de sua herança cultural. Dessa maneira, os bens culturais

são concebidos como um suporte vital para a construção coletiva do conhecimento, um processo que só pode ser efetivamente realizado quando são consideradas e incorporadas as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas (Florêncio, 2012). Isso demanda a implementação de diversas estratégias e situações de aprendizagem, as quais devem ser construídas de maneira dialógica, a partir das peculiaridades locais.

No que diz respeito ao conceito de Educação Patrimonial, a definição adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) atualmente é resultado de uma construção coletiva envolvendo instituições e indivíduos da sociedade civil (Florêncio, 2012). Essa elaboração foi mediada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Para o IPHAN, a Educação Patrimonial abrange todos os processos educativos, tanto formais quanto informais, que têm como foco o patrimônio cultural. Esse patrimônio é visto socialmente como um recurso fundamental para compreender as referências culturais em suas diversas manifestações ao longo da história e da sociedade. O objetivo é contribuir para o reconhecimento, valorização e preservação desse patrimônio. A abordagem ressalta a importância de construir coletivamente o conhecimento, promovendo a participação efetiva das comunidades que são detentoras e produtoras dessas referências culturais. Reconhece, ainda, a diversidade de perspectivas e noções de patrimônio cultural presentes nessas comunidades, destacando a necessidade de um diálogo democrático para abordar e preservar adequadamente a riqueza cultural existente.

A Educação Patrimonial aborda a noção multifacetada de patrimônio, envolvendo-se nas nuances histórico-culturais associadas ao fenômeno da (i)materialidade dos bens patrimoniais. É essencial considerar que esses elementos estão imersos em uma complexa rede de significados, intimamente relacionados ao contexto sócio-histórico em que surgem (Anjos, 2016). Sua proteção vai além de

valores estéticos e antiguidade, concentrando-se, principalmente, nos significados que carregam. O patrimônio desempenha um papel importante na preservação do vínculo emocional do indivíduo com o espaço que habita, desempenhando um papel significativo na construção de identidades.

Conforme Anjos (2016), ela concorda com a perspectiva de Silveira e Bezerra (2007) quando afirmam que a Educação Ambiental demanda uma reflexão sobre o papel da educação na formação do patrimônio, a influência do patrimônio no processo educativo e a interação de ambos na dinâmica social que entrelaça a memória e o esquecimento. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de disseminar conhecimentos como meio de estabelecer uma relação colaborativa com as comunidades, viabilizando a apropriação social do saber, com o patrimônio atuando como um suporte fundamental.

A autora ressalta que a proteção, valorização e seleção dos bens culturais devem ser empreendidas de maneira colaborativa, pautadas nas significações e valores conferidos por diversos segmentos da sociedade. Os mecanismos e instrumentos de preservação atualmente disponibilizados pelo Estado, como tombamentos, registro de manifestações culturais e chancela de paisagem cultural, são condicionados pelo significado e valor simbólico atribuídos a esses bens pela sociedade. O caminho para esse engajamento passa, portanto, pela Educação, que deve fomentar debates e o sentimento de pertencimento na sociedade (Anjos, 2016).

Nesse mesmo contexto, Tolentino (2019) destaca que, ao abordar a educação no âmbito do patrimônio cultural, é essencial realizar uma reflexão crítica sobre os fundamentos que orientam a seleção e preservação dos bens e manifestações culturais representativos da memória e identidade de uma nação ou coletividade específica. Para o autor, nos processos educativos, formais ou informais, que abordam o patrimônio cultural, é imprescindível considerar as forças e relações conflituosas que se manifestam. Isso engloba as marcantes divergências de opinião entre interesses conflitantes no processo de legitimação de patrimônios, especialmente quando se trata das reivindicações de grupos não hegemônicos.

Além disso, Tolentino (2019) reforça que se deve considerar a resistência dos grupos dominantes em reconhecer as referências culturais das identidades de resistência. Portanto, o processo de formação e apropriação dos patrimônios culturais deve resultar de um trabalho reflexivo e crítico. Nas comunidades, a participação ativa dos sujeitos sociais que produzem essas referências culturais torna-se fundamental,

transformando o processo em algo participativo e democrático. Isso permite que suas vozes e perspectivas não sejam relegadas ao esquecimento.

Nas práticas educativas, Tolentino (2019) destaca a importância de adotar abordagens dialógicas nas iniciativas de educação patrimonial junto às comunidades. Em vez de partir de uma concepção rígida e passiva do patrimônio, essas práticas abrem espaço para a construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, por meio do diálogo e da negociação. Esse processo implica a consideração dos conflitos que podem surgir, envolvendo debates, confrontos, dissensões e consensos (Tolentino, 2019). O ponto central é promover uma reflexão crítica na definição e apropriação do patrimônio cultural, com a participação democrática dos agentes e detentores das referências culturais.

A compreensão do patrimônio deve ser realizada de maneira crítica, indo além de uma abordagem meramente contemplativa. Ele advoga por uma perspectiva educacional socioconstrutivista, na qual a mediação é fundamental para a apropriação do conhecimento. No processo de compreensão do patrimônio cultural, destaca-se a importância de reconhecer os saberes locais e considerar a perspectiva vivencial das comunidades. Nesse contexto, a educação patrimonial não se limita à simples busca de conhecimento para fins de preservação; ela transcende esse propósito, envolvendo reflexões profundas sobre o patrimônio e os processos seletivos que o moldaram. Busca, assim, transformar a realidade, de modo que o patrimônio cultural se torne verdadeiramente a herança da diversidade cultural e dos diversos grupos que contribuíram para a formação da sociedade (Tolentino, 2019).

Nos processos educativos voltados ao patrimônio cultural, adotar uma perspectiva dialógica implica conectar-se diretamente com os patrimônios locais, começando pelas referências culturais próximas. A reflexão se estende para compreender o que constitui patrimônio, questionando quais coletividades devem ser representadas e explorando memórias e esquecimentos na formação desses patrimônios. Além disso, abordar as memórias e os esquecimentos que permeiam a formação desses patrimônios. Acrescenta-se à reflexão sobre o papel do cidadão e do Estado na preservação e valorização desses patrimônios, contribuindo para uma compreensão ampliada do patrimônio cultural e sua relação com cidadania, identidade e memória (Tolentino, 2019).

A Educação Patrimonial emerge como um conjunto de ações interinstitucionais e interdisciplinares, meticulosamente coordenadas entre as esferas cultural e

educacional, com uma participação efetiva da sociedade. Seu entendimento transcende a abordagem tecnicista, buscando a integração de princípios e objetivos comuns para evitar uma prática desvinculada do contexto sociocultural, que resultaria em ganhos imediatos, porém superficiais. Nesse sentido, é imperativo que a Educação Patrimonial se pautar por pressupostos teórico-metodológicos sólidos, fundamentando-se na reflexão cidadã contínua. Valorizar os resultados imediatos é importante, mas o cerne reside em promover uma abordagem reflexiva e transformadora ao longo do tempo, fomentando uma compreensão mais profunda e duradoura do patrimônio cultural e sua interação dinâmica com a sociedade.

iii. Ações Educacionais no Ecomuseu Sítio do Físico

A categoria de Ações Educacionais, focada especialmente em educação ambiental e patrimonial, destaca-se como um dos pilares do Ecomuseu Sítio do Físico. Essas ações, apresentadas com o intuito de promover o conhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio cultural e natural, têm um impacto significativo na relação da comunidade com seu entorno. Nesse sentido, este tópico explorará as estratégias educacionais adotadas pelo ecomuseu. Para alcançar esses insights, foram conduzidas entrevistas envolvendo os proprietários do ecomuseu e os moradores da comunidade, participantes ativos da pesquisa.

Ao dar início à entrevista sobre as ações educacionais promovidas pelos proprietários, estes ressaltam que conduzem atividades voltadas para educação ambiental e patrimonial no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico e na comunidade. Segundo eles, as ações educativas são conduzidas por meio de palestras, exposições, trilhas e oficinas temáticas, proporcionando uma imersão ativa e participativa para transmitir conhecimentos sobre a história local, a biodiversidade da região e as práticas sustentáveis. Além disso, mencionaram o envolvimento da comunidade e organizações no planejamento e na execução dessas ações, conforme evidenciado na seguinte declaração:

“As ações educativas ambientais e patrimoniais são construídas com histórias, atividades lúdicas e visitas *in loco*. São planejadas junto às organizações participantes de acordo com o interesse de ambas. Outras ações são geradas de acordo com a percepção de uma necessidade e/ou oportunidade”.

Essa fala ressalta a maneira como as ações educativas ambientais e patrimoniais são desenvolvidas e implementadas. Ela destaca que essas ações são construídas com base em narrativas históricas, atividades lúdicas e visitas aos locais relevantes para o tema em questão. Além disso, enfatiza que a elaboração dessas ações é feita de forma colaborativa, envolvendo as organizações participantes e considerando os interesses mútuos de ambas as partes.

Percebe-se que o planejamento dessas ações educativas é flexível e adaptável, levando em consideração os interesses e necessidades das organizações envolvidas, bem como as oportunidades que surgem no contexto. Isso significa que, além de seguir um planejamento prévio, novas atividades podem ser incorporadas conforme são identificadas necessidades emergentes ou surgem oportunidades para enriquecer o processo educativo.

De acordo com Araújo (2017), a educação é uma prática social dinâmica e multifacetada, estendendo-se para além do ambiente escolar tradicional. Ela ocorre em uma variedade de instâncias culturais, tais como bibliotecas, museus, cinemas, televisão, internet, núcleo familiar, clubes, bairros e vizinhanças. Embora a escola seja reconhecida como o principal local de conhecimento sistematizado, não é o único espaço de aprendizado. Existem outras esferas e contextos que também desempenham papéis educativos significativos, conhecidos como espaços educativos não formais. Estes lugares e ambientes alternativos contribuem de maneira essencial para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento pessoal, oferecendo oportunidades valiosas de aprendizagem.

Nesse contexto, ao tratar dessas questões no âmbito da Educação, reitera-se a importância de integrar o patrimônio cultural nos processos educativos, tanto formais quanto não formais. Essa integração visa considerar o patrimônio como um recurso socialmente apropriado, fundamental para a compreensão das referências culturais em suas diversas manifestações, contribuindo para seu reconhecimento, valorização e preservação. É importante estar atento ao jogo político das memórias e identidades dos envolvidos nesse processo, conforme destacado por Tolentino (2013). Essa abordagem permite uma reflexão crítica e contextualizada, promovendo uma compreensão mais aprofundada do patrimônio cultural como parte integrante da construção histórica e social de uma comunidade.

Exemplificando ações educacionais relacionadas ao patrimônio cultural, Santos (2013) e Torres (2013) oferecem algumas sugestões. Santos propõe uma abordagem

cativante da Educação Patrimonial, utilizando recursos textuais e multimídia, como poesias e canções de compositores regionais, para envolver o público no processo de aprendizagem de maneira prazerosa. Por outro lado, Torres destaca a importância de promover a preservação e valorização do patrimônio cultural através de abordagens lúdicas, empregando jogos e brincadeiras. Ambas as autoras reforçam a ideia de que desenvolver ações educacionais fora dos métodos convencionais de ensino oferece benefícios significativos, sendo adaptável tanto para crianças quanto para adultos.

Para Santos, que propõe atividades que interajam com os inventários dos patrimônios culturais, como poesia, dança, histórias, lugares e outros, permite explorar a percepção do que é considerado patrimônio e promover ações destinadas à sua preservação e disseminação. Esta abordagem transversal proporciona uma experiência enriquecedora, simultaneamente sensibilizando através da música e poesia, enquanto estimula a reflexão ao ouvir, ler, estudar e discutir as letras das canções (Santos, 2013). Já Torres (2013) destaca a relevância dos jogos e brincadeiras como ferramentas pedagógicas, oferecendo ao educador/mediador a oportunidade de transmitir conteúdos de maneira mais acessível e interativa.

Por outro lado, de acordo com as respectivas autoras, para o educando, essas metodologias proporcionam uma aprendizagem mais dinâmica, possibilitando aos envolvidos o desenvolvimento da percepção, reflexos, criatividade e, especialmente, das emoções, criando vínculos com o patrimônio cultural. No entanto, é essencial que o planejamento dessas atividades seja direcionado e adequado ao público participante, considerando suas características e interesses para que ocorra o engajamento no processo educativo.

Na percepção da comunidade, o ecomuseu efetivamente concretiza essas atividades educacionais, uma vez que todos os entrevistados participaram de alguma maneira dessas ações. De acordo com o tenente do batalhão ambiental (C1), o ecomuseu desempenha um papel ativo por meio de palestras no Projeto Brigada Voluntária Ambiental, abordando temas relacionados à fauna e flora locais, e ao guiar caminhadas pelas ruínas do Sítio do Físico. Segundo suas palavras, essa experiência proporcionou um aprendizado significativo sobre a história local.

Os entrevistados C2, C3, C4 e C5 corroboraram que já participaram ativamente das iniciativas de educação ambiental e patrimonial promovidas pelo ecomuseu. C2 mencionou ter participado de diversas exposições, como a Semana do Museu, palestras conduzidas pela UFMA em parceria com o sítio, o Mobiliza São Luís e trilhas

guiadas. Além disso, destacou seu envolvimento contínuo no plantio de árvores nos arredores do Parque Estadual do Bacanga, onde o sítio está localizado, como mostra sua resposta a seguir: “Participo sempre do plantio de árvores em torno do parque estadual do Bacanga onde o Sítio está localizado” (C2, 2023).

Quando questionada sobre seu envolvimento em alguma atividade educativa promovida pelo Ecomuseu, especialmente relacionada ao patrimônio histórico ou cultural, sua resposta foi a seguinte: “De diversas exposições: Semana do Museu; Palestras desenvolvidas pela UFMA em parceria com o sítio; Mobiliza São Luís que aconteceu recentemente; Trilhas guiadas” (C2, 2023).

Ao ser indagado sobre as atividades vinculadas ao meio ambiente e à natureza, o entrevistado C3 compartilhou a sua experiência nesse contexto:

“Foi incrível entender a importância de nos relacionarmos bem com tudo que há dentro do Parque Estadual do Bacanga e em especial com o espaço delimitado como Sítio do Físico. Olharmos com responsabilidade para as plantas, animais e solo afim de garantir a preservação. No Batalhão de Polícia Ambiental, sou Instrutor da Brigada Voluntária Ambiental-BVA e tivemos a oportunidade magnífica de aprendermos sobre os tipos de folhas e todo processo de identificação de quando elas estão saudáveis, tudo orientado por Nery Mendonça que na ocasião representava o Ecomuseu” (C3, 2023).

Essa citação de C3 evidencia a valorização e compreensão adquiridas em relação à importância da preservação ambiental, principalmente dentro do Parque Estadual do Bacanga e no espaço específico do Sítio do Físico. O entrevistado destaca a responsabilidade de estabelecer uma relação cuidadosa com as plantas, animais e solo, enfatizando a necessidade de proteger e preservar esse ambiente. O relato ressalta também a participação do entrevistado como instrutor na Brigada Voluntária Ambiental (BVA) do Batalhão de Polícia Ambiental, onde teve a oportunidade de aprender sobre a identificação de tipos de folhas e processos para determinar sua saúde. Essa experiência foi guiada por Nery Mendonça, representante do Ecomuseu na ocasião, demonstrando o papel educativo e informativo desempenhado pelo Ecomuseu Sítio do Físico na formação e capacitação das pessoas envolvidas com a preservação ambiental.

Ao ser indagado sobre as atividades voltadas ao patrimônio histórico e cultural, C3 compartilha a sua experiência da seguinte maneira:

“Participamos da Semana do Museu e foi possível enxergarmos o quanto temos história em nosso território, como temos que lutar para consagrar essa memória, as influências importantíssimas para a constituição da Cidade, do Estado e do País” (C3, 2023).

O relato de C3 demonstra a percepção do entrevistado após participar da Semana do Museu, onde pôde vivenciar e compreender a riqueza histórica presente no território em que está inserido. A experiência possibilitou uma reflexão sobre a importância de preservar essa memória histórica local, destacando-a como parte fundamental na formação e no desenvolvimento da cidade, do estado e do país. A narrativa de C3 ressalta a valorização da história e das influências que contribuíram significativamente para a constituição e identidade cultural não apenas da localidade, mas também de esferas mais abrangentes, como o estado e o país como um todo. Essa reflexão enfatiza a relevância de reconhecer, preservar e celebrar a herança cultural e histórica como parte essencial da identidade coletiva e do legado de uma comunidade.

Da mesma forma, C4 descreveu sua participação nessas atividades, incluindo o plantio de mudas de árvores e trilhas realizadas dentro do espaço do Sítio do Físico. No que tange à educação patrimonial, destacou seu aprendizado sobre a importância histórica do local, revelando ser o primeiro local para curtir couros, a preservação desses artefatos e a utilização de suas cascas para a produção de cal: “Aprendi que se tratava o primeiro lugar de curtir couros, era o local de sarnambis e a preservação dos mesmos, também utilizavam suas cascas para fazer a cal” (C4, 2023).

Além disso, C5 acrescentou ter participado ativamente dessas ações, mencionando a presença de figuras políticas e órgãos estaduais durante sua participação. Alegou ter participado de palestras, rodas de conversa, plantio de árvores nativas e frutíferas, incluindo tâmara e açaí, além de trilhas realizadas em colaboração com a UFMA, SEMA e membros do Conselho Consultivo. Essas atividades contaram com a presença de renomados profissionais, como o Professor Sálvio Dino e o Dr. Douglas Martins, da Vara de Difusos e Coletivos, bem como a participação do Batalhão Ambiental-BPA, como mostra o relato a seguir:

“Particpei de palestras, rodas de conversa, plantações de árvores nativa e frutíferas, entre elas a tâmara, açaí entre outras, fizemos trilhas com a UFMA, SEMA, Membro do Conselho Consultivo da qual eu faço parte, com o Professor Sálvio Dino, Dr. Douglas Martins, da Vara de Difusos e Coletivos, Batalhão Ambiental-BPA” (C5, 2023).

Esses relatos evidenciam o engajamento da comunidade nas atividades educacionais promovidas pelo ecomuseu, reforçando sua importância e impacto positivo na preservação ambiental e patrimonial. Como observado, todos os entrevistados (C1, C2, C3, C4 e C5) confirmaram ter participado ativamente dessas iniciativas, destacando sua variedade de atividades e apoiadores. O tenente do batalhão ambiental (C1) mencionou a relevância das palestras ministradas no Projeto Brigada Voluntária Ambiental, bem como as caminhadas guiadas pelas ruínas do sítio, ressaltando o significativo aprendizado sobre a história local. Da mesma forma, C2, C3, C4 e C5 descreveram sua participação em diversas atividades educativas, incluindo exposições, palestras e trilhas, destacando a parceria com instituições como a UFMA e a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

Essas experiências não apenas ofereceram conhecimento sobre a fauna, flora e patrimônio histórico, mas também envolveram a comunidade em ações práticas, como plantio de árvores nativas e frutíferas, enriquecendo a relação dos participantes com o entorno e reforçando a importância da preservação ambiental e cultural. No âmbito da educação ambiental, o ecomuseu busca sensibilizar e conscientizar os visitantes e membros da comunidade sobre a importância da preservação ambiental, incentivando práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais. Já a educação patrimonial busca resgatar, valorizar e difundir a história, a cultura e as tradições locais, promovendo a compreensão da identidade cultural e histórica da comunidade.

De acordo com Anjos (2016), espera-se que a educação desempenhe um papel ativo na sociedade, não apenas reproduzindo conhecimentos previamente estabelecidos, mas atuando como produtora de saber. Ela deve contribuir significativamente para a formação de indivíduos capazes de construir sua própria vida coletiva, promovendo cidadania, responsabilidade e um senso de pertencimento. A participação da comunidade em práticas educativas vinculadas aos bens culturais é uma oportunidade para que os membros desses grupos valorizem sua cultura atual ou ancestral. Essas práticas podem resultar em experiências de sensibilização e participação crítica, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre o valor patrimonial detido por esses grupos, estimulando um maior envolvimento e comprometimento com sua herança cultural.

Segundo a mesma autora, a educação patrimonial serve como instrumento para abordar a relevância e importância do patrimônio para a identidade cultural, bem

como para a proteção necessária desses legados em prol das gerações vindouras. Tal abordagem pode propiciar não apenas a aprendizagem sobre o patrimônio, mas também fomentar uma cultura de participação ativa na preservação e valorização desses bens históricos e culturais (Anjos, 2016).

Considerando a perspectiva da Educação Ambiental, segundo Silva (2020), destaca-se a importância desse campo no processo de sentimento de pertencimento da comunidade local em relação ao Meio Natural. Isso ocorre por meio do envolvimento dos indivíduos no planejamento de ações que abrangem aspectos sociais, econômicos e ambientais. Alicerçada nessa tríade de sustentabilidade, a metodologia da Educação Ambiental se fundamenta no estilo de vida adotado pela comunidade para preservar e conservar o Meio Ambiente.

A autora supracitada ressalta que a Educação Ambiental (EA) representa uma estratégia emancipatória para a sociedade, uma vez que fomenta o potencial crítico tanto individual quanto coletivo nas ações de mobilização social. Nesse contexto, torna-se essencial um processo de sensibilização da população. Para isso, é fundamental que a promoção da formação seja estabelecida como ponto de partida, alinhada ao princípio da Educação Ambiental. Esse princípio, reconhecido como estratégia de sensibilização, está instituído pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Silva, 2020).

No Art. 1º da Lei Nacional nº 9.795/99, encontra-se a seguinte referência sobre Educação Ambiental:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Esse trecho explora o conceito e o propósito da Educação Ambiental, descrevendo-a como um conjunto de processos e enfatiza que a Educação Ambiental não se limita apenas ao indivíduo, mas abrange também a comunidade. Esse processo visa construir uma série de elementos:

- Valores sociais: Refere-se à compreensão e à internalização de valores que promovem a valorização e preservação do meio ambiente, incentivando atitudes responsáveis e sustentáveis em relação a ele.

- **Conhecimentos:** Envolve a aquisição de informações sobre os sistemas naturais e sociais, promovendo a compreensão das interações entre o ser humano e o ambiente.
- **Habilidades:** São as capacidades práticas e técnicas que permitem agir de forma consciente em relação ao meio ambiente, como habilidades para resolver problemas ambientais ou aplicar práticas sustentáveis no cotidiano.
- **Atitudes:** Refere-se às posturas e disposições mentais que impulsionam ações positivas em prol da conservação ambiental, como o respeito, a responsabilidade e a preocupação com o meio ambiente.
- **Competências:** São as habilidades combinadas com o conhecimento e a atitude, permitindo que o indivíduo ou a coletividade ajam de maneira eficaz para proteger e conservar o meio ambiente, mantendo-o saudável para as presentes e futuras gerações.

Tudo isso está direcionado para a conservação do meio ambiente, entendido como um bem de uso coletivo e essencial para a qualidade de vida saudável e para a sustentabilidade a longo prazo. Esses princípios se conectam diretamente com as ações educativas realizadas no Ecomuseu Sítio do Físico, visto que a instituição frequentemente busca sensibilizar e educar o público sobre a preservação ambiental e cultural, a importância da biodiversidade local e a valorização do patrimônio cultural e natural.

Com o objetivo de destacar e compartilhar as diversas iniciativas realizadas, os proprietários apresentaram na entrevista uma seleção de fotos que documentam as ações de educação ambiental e patrimonial conduzidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico. Estas imagens ilustram a diversidade de atividades realizadas tanto nas dependências do museu quanto em espaços comunitários e em parceria com o Batalhão Ambiental. As fotografias capturam momentos representativos de programas educativos, exposições temáticas, atividades ao ar livre, além de eventos específicos que visam promover a sensibilização sobre a preservação do meio ambiente e do patrimônio local. Essas imagens ilustram as ações engajadas e do impacto positivo gerado pela colaboração entre o Ecomuseu e a comunidade, enfatizando o compromisso contínuo com a educação ambiental e a valorização do patrimônio cultural e natural.

As Figuras 25 e 26 ilustram um momento em que o Ecomuseu Sítio do Físico conduz uma oficina prática de reaproveitamento de matérias, incluindo pneus, envolvendo crianças e adultos da comunidade. A iniciativa incentiva as práticas sustentáveis e estimula a criatividade por meio do reaproveitamento de recursos.

Figura 25 – Oficina de reaproveitamento de pneus comandado pelo Ecomuseu Sítio do Físico.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2022.

Figura 26 – Oficina de enfeites natalinos com reaproveitamento de materiais realizado em dezembro de 2022 pelo Ecomuseu Sítio do Físico durante o Coroado de Natal.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2022.

Conforme Santos, Queiroz e Araújo (2022), o reaproveitamento dos pneus contribui significativamente para a redução dos impactos ambientais que poderiam ser gerados caso esses produtos fossem diretamente encaminhados para o lixão municipal ou descartados de maneira irregular em vias públicas e áreas não designadas para este fim.

As Figuras 27 e 28 capturam momentos enriquecedores onde o Ecomuseu Sítio do Físico lidera trilhas guiadas com a participação tanto de adultos quanto de crianças. Essas atividades visam proporcionar uma imersão na riqueza histórica das ruínas do complexo industrial, evidenciando os vestígios e narrativas que compõem a história local. Além disso, as trilhas também exploram a diversidade de ecossistemas presentes no Parque Estadual do Bacanga, oferecendo uma visão abrangente das diferentes paisagens naturais e promovendo a conexão das pessoas com a natureza.

Figura 27 – Trilha pelas ruínas do Complexo Industrial realizado em parceria com uma educadora física.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023.

Figura 28 – Trilha pelas ruínas do Complexo Industrial realizada em parceria com uma educadora física.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023.

Outra colaboração para realização de atividades conjuntas, tem-se com o Batalhão, onde promovem iniciativas de educação ambiental em conjunto com a Brigada Voluntária Juvenil do Batalhão de Policiamento Ambiental. Uma das atividades em destaque foi a organização de uma trilha orientada, proporcionando aos participantes a oportunidade de explorar e aprender sobre a diversidade da fauna e flora presentes no Parque Estadual do Bacanga. Essas ações demonstram a sinergia entre diferentes entidades e o compromisso conjunto em oferecer experiências educativas que ressaltam a importância da preservação ambiental e a valorização do patrimônio natural e cultural. A representação dessa atividade pode ser observada na figura 29.

Figura 29 – Trilha realizada com a Brigada Voluntária Juvenil do Batalhão de Policiamento Ambiental pelo Parque Estadual do Bacanga.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023.

Segundo Silva *et al.* (2012), as trilhas não apenas transmitem conhecimento, assim como também proporcionam atividades que revelam os significados e características do ambiente. Isso é alcançado por meio da utilização de elementos originais, da experiência direta e de recursos ilustrativos, tornando-se assim um instrumento fundamental nos programas de educação ao ar livre. Reconhecidamente, as trilhas ecológicas são importantes no processo de conservação da natureza, uma vez que ao facilitar o acesso das pessoas a ambientes naturais, promovem uma interação direta e enriquecedora com o meio ambiente.

Uma das ações conduzidas pelo Ecomuseu consiste na colaboração com escolas públicas e privadas, oferecendo a oportunidade para os alunos visitarem as ruínas históricas. Com o apoio do Ecomuseu, os estudantes são guiados através da narrativa sobre a história do complexo industrial, ressaltando sua relevância para o estado do Maranhão. Na Figura 30, é capturado um momento descontraído dos alunos da rede pública, demonstrando que a visita a um museu pode ser divertida. Essas interações educativas proporcionam uma experiência prática e enriquecedora, promovendo a valorização do patrimônio histórico e o entendimento da importância desse legado para a identidade cultural e histórica da região.

Figura 30 – Visitação de uma escola da rede pública ao complexo industrial.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023.

Paula, Pereira e Silva (2019) acreditam no papel educativo que as visitas aos museus podem proporcionar aos visitantes e quando alinhado com o sistema escolar, tornando-se uma ferramenta capaz de ampliar o acesso aos espaços museológicos, principalmente para as camadas sociais com menor poder aquisitivo. Costa (2013) enfatiza que a colaboração entre museus e escolas é importante para expandir o alcance social desses espaços, considerando que as escolas possuem capacidade de promover a continuidade das atividades educativas de forma sistematizada. A interação entre os museus e o público escolar requer, portanto, ações colaborativas e parcerias entre museus, escolas e secretarias de educação. Nas palavras de Köptcke (2003), essa parceria educativa entre o ensino formal e os museus se justifica como parte de um projeto social e político voltado para a democratização da cultura e da educação.

Uma das ações educativas realizadas pelo Ecomuseu, destacada pelos entrevistados, é o plantio de mudas, com o objetivo de restaurar ecossistemas locais. A Figura 31 destaca essa ação. O plantio de mudas contribui diretamente para o aumento da biodiversidade, a proteção do solo, a conservação dos recursos hídricos e a mitigação dos impactos ambientais. Além disso, o plantio de mudas auxilia na absorção de dióxido de carbono da atmosfera, ajudando na regulação do clima e no

combate às mudanças climáticas. Esta ação exemplifica o comprometimento do Ecomuseu e de seus colaboradores na promoção da sustentabilidade ambiental e na preservação dos ecossistemas, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e para a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações.

Nesse contexto, Santos (2020) destaca em sua pesquisa que o plantio de mudas de espécies nativas contribui para a sensibilização da comunidade acerca da relevância dessas mudas para a recuperação e preservação dos recursos hídricos e do solo, bem como para a melhoria da qualidade ambiental. Essa prática é fundamental para proporcionar a Educação Ambiental. O plantio de mudas, de acordo com a referida autora, atua como uma ferramenta educacional dinâmica, capaz de promover debates, interação com o ambiente natural e a construção de uma consciência ambiental mais sólida e participativa.

Além de suas iniciativas educacionais, o Ecomuseu busca promover a valorização do patrimônio cultural e natural por meio de diversas estratégias de engajamento. Uma dessas estratégias é a participação ativa no Conselho Consultivo do Parque Estadual do Bacanga. Essa participação demonstra o comprometimento do Ecomuseu com a preservação e gestão responsável desse importante espaço, proporcionando um canal direto para contribuir com orientações, tomar decisões estratégicas e colaborar de maneira efetiva para a conservação e uso sustentável do patrimônio natural presente no parque.

A Figura 32 destaca a parceria estabelecida entre o Ecomuseu e órgãos públicos, exemplificada pela Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Bacanga com o Secretário Estadual de Meio Ambiente. Essa reunião é de extrema importância, pois o Conselho Consultivo é responsável por contribuir com orientações estratégicas para a gestão do Parque, oferecendo diretrizes e subsidiando decisões que visam a conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais dentro do parque. A presença do Secretário Estadual de Meio Ambiente nessa reunião realça o compromisso das autoridades com a gestão participativa e o envolvimento da sociedade civil na administração e proteção desse importante patrimônio natural, reforçando o compromisso com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

Figura 31 – Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Bacanga.



Fonte: Acervo do Ecomuseu, 2023

O capítulo sobre as ações de educação ambiental e patrimonial realizadas pelo Sítio do Físico, tanto dentro das dependências do Ecomuseu quanto em parceria com a comunidade, revela um compromisso contínuo com a sensibilização ambiental e a preservação do patrimônio cultural e natural. Por meio de atividades educativas, como trilhas interpretativas, visitas guiadas, parcerias com escolas e órgãos públicos, plantio de mudas e engajamento em conselhos consultivos, o Ecomuseu demonstra uma abordagem abrangente e participativa na promoção da Educação Ambiental. Essas ações ultrapassam os limites físicos do museu, alcançando a comunidade e estimulando uma consciência ambiental mais ampla e engajada. Ao enfatizar a importância da interação com o ambiente natural e a valorização do patrimônio histórico, o Sítio do Físico reafirma seu compromisso em fomentar a preservação do meio ambiente e a valorização da identidade cultural local.

Fica claro a partir das entrevistas que o Ecomuseu Sítio do Físico desempenha um papel ativo no que diz respeito às ações de educação ambiental e patrimonial, e essas iniciativas são bem recebidas pela comunidade beneficiada. E como reflexo dessas iniciativas, surge o questionamento: a comunidade de fato adquiriu o hábito de preservar e conservar o patrimônio cultural e natural, na ótica dos proprietários? Segundo eles, responder a essa indagação ainda não é possível, pois há um extenso caminho a ser percorrido, e esse hábito "precisa ser criado, recriado e estimulado" (F1). A visão é de que ainda há um longo trabalho a ser realizado, demandando um esforço contínuo.

As ações de educação ambiental e patrimonial demandam um tempo considerável para que seus resultados sejam perceptíveis, assim como ocorre em todo o processo educativo. A educação, por natureza, requer um desenvolvimento gradual e contínuo, adaptando-se aos diferentes contextos e desafios que surgem ao longo do caminho. Assim como uma semente que necessita de tempo para germinar, crescer e dar frutos, o impacto das iniciativas educacionais no fortalecimento da preservação do patrimônio cultural e natural demanda um investimento ao longo do tempo para efetivamente transformar mentalidades e promover mudanças de comportamento. A adaptação e a flexibilidade são essenciais nesse processo, uma vez que diferentes comunidades e cenários exigem abordagens e estratégias educativas variadas para alcançar resultados eficazes e duradouros.

d. Contribuições comunitárias: ideias e sugestões para o Ecomuseu Sítio do Físico

Durante o processo de entrevistas dos participantes da pesquisa, foi reservado um momento para questionar se sentiam a necessidade de indicar ou sugerir ideias para aprimorar ou ampliar as atividades do Ecomuseu Sítio do Físico. Os entrevistados C1, C2 e C4 abordaram pontos relevantes que se mostraram pertinentes para contribuir com a expansão das ações do Ecomuseu.

O entrevistado C1 fez uma sugestão direcionada à gestão do Ecomuseu. Ele propôs que a administração do museu utilize as mídias disponíveis como ferramenta estratégica para divulgar os trabalhos desenvolvidos em parceria com a comunidade. Essa abordagem visa não apenas promover as atividades realizadas, bem como também aumentar a visibilidade das iniciativas conjuntas entre o Ecomuseu e a comunidade local. Ao utilizar as mídias para compartilhar essas colaborações, a proposta de C1 busca destacar os esforços cooperativos e os impactos positivos dessas ações na comunidade, contribuindo assim para uma maior conscientização e valorização das atividades promovidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico: “sugiro que a direção do sítio do físico faça mais inserções na mídia para divulgar o trabalho realizado no local” (C1).

Conforme Chaves e Morigi (2018) ressaltam, as mídias, sobretudo as mídias sociais, estabelecem uma conexão mais estreita entre os visitantes e os museus por meio da comunicação museológica. Essa abordagem comunicativa não apenas

facilita a compreensão e a apropriação das informações por parte do público, mas também amplia a visibilidade do patrimônio sob a gestão do museu. Dessa forma, a comunicação museológica não apenas enriquece a experiência do visitante, assim como contribui para a valorização e divulgação do acervo cultural e patrimonial, promovendo sua apreciação e preservação.

O participante C2 expressou uma sugestão, propondo um investimento direcionado ao turismo local. Sua ideia envolve a criação de roteiros turísticos que permitam a divulgação das belezas presentes no Ecomuseu, na comunidade local e no Parque Estadual do Bacanga: “Acho que poderia ter mais roteiros turísticos tanto com pessoas de fora quanto local para que todos conhecessem as maravilhas que temos e a importância de preservar” (C2).

A proposta visa não apenas explorar, mas também promover esses locais como destinos turísticos atrativos, incentivando a descoberta das riquezas naturais e culturais da região, ampliando assim a visibilidade e a valorização desses espaços. Pedrosa (2014) destaca o papel significativo que o ecomuseu desempenha como um potencial promotor turístico dentro do território em que está inserido. Ele defende que o ecomuseu, ao coordenar diversas atividades, tem o poder de potencializar as sinergias endógenas do local. Isso se dá porque o ecomuseu detém um conhecimento aprofundado do inventário e do diagnóstico dos recursos naturais e culturais presentes, os quais podem ser utilizados para impulsionar a atividade turística na região. Além disso, destaca-se o papel relevante do ecomuseu na articulação da agenda cultural do território em questão.

Pedrosa (2014) ressalta duas modalidades de turismo que podem ser aplicadas nos espaços onde os ecomuseus operam: o turismo interpretativo e o turismo sensorial. No turismo interpretativo, os turistas têm a oportunidade de participar ativamente na análise e compreensão do território e da paisagem em suas múltiplas dimensões: ambiental, biogeofísica, histórica e produtiva. Nessa abordagem, a definição de rotas e percursos de observação é crucial para estimular e orientar uma interpretação mais profunda, incentivando o contato com as diversas realidades interativas que moldam a identidade dos lugares e regiões. Por outro lado, no turismo sensorial, os turistas são imersos em uma experiência pessoal de descoberta de um novo espaço, onde percebem o território através dos sentidos. Esta modalidade propõe roteiros que exploram elementos como territórios musicais, novas perspectivas

de paisagens em evolução e sabores gastronômicos regionais, proporcionando uma vivência sensorial e emocionalmente enriquecedora aos visitantes.

O participante C5 sugeriu melhorias na estrada que dá acesso ao Ecomuseu. Sua observação aponta para a importância de aprimorar a infraestrutura viária que conecta a comunidade ao Ecomuseu Sítio do Físico: “Devido ser um Sítio Arqueológico, pode se fazer um projeto de preservação da estrada de acesso, com um melhoramento da via com uma terraplanagem, até mesmo alargando a mesma, para facilitar o acesso” (C5).

Essa sugestão não tem apenas a relevância de facilitar o acesso para visitantes e moradores locais, mas também enfatiza como essa iniciativa pode contribuir significativamente para o fortalecimento e a expansão das atividades promovidas pelo Ecomuseu, permitindo que um número maior de pessoas tenha acesso ao local e conheça o patrimônio cultural e natural presente.

Almeida, Lima e Amaral (2013) destacam que uma das missões dos museus é promover a democratização do acesso da população aos bens culturais, democratizar a produção cultural e ampliar o consumo de cultura. Para alcançar esse objetivo, ressaltam a importância de uma articulação efetiva com o poder público, enfatizando a necessidade de criar sinalizações adequadas nas vias. Este tipo de ação contribui significativamente para orientar e facilitar o acesso do público aos locais culturais, promovendo, assim, maior inclusão e participação da comunidade no usufruto desses espaços e em sua produção cultural.

Considerando as sugestões e observações relevantes fornecidas pelos participantes C1, C2 e C5 durante as entrevistas, é evidente que diversas oportunidades para aprimorar as atividades do Ecomuseu Sítio do Físico surgiram a partir das suas contribuições. As propostas variam desde estratégias de divulgação mais eficazes através das mídias até a criação de roteiros turísticos para destacar e promover os patrimônios culturais e naturais do local. A sugestão de melhoria da infraestrutura viária, visando facilitar o acesso ao Ecomuseu, também se apresenta como uma consideração importante para expandir a participação da comunidade e dos visitantes. Tais contribuições refletem a importância não apenas de promover a cultura e o patrimônio, mas também de estabelecer um acesso mais inclusivo e facilitado para todos. As ideias trazidas por esses participantes oferecem um ponto de partida valioso para o desenvolvimento e implementação de estratégias que fortaleçam e ampliem o impacto das atividades do Ecomuseu Sítio do Físico,

permitindo um maior alcance e reconhecimento das suas iniciativas junto à comunidade e aos visitantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva ampliada do patrimônio cultural, este estudo abraça uma abordagem que engloba diversas categorias, como arquitetura, imaterialidade, caminhos naturais e meio ambiente, bem como expressões artísticas, criativas e culturais. Ao adotar essa concepção abrangente, buscou-se uma análise interdisciplinar, reconhecendo a diversidade de perspectivas e a interação entre diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem enriquece a compreensão do patrimônio como uma expressão multifacetada da cultura, história e identidade de uma sociedade. A interdisciplinaridade emerge como uma ferramenta essencial para capturar a complexidade e a interconexão entre elementos culturais, naturais e sociais, promovendo uma visão holística e integradora na pesquisa sobre o Patrimônio Cultural.

No âmbito do patrimônio natural, ancorado nos valores da diversidade cultural, experiência individual e coletiva, esta pesquisa assume uma base central. Reconhece-se o patrimônio natural não apenas como um conjunto de recursos ecológicos, mas como uma parte intrínseca da memória coletiva, das narrativas vividas e das práticas socioambientais. Essa perspectiva reforça a importância de considerar o meio ambiente como um componente importante na construção da identidade e da história de uma sociedade, ressaltando a inter-relação entre patrimônio cultural e natural. Essa compreensão funde-se à abordagem interdisciplinar, consolidando a natureza como elemento fundamental não apenas na pesquisa científica, mas também na preservação e valorização da riqueza cultural e ambiental.

A abordagem interdisciplinar do Ecomuseu insurge como uma manifestação única do entrelaçamento entre Patrimônio Cultural, Natural, Educação Ambiental e Patrimonial, enraizada nos princípios de memória, identidade e pertencimento. Este espaço museal singular, conforme proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2016), atua como um agente social dinâmico, promovendo a interação entre os diferentes elementos que constituem o seu contexto. O Ecomuseu, ao se fundamentar na tríade território-patrimônio-população, transcende a concepção convencional de museus ao incorporar o cotidiano das comunidades como parte essencial de seu território musealizável. O patrimônio, abrangendo bens materiais, imateriais e naturais, reflete não apenas objetos e construções, mas também modos de vida, costumes, saberes tradicionais, fauna e flora presentes no território. Destaca-

se que a população é uma beneficiária fundamental desse processo, uma vez que as ações sociomuseológicas são direcionadas às comunidades, visando resgatar a cultura, o ambiente e, por conseguinte, promover a preservação do patrimônio cultural e natural. Essa interligação dinâmica entre território, patrimônio e população consolida o Ecomuseu como um catalisador do diálogo entre as esferas culturais e ambientais, promovendo um entendimento holístico e participativo da herança coletiva.

A integração dos conceitos de Patrimônio Cultural, Natural, Educação Ambiental e Patrimonial, aliados à memória, identidade e pertencimento, foi explorada por meio do Ecomuseu, que se destaca como um espaço museal singular. Essa instituição que também adota uma abordagem interdisciplinar, promove a conexão entre patrimônio e meio ambiente, e atua como agente social ao fomentar a interação entre elementos desse contexto museológico. A tipologia museal do Ecomuseu, fundamentada na tríade território-patrimônio-população, destaca a importância do território musealizável como o espaço cotidiano das pessoas, onde ocorre a preservação do patrimônio cultural e natural em estreita relação com as comunidades beneficiadas. O estudo também enfocou o Ecomuseu Sítio do Físico, observando suas transformações ao longo do tempo e sua atuação significativa na preservação da memória e identidade cultural do território, através de parcerias com a comunidade e ações voltadas para o envolvimento social, lazer e gestão do patrimônio.

Ecomuseu enquanto uma instituição museológica transcende os moldes convencionais. Sua proposta emergiu da Nova Museologia, apresentando-se como um canal que conecta o público ao patrimônio, à cultura e ao meio ambiente. O conceito de Ecomuseu, concebido a partir desta nova abordagem, visou criar espaços museológicos que se afastassem dos centros urbanos e se aproximassem das questões sociais, buscando uma interação mais próxima com a comunidade. À medida que a museologia evolui e se diversifica, novas instituições surgem com propósitos específicos e distintos. Cada uma dessas entidades se estabelece com suas particularidades, objetivando atender às necessidades de suas respectivas comunidades. Seja em ambientes urbanos ou voltadas para a preservação de patrimônios culturais ou naturais, essas instituições se apresentam como agentes essenciais na preservação, difusão e valorização dos legados históricos e ambientais, adaptando-se e respondendo de forma singular aos anseios e demandas locais.

Nesse sentido, este trabalho buscou evidenciar a importância do Ecomuseu, considerando suas distintas atuações, das quais se destacam a linguagem dialógica,

projetos sociomuseológicos, ações sobre a identidade cultural, formação dos promotores locais, estruturas associativas e museografia popular. Ademais, ao trabalhar a memória, o Ecomuseu se configura como um centro de referência cultural, promovendo o desenvolvimento sustentável e democratizando as culturas, combatendo silenciamentos históricos.

Ao investigar o objeto de estudo, que se concentra no Ecomuseu Sítio do Físico, identificaram-se categorias indispensáveis para compreender suas dinâmicas: Gestão Museal, Envolvimento Comunitário e Ações Educacionais, sendo estas últimas enfatizadas especialmente na Educação Ambiental e Patrimonial. Cada uma delas proporciona um olhar diferenciado para o funcionamento e impacto dessa instituição na comunidade e no seu entorno.

A Gestão Museal, como aspecto-chave, revelou a importância de uma abordagem estratégica e integrada para a preservação do patrimônio e eficácia nas atividades museológicas. O Envolvimento Comunitário, por sua vez, posiciona a comunidade como elemento central das ações do Ecomuseu, destacando sua influência na estrutura e funcionamento da instituição. Já as Ações Educacionais, especialmente a Educação Ambiental e Patrimonial, se mostraram fundamentais para sensibilizar e engajar a comunidade na preservação ambiental e valorização da história e cultura locais. Nesse contexto, as iniciativas educacionais destacam a importância de reconhecer a resistência dos grupos dominantes em aceitar as referências culturais provenientes de identidades de resistência. Portanto, sublinha-se que o processo de formação e apropriação dos patrimônios culturais deve emergir de uma abordagem reflexiva e crítica. Nas comunidades, a participação ativa dos sujeitos sociais, responsáveis por produzir essas referências culturais, torna-se essencial, transformando o processo em uma dinâmica participativa e democrática. Isso assegura que suas vozes e perspectivas não sejam negligenciadas ou esquecidas.

Em síntese, esta pesquisa reforça a importância do Ecomuseu Sítio do Físico como agente promotor da preservação, da educação e do fortalecimento da identidade cultural e ambiental da comunidade em que atua. O compromisso da instituição museológica em integrar-se às demandas sociais e ambientais da atualidade, mantendo um vínculo direto e colaborativo com a comunidade, é essencial para seu papel enquanto espaço de memória e centro de referência cultural, visando

sempre o desenvolvimento sustentável e a preservação das raízes culturais para as futuras gerações.

Concluindo, esta pesquisa abre perspectivas valiosas para futuras investigações, particularmente no âmbito da pesquisa-ação. A implementação e desenvolvimento de ações de educação ambiental e patrimonial poderiam ser aprimoradas através dessa abordagem, permitindo a obtenção de um feedback mais efetivo da comunidade envolvida. Além disso, sugere-se uma exploração mais profunda das populações silenciadas no território do Ecomuseu Sítio do Físico, notavelmente os escravos que construíram o Complexo Industrial, atualmente incorporado ao Ecomuseu Sítio do Físico. As ruínas dessas construções persistem até hoje, como testemunho de sua força. Inicialmente, os fundadores mencionaram que já coletam informações sobre esses escravos por meio da história oral, indicando uma oportunidade para compartilhar essas narrativas e reconhecer as vozes outrora silenciadas. Essa abordagem poderia não apenas contribuir para a compreensão mais profunda da história do território, mas também promover uma representação mais inclusiva e justa das experiências passadas. Em última análise, esta pesquisa destaca a riqueza de caminhos a serem explorados, destacando o potencial para uma colaboração contínua na divulgação e preservação desses importantes espaços museológicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. **Plano Museológico** – Marco de Regulação da gestão museal no Brasil. In: Seminário Internacional sobre Gestão Museológica: Questões Teóricas e Práticas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

ALMEIDA, G. R; LIMA, R. G; AMARAL, A. L. C. **Um olhar sobre o que é visto, suas organizações e seus sentidos**. Apresentação sobre as mostras das galerias do Museu do Cárcere/Ecomuseu Ilha Grande da UERJ, 2013.

ANJOS, A. C. C. dos. **Diálogos entre patrimônio, meio ambiente e aprendizagem social: uma experiência de educação patrimonial em pesquisa-ação no bairro paulistano de Santo Amaro**. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ARRAIS, A. A. M; BIZERRIL, M. X. A. A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 37, n. 1, p. 145-165, jan./abr. 2020.

ARAÚJO, H. M. M. Educar através da (s) memória (s). **e-Mosaicos**, v. 6, n. 12, p. 214-225, 2017.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica**. 2012. 162 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís - Maranhão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BANDEIRA, A. M; BRANDI, R. A (Org.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural Ltda., 2014

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTOTTO, M. R. Patrimônio cultural, museologia e gestão de museus: algumas reflexões. In: MAGALHÃES, *et al.* **Museologia e Patrimônio**. ESECS: Politécnico de Leiria, v. 7, 2021.

BLACH, M. C. **Patrimônio Natural e Desenvolvimento Sustentável: história, conceitos e estudo de caso**. 1ª edição, Timburi, SP: Editora Cia do ebook, 2020.

BLASIS, P; GASPAR, M. D. **Muito antes da chegada de Cabral: Sambaquis revelam a vida dos primeiros habitantes do nosso litoral**, ed. 51, mar. 2000. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/muito-antes-da-chegada-de-cabral/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

BRANDÃO, L. N. N. M. **Musealização da Arqueologia**: caminhos, trilhas e rumos do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. **Lei No 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRULON, B. A invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **Revista MANA**, v. 22, n.02, p. 267-295, 2015.

BRULON, B. Caminhos da Museologia: transformações de uma ciência do museu. **Senatus**: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, v. 7, n. 2, p. 32 – 41, 2009.

CAMARGO, F.; MORO, A. São Cristóvão: um ecomuseu distrital. **Revista Museu Internacional**, v. 37, n. 1985, p. 237-241, 2018.

CHAGAS, M. S.; PIRES, V. S. **Território, museus e sociedade**: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CHAVES, R. T; MORIGI, V. J. Os impactos dos usos das mídias sociais em museus. Encontro Regional Sul de História da Mídia, v. 7, out, p. 25-26, 2018. Santa Maria, RS. **Anais...** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado, 4ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COELHO, J. S. **Entre a identidade e a transformação socioeducativa**: o teatro e a extensão com o projeto ARTEATRO no bairro Coroadinho em São Luís-MA. TCC (Licenciatura em Teatro) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2022.

COSTA, A. F. A. importância da colaboração museu-escola. In: Andrade, A. R. P. (Org). **Guia de visitação ao Museu Nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p.7-10, 2013.

CURY, M. Museologia: marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, n. 21, p. 45-74, 2018.

DAVIS, P. Ecomuseums and the representation of place. **Rivista Geografica Italiana**, v. 116, p. 483-503, 2009.

DAVIS, P. **Ecomuseums: A sense of place**. 2 edition, New York: Continuum, 2011.

DAVIS, P. Sustaining 'Sense of Place' and heritage landscapes. In: BROWN, K; DAVIS, P; RAPOSO, L. **On Community and Sustainable**, EULAC MUSEUMS, 2019. p. 54-73.

DECLARATORIA DE OAXTEPEC. **Ecomuseos, território, patrimônio e comunidade**. México, 1984. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/declaracao-de-oaxtepec.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DESVALLÉS, A. Museologia Nova ou o nascimento da "Nova Museologia". **Anais do Museu Histórico Nacional: História, Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 47, p. 33-40, 2015.

DESVALLÉES, A., MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da cultura, 2013.

FILIFE, G; VARINE, H de. Que futuro para os Ecomuseus. **Opinião, II série**, n. 19, p. 21-36, 2015.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22-29.

FUNARI, P.P.A. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, v. 41, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P. P; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FURG. **Universidade Federal do Rio Grande**, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.furg.br/avisos/inscricoes-abertas-para-eventos-de-25-anos-do-ecomuseu-da-picada>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, E. L. A. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Wi/Downloads/Subs%C3%ADdios%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Planos%20Museol%C3%B3gicos%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Wi/Downloads/Subs%C3%ADdios%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Planos%20Museol%C3%B3gicos%20(1).pdf). Acesso em: 02 fev. 2024.

ICOM. Declaração de Caracas. **Cadernos De Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1992. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/345>. Acesso em: 05 fev. 2024.

IPHAN. **São Luís-Sítio físico**. Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/sao-luis-sitio-do-fisico/#!/map=38329&loc=-2.5736860000000132,-44.282261000000005,17>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO ECOBRASIL. Ecoturismo-ecodesenvolvimento. **Ecomuseu comunitário kalunga**. Fev, 2023. Disponível em: <http://ecobrasil.eco.br/3-secao-geral/categoria-projetos/1365-ecomuseu-kalunga>. Acesso em: 10 fev. 2024.

JESUS, M. L.M. **O Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba na Trilha da Educação Científica**: uma trama de (in)certezas e perserverança. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2015.

KÖPTCKE, L.S. Parceria museu e escola como experiência social e espaço de afirmação do sujeito. In: GOUVÊA, G. *et al.* (Org). **Educação e museu – A construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Access, p. 107-128, 2003.

LAURO MULLER, prefeitura municipal de. **Ecomuseu Serra do Rio Rastro**. Disponível em: <https://lauromuller.sc.gov.br/historico-ecomuseu/>. Acesso em: 10 fev. 2021

LONDRES, C. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, A. B (Org). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 14-21

LONKHUIJZEN, D. M. V. *et al.* Educação Ambiental e museus: janelas epistemológicas do passado, presente e futuro. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 3, p. 617-634, jul./set. 2022.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v. 8, p. 37-54, 2003.

- LOUREIRO, C. F. B. Karl Marx: História, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza. In: CARVALHO, I. C. M.; GRÜNN, M.; TRAJBER, R. (Orgs.). **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 32, n.2, p. 159-176, jul./dez. 2015.
- MACIEL, F. M. G. P. A. **Parque Estadual do Bacanga em São Luís-MA: o fracasso de uma política institucional de conservação ambiental**. São Luís: Editora Pascal, 2022.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, M. H. P. Ecomuseu. In: COELHO, T. (Org.). **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p.157-164.
- MENDES, A. R. **O que é Patrimônio Cultural**. Olhão: Gente Sigular editora, 2012
- MOTTA, F. P. **Ecomuseu do Carste de Minas Gerais: design e sustentabilidade na sinalização museal**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- PAULA, L. M; PEREIRA, G. R; COUTINHO-SILVA, R. A função social dos museus e centros de ciências: integração com escolas e secretarias de educação. **Ciência. Culto**, v.71, n. 2, abr./jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200002>.
- PEDROSA, A. S. Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. **Revista Colombiana de Geografia**, v. 23, n. 2, p. 203-219, 2014.
- PEREIRA, D. C. Patrimônio Natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. **Rev. CPC**, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018.
- PEREIRA, A. S. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico], 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200 – 212, 1992.
- PRIMO, J. O social como objecto da museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 47, n. 3, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Wi/Downloads/O Social como objeto da museologia.pdf](file:///C:/Users/Wi/Downloads/O%20Social%20como%20objeto%20da%20museologia.pdf). Acesso em: 08 fev. 2024.
- PRIOSTI, O. M. **Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência**. 2010. 387 f. Tese (Doutorado em Memória Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REBELO-MOCHEL, F. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: MARTINS, M. B. (Org). **Amazônia Maranhense: Diversidade e Conservação**. Belém: MPEG, 2011. p. 93-118.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.

REIS, G. A. Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural. **Rev. CPC**, São Paulo, v.16, n.31, p.69-94, jan./jun. 2021.

RIBEIRO, A. **Participação em Museus de Ciências e em Ecomuseus: apontamentos a partir da Nova Museologia**. 2021. 190 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

RIVIERE, G. The Ecomuseum: an evolute definition. **Museum International**, v. 37, n. 4, 1985.

ROCHA, R. **Ecomuseu Ilha Grande: sustentabilidade, cidadania e resistência**. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, K. L. A; QUEIROZ, L. M. N; ARAÚJO, P. P. D. G. Reutilização de resíduos sólidos: confecção de móveis e objetos decorativos com pneus. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, n. 5, p. 246-260, set-out, 2022.

SANTOS, S. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: Estudo Exploratório de Possibilidades Museológicas**. 2017. 768 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, D. **Usos da Cidade: ocupações artístico-culturais de espaços públicos patrimoniais do Centro Histórico de São Luís**. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2020.

SANTOS, N. L. F. Com quantas rimas se faz um patrimônio? In: TOLENTINO, Á. B (Org). **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 10-20.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio Natural**. 2006. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCIFONI, S. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Á. B (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 42-51. p. 30-37.

SCHLICKMANN, J; SIZENANDO, J. W. Avaliação da implantação da lei municipal 1759/2013: criação do Ecomuseu serra do rio do rastro, no município de Lauro Muller/SC. In: II Congresso ibero-americano de humanidades, ciências e educação:

políticas de formação nos países iberoamericanos/ v seminário institucional do pibid. **Anais...** Criciúma/SC: ediunesc, 2016. p. 358-360. Disponível em: <file:///C:/Users/Wi/Downloads/iberounesc,+ANAIS+DE+RESUMOS+CONGRESSO+IBERO-AMERICANO+VF+parte+1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. **Parque Estadual do Bacanga**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/762>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SIEBRA, L.M.G; BATISTA, V. L; BOMFIM, Z. A. C. **Reconhecendo caminhos para uma educação patrimonial no território cearense**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

SILVA, H. Uma apresentação resumida de alguns museus de Florianópolis: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, Museu da Arte, Museu Histórico de Santa Catarina, Museu Victor Meirelles e Museu Universitário. **Revista Ágora**, n. 31, 2000.

SILVA, C. F. **Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O Quarteirão (1993-2000)**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Porto Alegre, 2013.

SILVA, M. M. P. **Manual de Educação Ambiental: uma contribuição à formação de agentes multiplicadores em educação ambiental**. 1 edição, Editora Appris, Curitiba, 2020.

SILVA, *et al.* Trilha ecológica como prática de educação ambiental. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM**, v. 5, n. 5, p. 705 - 719, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Wi/Downloads/silva%20et%20al%202012.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SILVEIRA, S. H. **Um dilema conceitual: a (im)precisão das definições de 'ecomuseu'**. 2010. 42 f. Monografia (Bacharel em Museologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

SILVEIRA, F. L.; BEZERRA, M. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e deságios contemporâneos**. Blumenau: Nova letra, 2007. p. 81-97.

SOUZA, G. P. O. de; SILVA, F. L. da; FACCIO, N. B. Sociedade, espaço e cultura na reflexão sobre o “não-público” relacionado a museus. In: Formação e Inclusão. Educação de Adultos e Experiências Para a Empregabilidade. **Atas da Conferência Internacional**. Universidade Aberta 2018.

SOARES, B. **Ações Socioambientais de Preservação ante a Pressão Urbana sobre o Patrimônio Paisagístico do Sítio do Físico, São Luís – MA**. 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SOUZA, R. L. T. **Ecomuseu da Amazônia**: um repensar sobre a prática museológica. 2018. 77 f. Monografia (Bacharel em Museologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2018.

SOUZA, G. P. **Contribuições da Instituição Museológica para História Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial**: o ecomuseu de Mirante de Paranapanema, SP, Brasil. 2021. 385 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2021.

TANUS, G. F. S. C. Resenha do livro “o objeto de estudo da museologia”, de MENSCH, P. V, Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio, v. 5, n. 2, 2012.

TEIXEIRA, S. Nova Museologia: aspectos históricos e características. **Revista Cadernos do CEOM**, v. 35, n. 56, p. 97-97, 2022.

TOLENTINO, Á. B. Patrimonial e Construção de Identidades: Diálogos, dilemas e interfaces. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148>.

TOLENTINO, Á. Educação, memórias e identidades: enlaces e cruzamentos. In: TOLENTINO, Á. B (Org). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 5-9.

TOLENTINO, Á. O que é Patrimônio Cultural para você?. In: TOLENTINO, Á. B (Org). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 42-51.

TORRES, E. C. G. Patrimônio Cultural e Ludicidade: uma proposta educativa para os anos iniciais do ensino fundamental. In: TOLENTINO, Á. B (Org). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 21-26.

TORRES, J. R; FERRARI, N; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: LOUREIRO, C. F. B; TORRES, J. R. **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: perspectiva da experiência. Tradução Livia Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VARINE, H. Um instrumento de desenvolvimento: o museu. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **Revista Medianiz**, 2012. p. 171-200.

VARINE, H. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **Revista Medianiz**, 2013.

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ecomuseu enquanto espaço de valorização do Patrimônio Cultural e Natural

Pesquisador: Mirlana Portilho

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70502723.6.0000.5087

Instituição Proponente: Universidade Federal do Maranhão

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.336.792

Apresentação do Projeto:

O campo museológico passou por uma transformação de um modelo tradicional de armazenamento de artefatos históricos para uma abordagem contemporânea que se concentra no envolvimento com a sociedade. A emergência da Nova Museologia no século XX levou à criação de uma nova forma de pensar e agir nos museus, com o objetivo de se adaptar às dinâmicas sociais e aproximar o público do patrimônio cultural. Um dos desdobramentos desse movimento foi a criação do Ecomuseu, que pretendia estabelecer um elo entre o meio ambiente e o patrimônio cultural. O Ecomuseu é interdisciplinar e pode se relacionar com recursos culturais, naturais e tradicionais, inovação e serviços prestados para e com a comunidade. Portanto, a presente dissertação questiona quais são as contribuições e potencialidades de Educação Ambiental e Patrimonial no Ecomuseu Sítio do Físico? Para ser possível responder o questionamento acima, tem-se como objetivo geral analisar o Ecomuseu Sítio do Físico a partir das contribuições da instituição museológica por meio da Educação Ambiental e Patrimonial. E como objetivos específicos: i. Compreender como o Ecomuseu se emoldura como proposta museológica; ii. Discutir sobre as potencialidades das instituições museológicas (ecomuseu) como

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.336.792

fomentadoras da preservação do patrimônio cultural e ambiental; iii. Investigar como ocorrem as ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico e como podem colaborar para o fomento da memória e identidade da comunidade onde a instituição museológica se localizada, bem como para a Grande Ilha de São Luís. Para alcançar os objetivos elencados, tem-se como percurso metodológico uma pesquisa com abordagem qualitativa. Os participantes da pesquisa serão os proprietários do Ecomuseu Sítio do Físico, colaboradores e moradores da comunidade que são beneficiados pelas ações da instituição museológica. Com essa amostra será possível analisar as opiniões de quem promove as ações educacionais e de quem se beneficia por elas. Para a coleta de dados, será utilizado as entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados coletados, será aplicado o referencial metodológico de Bardin (2011). No mais, por se tratar de uma pesquisa em fase de desenvolvimento, ainda não apresenta resultados e considerações finais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

analisar o Ecomuseu Sítio do Físico a partir das contribuições da instituição museológica por meio da Educação Ambiental e Patrimonial.

Objetivo Secundário:

a) Compreender como o Ecomuseu se emoldura como proposta museológica; b) Discutir sobre as potencialidades das instituições museológicas (ecomuseu) como fomentadoras da preservação do patrimônio cultural e ambiental; c) Investigar como ocorrem as ações de Educação Ambiental e Patrimonial desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico e como podem colaborar para o fomento da memória e identidade da comunidade onde a instituição museológica se localizada, bem como para a Grande Ilha de São Luís.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não haverá riscos aos participantes da pesquisa. O entrevistado receberá um termo de consentimento e poderá abandonar a pesquisa a qualquer

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.336.792

momento.

Benefícios:

Conhecer a importância das ações de educação ambiental e educação patrimonial para o fomento da valorização do Patrimônio Cultural e Natural.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto tem relevância acadêmica, histórica e prática, justificando a sua realização.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Entregues de forma adequada

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No TCLE, em riscos e benefícios, é necessário que os dois itens sejam relacionados aos benefícios e prejuízos aos participantes. No atual TCLE, o prejuízo não está especificado, enquanto os benefícios são indiretos (para o conhecimento da área) e não necessariamente para o participante, isto é, como benefício direto. Ou o TCLE deixa explícito que o participante não terá nenhum benefício em participar da pesquisa, ou é necessário descrever o benefício como explicado.

Item 1.9, pg 67 do Manual de Orientação da CONEP

" O TCLE deve apresentar, de forma clara e objetiva, os potenciais benefícios da pesquisa ao participante, sem supervalorizá-los;

2) Caso o estudo não antecipe qualquer benefício direto ao participante, essa informação deve constar do TCLE de forma explícita;

3) Os potenciais riscos associados à pesquisa devem estar descritos no TCLE, sem subestimá-los;

4) O TCLE deve explicar as providências e as cautelas que serão adotadas para evitar ou diminuir os riscos associados à pesquisa.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.336.792

III.1.b - A eticidade da pesquisa implica em (...) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos.

IV.3.b - O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deverá conter, obrigatoriamente: (...) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa."

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2143772.pdf	14/06/2023 22:49:15		Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	14/06/2023 22:48:07	Mirlana Portilho	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	14/06/2023 22:36:49	Mirlana Portilho	Aceito
Declaração de concordância	anuencia.pdf	14/06/2023 22:22:47	Mirlana Portilho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PGCULT_MIRLANAPORTILHO.pdf	18/05/2023 23:54:43	Mirlana Portilho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/05/2023 23:14:55	Mirlana Portilho	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_mirlana_assinado.pdf	18/05/2023 23:01:52	Mirlana Portilho	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.336.792

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 01 de Outubro de 2023

Assinado por:
Emanuel Péricles Salvador
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PROPRIETÁRIOS DO ECOMUSEU

1. Qual o seu nome, idade, formação, profissão?
2. Como funciona a gestão da instituição? Existe um organograma estrutural? Existe um fluxo operacional?
3. Existe um plano museológico de exposições, de ações, acessibilidade, recursos materiais e humanos?
4. Qual a sua função no Ecomuseu? O seu trabalho é voluntário?
5. Por que você colabora com o Ecomuseu?
6. O que você entende por Educação Ambiental e Educação Patrimonial?
7. O Ecomuseu realiza atividades de Educação Ambiental e Educação Patrimonial? Conte como ocorrem/ocorreram.
8. A comunidade participa ativamente das ações do ecomuseu? Como?
9. Como é feita a comunicação entre o Ecomuseu e a comunidade?
10. Quando o Ecomuseu Sítio do Físico realiza alguma atividade no seu território, como é feito o convite à comunidade?
11. A comunidade procura o Ecomuseu para realizar algum projeto socioambiental?
12. Você acredita que as ações do ecomuseu estimulam o sentimento de pertencimento da comunidade? Por quê?
13. Com a Institucionalização do Ecomuseu, conte como a comunidade era antes, e como a comunidade está hoje. Houveram grandes mudanças de atitudes? Quais?
14. A comunidade tem o hábito de preservar/conservar o patrimônio cultural/ambiental?
15. A comunidade tem acesso livre pelo ecomuseu? Explique como ocorre o acesso. Como é realizada a preservação do patrimônio cultural e ambiental no território do ecomuseu? Existe alguma ajuda municipal ou a iniciativa é somente pelos proprietários?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS
MORADORES QUE RESIDEM PRÓXIMO AO ECOMUSEU**

1. Você conhece o ecomuseu Sítio do Físico? Se sim, conte como você conheceu.
2. O que sabe da história do Ecomuseu Sítio do Físico?
3. Qual a importância do Ecomuseu Sítio do Físico para o seu bairro/comunidade?
4. Você ou o seu bairro já foi beneficiado por alguma ação do Ecomuseu Sítio do Físico? Conte como foi.
5. O que você entende por Educação Ambiental e Educação Patrimonial?
6. Você acha que as ações do Ecomuseu Sítio do Físico são educacionais? Por quê?
7. As ações do Ecomuseu lhe ajudaram a criar laços com a sua comunidade/bairro? Por quê?
8. Qual a importância do Ecomuseu para a sua história de vida? Qual (is) é (são) a memória mais significativa que você tem por causa do Ecomuseu?
9. Você sabe se o ecomuseu realiza alguma forma de proteção/conservação do patrimônio cultural e natural?
10. O ecomuseu ajudou a você se sentir pertencente ao seu bairro/comunidade? Por quê?